

TECNOLOGIA, CULTURA E COMBATE À POBREZA:
OS PROJETOS SOCIAIS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
DE ACOPIARA – CEARÁ

Elaine Irene de Oliveira Mendes

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Júnior, Dr.

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, Dr.

Prof. Maurício César Delamaro, Dr.

Prof. Ubirajara Aloizio de Oliveira Mattos, Dr.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
FEVEREIRO DE 2005

MENDES, ELAINE IRENE DE OLIVEIRA

Tecnologia, Cultura e Combate à
Pobreza: Os Projetos Sociais das
Comunidades Eclesiais de Base de
Acopiara – Ceará [Rio de Janeiro] 2005

XI, 194 p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ,
M.Sc., Engenharia de Produção, 2005)

Tese - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, COPPE

1. Projetos Agrícolas

2. Pobreza

3. Doutrina Social da Igreja Católica

I. COPPE/UFRJ II. Título (série)

Senhor Deus,
somos um povo que
luta por uma vida livre
procurando se reunir em pequenos
grupos de pessoas
que debatem sobre a vida que vivemos
- correndo o risco de ficar cada vez mais
oprimidos pela força do poder... –
Por isso Senhor, ilumine
tanto “pequeno” que ainda está
com seu pensamento voltado para o poder opressor
pensando que encostou-se num pau de muita sombra
mas que é um pau que só faz sombra no inverno!
Quando chega o verão declinam as folhas
e tudo muda:
quem se encostou fica no mesmo sol...

Pedro Jacó (CEB da Barra)
Salmos Populares das CEBs de Acopiara
Setembro 1988.

Dedico este trabalho a todos os engenheiros e demais profissionais que desejam se unir ao pequeno agricultor do sertão nordestino em sua luta por melhores condições de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por querer nossa existência.

A Jesus Cristo por nos oferecer a vida eterna.

Ao Espírito Santo por nos tornar filhos de Deus.

A Mãe de Deus Maria, por continuar me apresentando Jesus.

A minha família por ter aceitado minha decisão de fazer mestrado na COPPE.

Ao meu Professor orientador Roberto Bartholo por ter me ensinado a dialogar com a ciência.

Ao Professor Maurício Delamaro por sua valiosa orientação.

A meus amigos da Universidade Livre do Fundão: Bira, Helô, Julio, Guto, Eloah e Paulo por seus incentivos e orientações.

A Maria Neusa dos Santos, por ter me ensinado a acreditar em mim mesma.

A Andréa Chalitha e Bernardo Melgaço por terem desde o início acreditado em mim.

Ao saudoso Professor Miguel de Simoni por sua simplicidade e sabedoria.

A todos os professores e funcionários desta instituição por seu trabalho e dedicação.

A CAPES pelos dois anos de bolsa sem os quais este estudo seria inviável.

Ao CERIS, por ter me concedido a oportunidade de conhecer pessoalmente Acopiara e sua gente.

Ao Padre Crisares por ser o que é: um homem de Deus.

Às Irmãs Necilda, Josefa, Julieta, Lúcia e Ilza por seu acolhimento e dedicação aos pobres.

Às Comunidades de Acopiara, por despertar em mim um grande amor pelo povo nordestino.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

TECNOLOGIA, CULTURA E COMBATE À POBREZA:
OS PROJETOS SOCIAIS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE DE ACOPIARA
– CEARÁ

Elaine Irene de Oliveira Mendes

Fevereiro/2005

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Jr.

Programa: Engenharia de Produção.

Os agricultores pobres do Sertão Nordestino geralmente utilizam técnicas artesanais que não os protegem das secas. Este trabalho estuda o processo pelo qual comunidades pobres do nordeste rural puderam adquirir tecnologias adaptadas ao clima semi-árido nordestino. Para tanto, foi analisado o processo em que as Comunidades Eclesiais de Base de Acopiara – CE obtiveram os recursos para a implantação da tecnologia agrícola adequada à sua realidade. Apoiada em pesquisa bibliográfica, documental e de campo foi feita uma avaliação da efetividade dos seus projetos sociais de combate à pobreza, realizados no período de 1985 a 2002, segundo critérios dos próprios envolvidos (financiadores, beneficiados e executores). O estudo constatou que a capacitação técnica dos agricultores, as condições especiais de financiamento, o diálogo com as organizações financiadoras e o carisma das lideranças locais foram os fatores motivacionais que mobilizaram os agricultores em condições de trabalho voluntário. Constatou também que o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção agrícola foi possível em Acopiara graças à linha sócio-pastoral de sua paróquia que proporcionou a valorização da herança histórico-cultural da vida comunitária e a formação de espaços de diálogo entre as comunidades de agricultores e diversas organizações não locais. A conclusão é que os projetos sociais das CEBs de Acopiara buscaram não só a prosperidade material, mas também espiritual das comunidades, respeitando e valorizando seu modo de vida. Com isso e por isso, contribuíram efetivamente para a superação da pobreza absoluta e para o desenvolvimento integral dessas comunidades.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Mester of Science (M.Sc.)

TECHNOLOGY, CULTURE AND FIGHT AGAINST POVERTY:
THE SOCIAL PROJECTS OF CHRISTIAN BASIC COMMUNITIES
FROM ACOPIARA – CE

Elaine Irene de Oliveira Mendes

February/2005

Advisor: Roberto dos Santos Bartholo Jr.

Department: Productive Engineering

The low class farmers of the Northeast's *Sertão* use manual techniques which do not work in protecting them from the droughts. The aim of this study is to know the process through which the low class communities of the northeast acquired adapted technologies to the semi-arid northeast weather. For such a purpose, the process in which The Christian Basic Communities from Acopiara – Ceará objected the resources for the acquirement of the technology adapted to their reality have been analyzed. Through bibliography, documental and field research it has been done an evaluation of the effectiveness of its social projects of poverty combat, during the period from 1985 to 2002, according to certain criteria of the own involved people. The study verified that the technical capacitation of the farmers, the financial special conditions, the dialogue with the financial organizers and local leader's carism were the motivator factors which moved the farmers in voluntary work conditions. Also, it verified that the development of providing agricultural production systems was possible in Acopiara due to the social-pastoral organization of its church which generated a valorization of the historical-cultural legacy of the communitarian life of The Northeast farmers and the deal between the farmers communities and the various no local organizations. As a conclusion, the social projects of The Christian Basic Communities from Acopiara searched its material and spiritual prosperity respecting and valorizing their way of life. With and thought this, theses community's projects contributes effectively for local absolute poverty overcoming and their developing entirely.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E TABELAS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
LISTA DE ANEXOS	xi
INTRODUÇÃO	12
1. SOBRE A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA	16
1.1 - Contexto Histórico	16
1.2 - <i>Rerum Novarum</i>	17
1.3 - <i>Quadragesimo Anno</i>	25
1.4 - <i>Mater et Magistra</i>	28
1.5 - <i>Centesimus Annus</i>	39
1.6 - Considerações Finais	44
2. A IGREJA CATÓLICA E OS POBRES DO BRASIL	47
2.1 - Nos Tempos Coloniais e Imperiais	47
2.2 - Nos Tempos da Primeira República	51
2.3 - Nos Tempos da Segunda República	55
2.4 - A Igreja se Transforma	58
2.5 - As Comunidades Eclesiais de Base	61
2.6 – Considerações Finais	70
3. POBREZA NORDESTINA E A POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	74
3.1 - O Povo do Sertão Nordestino	74
3.2 - Pobreza Nordestina	80
3.3 - Política Social Brasileira	83
3.4 - Considerações Finais	91
4. OS PROJETOS SOCIAIS DAS COMUNIDADES ECLESIAS DE BASE DE ACOPIARA/CE	91
4.1 - O Município de Acopiara	93
4.2 - Paróquia de Acopiara e as Comunidades Eclesiais de Base	96
4.3 - Os Projetos Sociais das CEBs de Acopiara	98
4.4 - Pesquisa de Campo: Entrevistas com as Comunidades	136
4.5 - Discussão	157
CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
ANEXOS	181

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1: Indicadores de Conforto Domiciliar das Famílias Pobres da Metrópole de São Paulo e do Nordeste Rural	83
Tabela 2: Média das Participações das Regiões Nordeste e Sul no Valor dos Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas pelo SNCR 1975-2001.....	87
Tabela 3: Médias de Participações no Crédito Rural disponibilizado pelo SNCR de Linhas Normais de Crédito Rural e a do PRONAF de 1995 a 2001.....	89
Tabela 4: Miniprojetos de Silos Comunitários das CEBs de Acopiara/CE Recebidos Pelo FAM/CERIS (1985-1996)	106
Tabela 5: Miniprojetos de Sistema de Irrigação Comunitário das CEBs de Acopiara/CE recebidos pelo FAM/CERIS (1985-1996)	111
Tabela 6: Miniprojetos de Maquinários e Veículo para o Beneficiamento da Produção Agrícola das CEBs de Acopiara/CE recebidos pelo FAM/CERIS (1985-1996)	117
Tabela 7: Média de Consumo Anual Familiar (para uma média de 4 pessoas por Família) e Média de Sobra Anual Familiar (Safrá de 1996) em sacos de 60kg nas 14 CEBs participantes do Projeto C-212/3231A	121
Tabela 8: Média Anual de Produção Familiar de Milho e Feijão em Sacos de 60kg e Média Anual Familiar de Tarefas Plantadas de Milho e Feijão nas 14 CEBs Participantes dos Projetos C-212/3231A no Período de 1996 a 1999	124
Tabela 9: Média de Consumo Anual Familiar em Sacos (média de 4 pessoas por família), Média da Produção Agrícola Familiar de 1997 em Sacos e Média de Sobra da Produção Agrícola de 1997	125
Tabela 10: Produção Agrícola em Área de Sequeiro em Kg nas 14 Comunidades do Projeto V-212/3231B	132
Quadro I: Síntese das Respostas das CEBs Autônomas à Pesquisa de Campo Realizada entre os dias 29/05 e 09/06 de 2003	166
Quadro II: Síntese das Respostas das CEBs Não Autônomas e da CEB Urbana Vila Nova à Pesquisa de Campo Realizada entre os dias 29/05 e 09/06 de 2003	169

LISTA DE SIGLAS

ACA - Assessoria às Comunidades de Acopiara
ACB - Ação Católica Brasileira
ACB - Associação Cristã de Base
CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEB - Comunidade Eclesial de Base
CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COAPRA - Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores de Acopiara
CORDAID - Catholic Organization for Relief and Development Aid
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra Seca
DSI - Doutrina Social da Igreja
EMATERCE - Empresa Técnica e Extensão Rural do Ceará
Endef - Estudo Nacional de Defesa Familiar
ESPLAR - Esplar Centro de Pesquisa e Assessoria
PTA - Programa de Tecnologias Apropriadas do CNPQ
FAM - Fundo de Apoio a Miniprojetos
FAMA - Federação das Associações Comunitárias do Município de Acopiara
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional de Serviço Social
ISER - Instituto de Estudos de Religião
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TL - Teologia da Libertação
TS - Transferência Solidária

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Mapa do Ceará em destaque os municípios de Acopiara e Fortaleza	182
Anexo 2: Paróquia de Acopiara	183
Anexo 3: O Pároco de Acopiara	184
Anexo 4: Município de Acopiara com as CEBs que participaram das entrevistas	185
Anexo 5: Roteiro para entrevistas com lideranças	186
Anexo 6: Comunidade Eclesial de Base de Bom Jardim	187
Anexo 7: Comunidade Eclesial de Base de Extrema	190
Anexo 8: Comunidade Eclesial de Base de Tanque	192
Anexo 9: Comunidade Eclesial de Base de Varjota	194
Anexo 10: Comunidade Eclesial de Base de Moreiras de Baixo	196
Anexo 11: Comunidade Eclesial de Base de Caixa d'Água	198
Anexo 12: Comunidade Eclesial de Base de Muquém II	201
Anexo 13: Comunidade Eclesial de Base de Vila Nova	204

INTRODUÇÃO

Frequentemente, a mídia nacional expõe a pobreza rural nordestina com cenas comoventes de mães sertanejas desprovidas de alimento para seus filhos. Essas imagens sempre aparecem quando a região sofre um longo período sem chuvas, suscitando a idéia de que a pobreza rural nordestina é causada por secas periódicas.

O modo com que a mídia expõe a pobreza rural nordestina gera dois sentimentos: 1. Conformismo. O homem não tem como controlar os fenômenos climáticos, logo, a pobreza persistirá por muito tempo na região; 2. Inconformismo. Já é possível acabar com a pobreza na região, pois se trata de um problema político, social e econômico.

Por gerar sentimentos contraditórios na sociedade brasileira, esta dissertação se preocupa com a pobreza rural nordestina, ou seja, o que é possível ser feito para que este problema seja minimizado.

Partimos da hipótese de que os agricultores pobres do Sertão Nordestino utilizam técnicas artesanais que não os protege das secas, logo, a utilização de tecnologias agrícolas adaptadas ao clima semi-árido nordestino é condição necessária para a diminuição da pobreza na região.

O objetivo geral deste trabalho é conhecer o processo pelo qual comunidades pobres do nordeste rural adquirem tecnologias adaptadas ao clima semi-árido nordestino.

Projetos sociais de combate à pobreza contam muitas vezes com o trabalho voluntário para serem efetivos. A motivação dos voluntários depende da identificação dos objetivos dos projetos com seu sistema de cultura.

A cultura determina a finalidade do sistema de produção, conseqüentemente, sua tecnologia e organização do trabalho devem atender às exigências culturais dos voluntários para serem sustentáveis.

O objetivo específico desta dissertação é examinar a efetividade de projetos sociais de combate à pobreza nordestina cuja principal linha de ação seja o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção agrícola.

Pretendemos apontar a organização do trabalho e a tecnologia dos sistemas de produção agrícola que minimizam a fome e pobreza local como também os fatores motivacionais envolvidos com a mobilização em condições de trabalho voluntário.

Para a concretização dos objetivos acima, fizemos uso do seguinte plano metodológico:

1. Descrição dos projetos sociais de combate à pobreza nordestina das Comunidades Eclesiais de Base de Acopiara - CE (1985-2002).
2. Atenção aos critérios culturais dos envolvidos nos projetos sociais (beneficiários, executores e financiadores);
3. Ênfase na importância da Comunidade Eclesial de Base na luta contra a pobreza no Brasil, especialmente, nas áreas rurais.
4. Consideração dos fatores sociais, econômicos e políticos que dificultam o combate à pobreza nordestina no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural da região.

Primeiramente, foram examinados os documentos referentes ao processo em que as Comunidades Eclesiais de Base de Acopiara obtiveram os recursos financeiros para a aquisição da tecnologia agrícola desejada. Esta primeira fase da pesquisa compreendeu os projetos sociais realizados no período de 1985 a 1996.

Posteriormente, em 2003 foi realizada pesquisa de campo no município de Acopiara onde foram adquiridos documentos referentes aos projetos sociais realizados no período de 1997 a 2002 e entrevistas com lideranças comunitárias e membros da equipe de Assessoria às Comunidades da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Para as entrevistas com lideranças comunitárias foi utilizado um questionário elaborado a partir da pesquisa documental realizada anteriormente. A intenção do questionário era saber o nível de organização das comunidades e os projetos sociais que foram efetivos no combate a pobreza segundo a visão dos líderes comunitários.

Para o tratamento dos dados recolhidos na pesquisa de campo foram feitas pesquisas bibliográficas nas quais são reveladas: (1) as concepções doutrinárias, ideológicas e culturais dos envolvidos, especialmente, financiadores, executores e beneficiados; (2) O que é uma Comunidade Eclesial de Base e qual sua relação com a luta contra a pobreza e a miséria no Brasil, especialmente, na área rural; (3) O que é

afinal ser pobre no Brasil, e o porquê da pobreza rural nordestina ainda persistir apesar de todo o esforço político, econômico e social para superá-la, qual é atualmente a principal política governamental de combate à pobreza rural nordestina.

Após a realização das pesquisas, a dissertação ficou organizada assim:

- **Capítulo 1: Sobre a Doutrina Social da Igreja**

Neste capítulo abordaremos a Doutrina Social da Igreja Católica. Esta doutrina apresenta a visão da Igreja Católica sobre o conjunto de problemas humanos decorrentes da modernidade.

A Doutrina Social da Igreja descreve os princípios que devem reger as sociedades modernas e os objetivos dos católicos que se preocupam em restaurar estes princípios. Estes princípios são derivados de valores evangélicos, portanto os projetos sociais de combate à pobreza desenvolvidos no interior da Igreja devem potencializar estes valores para serem de interesse dos voluntários. Este capítulo definirá os objetivos da ação sócio-pastoral da Igreja que auxiliam os pobres a melhorar livremente sua situação.

- **Capítulo 2: A Igreja Católica e os Pobres do Brasil**

Nesta segunda parte da dissertação, apresentaremos um histórico da ação sócio-pastoral da Igreja junto aos pobres do Brasil e a Comunidade Eclesial de Base, forma associativa com personalidade eclesial que visa aperfeiçoar a vida espiritual e material de seus membros.

O objetivo do capítulo é compreender a forma com que os princípios da Doutrina Social da Igreja se materializaram no Brasil e qual a importância das Comunidades Eclesiais de Base neste contexto.

- **Capítulo 3: Pobreza Nordestina e a Política Pública de Desenvolvimento Rural**

No terceiro capítulo apresentaremos os condicionantes da pobreza rural nordestina e a Política Pública de Desenvolvimento Rural para a região. Seu objetivo é estabelecer os limites e potencialidades desta política para a superação da pobreza nordestina.

- **Capítulo 4: Os Projetos Sociais das Comunidades Eclesiais de Base de Acopiara-CE.**

No quarto capítulo serão descritos os Projetos Sociais das Comunidades Eclesiais de Base de Acopiara/CE realizados no período de 1985 a 2002. O objetivo específico do capítulo é conhecer a contribuição dos seus projetos sociais para diminuição da pobreza local.

Neste mesmo capítulo faremos uma discussão dos resultados dos projetos sociais, se eles atenderam aos objetivos de seus financiadores, realizadores e beneficiados.

Fundamentalmente, este trabalho busca um ganho de conhecimento a partir do processo pelo qual foram realizados os sistemas de produção agrícola que visam tirar da miséria agricultores do sertão nordestino. Este esforço incluiu uma avaliação dos projetos desenvolvidos. Para tais avaliações buscou-se utilizar os critérios dos próprios envolvidos.

Este trabalho é uma contribuição para a Engenharia de Produção, pois servirá de referência bibliográfica para estudos relacionados a atividades produtivas desenvolvidas por organizações populares, especialmente, organizações surgidas no interior da Igreja Católica no Brasil.

1. SOBRE A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Apresentaremos neste capítulo pontos fundamentais da doutrina que pretende conduzir os católicos a agir em vários campos da sociedade para transformá-la na “civilização do amor” (PAULO VI apud JOÃO PAULO II, 1999, p. 23). A Doutrina Social da Igreja Católica (DSI) define as bases desta civilização a partir dos valores revelados por Jesus Cristo. Ela utiliza: a antropologia, a sociologia, a economia e a política, para apontar os fatos e idéias que contribuem ou dificultam a construção dessas bases.

Os documentos que dão corpo a DSI são Encíclicas Papais que tratam da Questão Social. Objeto da Sociologia, a questão social é uma preocupação quanto à capacidade de uma sociedade se manter coesa a partir da presença de certos grupos que possuem baixa participação na dinâmica social (CASTELL, 1997).

Especificamente, este capítulo sintetizará o modelo de sociedade que a Igreja deseja, ou seja, uma sociedade em que a Questão Social é tratada de modo a não prejudicar a relação entre o ser humano e seu Criador.

Pretendemos com a DSI definir os principais objetivos da Igreja Católica em sua ação sócio-pastoral junto àqueles que possuem baixa participação na dinâmica social: os pobres.

Conhecendo estes objetivos, poderemos na segunda parte desta dissertação descrever a ação sócio-pastoral da Igreja junto aos pobres no Brasil, desde o início da formação do Brasil até o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de modo a conhecer a importância destas últimas para a concretização destes mesmos objetivos no Brasil.

1.1 - Contexto Histórico

Ao final do século XIX, as fábricas tomaram o lugar das corporações de ofício típicas da Idade Média Ocidental que tinham “uma forma de organizar o trabalho baseada na solidariedade e de uma visão de mundo que vê a humanidade como parte de um plano maior e ligado a valores religiosos” (SIMONI, 1996, p. 3).

O antigo mestre deu lugar ao Dono da Fábrica, o capitalista, aquele que possui o capital, ou seja, os meios de produção (ferramentas, máquinas e instalações). Já o artista das antigas corporações deu lugar ao operário, aquele que oferece suas

forças e habilidades ao capitalista em troca de um salário, fazendo do seu trabalho “apenas a fonte de recursos para a manutenção da vida material. Ele perde sua característica de transcendência, de instrumento de aproximação com o próximo e devoção a Deus” (SIMONI, 1996, p. 6).

A secularização dos sistemas de produção é um dos reflexos sociais das revoluções filosóficas, políticas e econômicas do século XVIII que pouco a pouco veio a diminuir a autoridade da Igreja Católica sobre assuntos terrenos das nações, especialmente, da Europa Ocidental.

Naturalmente, durante o século XIX, a Igreja Católica mantinha uma posição bastante desconfiada com relação às mudanças sociais e políticas decorrentes desta secularização, especialmente, a República e instituições civis destinadas a substituir algumas atribuições da Igreja como o Casamento Civil.

Apresentada ao final do século XIX, a DSI marca o novo modo com que a Igreja se relacionaria com a modernidade. Ela deixaria de condená-la na intenção de substituir suas instituições pelas do passado, mas ressaltar seus aspectos positivos e negativos em relação à sua concepção de ser humano. A intenção da Igreja com a DSI é aperfeiçoar as instituições das sociedades modernas de modo a aproximá-las de seu ideal civilizatório, ou seja, de sua “Civilização do Amor”.

Os problemas humanos decorrentes da modernidade passaram a ser de interesse da Igreja. A Questão Social apresentada pela sociologia tornar-se-ia então objeto de várias encíclicas papais.

1.2 - *Rerum Novarum*

A *Rerum Novarum* é a Encíclica do Papa Leão XIII sobre a condição dos operários, publicada em 15 de maio de 1891. Ela foi o primeiro de uma série de documentos papais que tratariam da questão social nas sociedades modernas. Esses documentos surgiam da necessidade da Igreja de orientar seus fiéis sobre as mudanças sociais que afetam sua vida terrena, por conseguinte, sua relação com o Criador.

Além da *Rerum Novarum*, veremos aqui os conteúdos das Encíclicas Comemorativas da *Rerum Novarum*, por se tratarem dos principais documentos que dão corpo a DSI, os demais documentos são encíclicas papais que antecipariam alguns pontos destas encíclicas comemorativas.

Na *Rerum Novarum*, Leão XIII alerta os católicos a auxiliarem os operários - “homens das classes inferiores” (LEÃO XIII, 1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963, p. 4) que se encontravam “numa situação de infortúnio e miséria imerecida” (ibid, p. 4).

Declarando injusta a situação de miséria material dos operários das nações industrializadas, o Papa Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) deixava claro aos católicos o dever de cada um acabar com a penúria operária já que sendo injusta, esta deveria ser encarada como um mal, uma afronta à vontade divina.

Para Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) esta situação era atribuída à ausência de corporações similares às corporações antigas que os protegia; ao desaparecimento do espírito religioso nas leis e instituições públicas; ao “monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão de um pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários” (LEÃO XIII, 1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963, p. 4).

Nas nações industrializadas, a Questão Social do final do século XIX era o acúmulo excessivo de bens materiais nas mãos de um pequeno número de pessoas (capitalistas/patrões) e a conseqüente carestia material da grande maioria (trabalhadores/operários). Para a Igreja, a principal causa deste problema era o afastamento das sociedades modernas aos desígnios de Deus.

No final do século XIX, a Teoria Socialista propunha uma solução revolucionária para o pauperismo da classe operária, no entanto, em vez de incentivar os católicos a adotá-la para acabar com a indigência operária, a *Rerum Novarum* a condenou.

Os objetivos da *Rerum Novarum* eram: esclarecer alguns pontos defendidos pelo Socialismo, demonstrando sua contradição com os preceitos divinos e sugerir formas de solucionar o problema de acordo com esses mesmos preceitos.

1.2.1 – Sobre a Propriedade Privada

Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) temia a popularização da Teoria Socialista porque agravaria o conflito entre operários e patrões. Para o pontífice, esta teoria colocava patrões e operários (capital e trabalho) como inimigos naturais, destinados a digladiarem-se, já que preconizava como única solução para a questão social a formação de uma sociedade sem capitalistas.

Segundo Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963), a teoria socialista é falsa porque proletários e capitalistas, ao contrário, se destinavam:

“[...] pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio [...] não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital” (LEÃO XIII, 1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963, p. 13).

Na *Rerum Novarum*, o socialismo é apresentado como uma teoria falha porque explicava as relações entre patrões e empregados a partir de uma errada concepção sobre o propósito da propriedade privada na ordem social.

Segundo Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) o propósito da propriedade privada na Teoria Socialista era tornar “justa” a detenção patronal de grande parte das riquezas geradas pela produção fabril, ocasionando a indignação operária. Portanto, para os adeptos desta teoria, a extinção da propriedade privada seria o único meio do operário sair da indignação, pois tornaria os produtos fabricados comuns a todos, cabendo ao Estado Nacional ou Municípios repartir estes bens e administrá-los de modo a garantir a distribuição igualitária das riquezas.

Contra-pondo-se a teoria socialista, a *Rerum Novarum* buscou defender a idéia de que a extinção da propriedade privada em vez ajudar prejudica o operário. Segundo Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963), é o direito de ter propriedades que torna possível ao trabalhador melhorar livremente sua situação.

Para a Igreja, o propósito da propriedade privada é proporcionar ao homem a **posse** dos resultados de seu trabalho para que ele decida livremente como utilizá-los.

O trabalhador quando disponibiliza suas forças a outrem no intuito de prover seu sustento vital e demais necessidades, espera não somente o salário, mas o direito de usá-lo como bem entender. Portanto, ele pode através de economias comprar um campo e “o terreno assim adquirido será propriedade do artista [operário] com o mesmo título que a remuneração do seu trabalho” (LEÃO XIII, 1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963, p. 5).

Segundo Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) é natural o trabalhador querer ter propriedade, pois se trata de **salário transformado**. Todo homem seja ele empregado ou patrão, tem o direito natural de possuir. O homem por ser dotado de inteligência, não abraça somente o direito de gozar dos objetos físicos e

corpóreos ao seu alcance, como o fazem os animais, mas necessita submetê-los à sua inteligência, ele precisa ser senhor da sua história, daí tem o direito perpétuo e estável de possuir as coisas exteriores, as que se consomem pelo uso como as que permanecem após o terem servido.

O homem abrange pela sua inteligência uma infinidade de objetos, e às coisas presentes acrescenta e prende as coisas futuras; além disso, é senhor das suas ações; também sob a direção da lei eterna e sob o governo universal da Providência divina, ele é, de algum modo, para si a sua lei e a sua providência. É por isso que tem o direito de escolher as coisas que julgar mais aptas, não só para prover o presente, mas ainda ao futuro. De onde se segue que deve ter sob o seu domínio não só os produtos da terra, mais ainda a própria terra, que pela sua fecundidade, ele vê estar destinada a ser sua fornecedora no futuro (LEÃO XIII, 1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963, p. 6).

Segundo a *Rerum Novarum*, Deus concedeu a terra a todo gênero humano, significando que Deus “não assinalou uma parte a nenhum homem particular, mas quis deixar a limitação das propriedades à indústria humana e às instituições dos povos” (Ibid, p. 7). O homem deve ser livre para retirar da terra o produto necessário à sua vida, sinal desta vontade divina é a submissão da terra à cultura e cuidados humanos, fazendo-a fornecedora dos bens necessários ao homem.

Para Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963), é justo o homem possuir no futuro os bens da natureza quando este deposita nela sua pessoa, o seu trabalho. Assim, é costume em todos os povos distribuir os bens da terra e sua propriedade a quem trabalha nela.

“[...] recusando-lhe o direito de possuir, na qualidade de proprietário, esse solo em que edificou, a porção da terra que cultivou. Não vêem, pois, que despojam assim esse homem do fruto do seu trabalho” (LEÃO XIII, 1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963, p. 8).

Ainda de acordo com a *Rerum Novarum*, faz parte da natureza humana o cuidado com o futuro de sua família, tirar da pessoa o direito de ter propriedades e construir um patrimônio que ajudará seus filhos a defender-se dos infortúnios da vida é obrigá-la a ir contra sua natureza.

Em suma, todos os homens não importando sua posição na sociedade, têm o direito de ter propriedade porque é o salário transformado. Assim, seria mais prejudicial do que benéfico tirar a propriedade privada, pois isto impediria o operário melhorar livremente sua situação. Em sociedades livres, isto só é possível se o operário for livre para adquirir propriedades com o seu salário. No fundo, a *Rerum*

Novarum propõe como meio do operário sair de sua indigência, ele se tornar um pequeno capitalista.

1.2.2 - Sobre Ricos e Pobres

Segundo Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) nunca haverá igualdade de condições entre os homens porque a natureza os fez com diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde e de força.

Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença de suas respectivas condições (Ibid, p. 12).

Na *Rerum Novarum*, a Sociedade Civil é entendida como um organismo análogo ao organismo humano, apesar de possuir membros diversos, a natureza os faz adaptarem-se muito bem uns aos outros, dando forma a um todo proporcionado.

No final do século XIX, os ricos e os pobres nas sociedades industrializadas são os detentores do capital e do trabalho respectivamente, portanto, sendo membros diversos do Organismo Social, a “concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, de um conflito perpétuo só podem resultar, confusão e lutas selvagens” (Ibid, p. 13). A harmonia entre ricos e pobres acontece quando ricos e pobres cumprem com “seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça” (Ibid, p. 13).

A *Rerum Novarum* lembra os deveres de pobres e operários, ricos e patrões. Quanto aos pobres e operários, além de fornecer integralmente e fielmente todo o trabalho acertado com o patrão por contrato livre e conforme a equidade, este deve: “[...] fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas” (Ibid p. 13).

Quanto aos ricos e aos patrões, estes devem respeitar a dignidade do homem e não tratá-lo como escravo porque é digno aquele que trabalha.

O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objeto de vergonha, faz honra ao homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor de seus braços. (Ibid, p. 13).

Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) enfatiza que entre todos os deveres do patrão o que está em primeiro lugar é o de dar o salário justo, aquele que dignifica o homem e não o condena a indignidade.

Enfim os ricos devem precaver-se religiosamente de todo ato violento, toda fraude, toda manobra usurária que seja de natureza a atentar contra a economia do pobre, e isto mais ainda, porque este é menos apto para defender-se, e porque seus haveres, por serem de mínima importância, revestem um caráter mais sagrado (Ibid, p. 14).

A *Rerum Novarum* lembra aos católicos que a estima por qualquer vida mortal é consequência direta da consideração de outra vida imortal. O respeito ao direito de todos existirem – ricos e pobres – se deve à crença de que toda vida humana é herdeira de uma vida imortal, a qual o que interessa não é a quantidade de riquezas que um homem acumulou na sua vida mortal, mas o uso que se faz dela.

Não, Deus não nos fez para estas coisas frágeis e caducas, mas para as coisas celestes e eternas; não nos deu esta terra como nossa morada fixa, mas como lugar de exílio. Que abundeis em riquezas ou outros bens, chamados bens de fortuna, ou que estejais privados deles, isto nada importa à eterna beatitude: o uso que fizerdes deles é o que interessa (Ibid, p. 14).

O operário e o capitalista não devem ser desprezados porque um tem poucos bens e o outro os tem em excesso. A *Rerum Novarum* deseja que o operário não se envergonhe em depender do seu trabalho para viver e o capitalista muito orgulho de suas riquezas materiais, porque para a vida eterna o que importa é o modo com que a riqueza é utilizada e não o quanto que se conseguiu acumular durante a vida.

Para Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) ao homem é permitido possuir propriedade particular para que este decida livremente como utilizá-la, porém este não deve tratar suas propriedades, suas coisas exteriores, como particulares, mas por comuns, para dar parte destes bens aos outros nas suas necessidades.

Ninguém é certamente obrigado a aliviar o próximo privando-se do seu necessário ou de sua família; nem mesmo a nada suprimir do que as conveniências ou decência impõe à sua pessoa [...] Mas, desde que haja suficientemente satisfeito à necessidade e ao decoro, é um dever lançar o supérfluo no seio dos pobres: 'Do supérfluo dai esmolas' (Lc 11, 41) (Ibid, p. 15-16).

Jesus Cristo fez das aflições dos homens “estímulo da virtude e fontes de mérito” (Ibid, p. 15). Assim, segundo a *Rerum Novarum* a pobreza não é um opróbrio, mas a condição que faz a pessoa trabalhar e ser merecedora da eternidade. A riqueza

não é condenável, pois é a condição que faz a pessoa aperfeiçoar a si mesma e ao mesmo tempo exercer a misericórdia.

Em suma, é natural, faz parte do plano de Deus, indivíduos possuírem diferentes quantidades de bens materiais a ponto de considerar uns ricos e outros pobres. Nesta encíclica, o pobre é aquele que vive do seu trabalho e o rico da administração de seus bens, ambos devem conviver harmoniosamente em vista das recompensas eternas.

1.2.3 – Sobre o Estado Nacional

“Diremos, primeiro, que por Estado entendemos aqui, não tal governo estabelecido entre tal povo particular, mas todo governo que corresponde aos preceitos da razão natural e dos ensinamentos divinos” (Ibid, p. 20). Para a *Rerum Novarum*, ao Estado cabe manter a ordem geral através dos instrumentos que lhe são próprios: a formação de leis e a manutenção de instituições que as tornam eficazes. Seu objetivo é garantir o livre surgimento da prosperidade tanto pública quanto privada. Cabe ao Estado servir ao interesse comum o que implica tornar-se útil a todas as classes da sociedade. O Estado não deve fazer distinção de classes sociais, se a classe trabalhadora ou os pobres estiverem sendo impedidos de prosperar, cabe ao Estado provê-los.

Os pobres, com o mesmo título que os ricos, são, por direito natural, cidadãos; isto é, do número das partes vivas de que se compõe, por intermédio das famílias, o corpo inteiro da nação, para não dizer que em todas as cidades são o grande número. Como, pois, seria desrazoável prover a uma classe de cidadãos e negligenciar outra, torna-se evidente, que a autoridade pública deve também tomar as medidas necessárias para salvaguardar a salvação e os interesses da classe operária. Se ela faltar a isto, viola a estrita justiça que quer que a cada um seja dado o que lhe é devido (Ibid, p. 21).

Além de garantir a propriedade particular e a paz, o Estado, segundo Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963), deve também proteger os bens da alma e garantir o respeito aos limites da atividade humana e o justo salário.

[...] é um dever da autoridade pública subtrair o pobre operário à desumanidade de ávidos especuladores, que abusam, sem nenhuma discrição, das pessoas como das coisas. Não é justo nem humano exigir do homem tanto trabalho a ponto de fazer pelo excesso da fadiga embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo (Ibid, p. 26).

Segundo Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) o Estado deve apoiar a classe operária no sentido de garantir um regime de trabalho que não exceda às suas forças. Para isso, o número de horas de trabalho e a quantidade de repouso

devem ser proporcionais à qualidade do trabalho e às circunstâncias de tempo e lugar de modo a preservar a saúde do trabalhador.

Outrossim Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) adverte que o trabalho, além de pessoal, é também necessário, “[...] porque o homem precisa da sua existência; e porque a deve conservar para obedecer às ordens irrefragáveis da natureza” (Ibid, p. 27). Cabe ao Estado intervir não somente nos casos onde patrão ou empregado descumpra os compromissos acertados, mas naqueles em que o trabalhador recebe um salário insuficiente a sua subsistência e de sua família.

Façam, pois, o patrão e o operário todas as convenções que lhes aprovar, cheguem inclusivamente a acordar na cifra do salário; acima de sua livre vontade está uma lei de justiça natural, mais elevada e mais antiga, a saber, que o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado (Ibid, p. 24).

É a noção de salário justo. Este deve também ser suficiente para que o trabalhador junte um pequeno patrimônio, algo, que condiz com sua natureza. “Não é das leis humanas, mas da natureza, que emana o direito da propriedade individual; a autoridade pública não o pode mais abolir; o que ela pode é regular-lhe o uso e conciliá-lo com o bem comum” (Ibid, p. 29).

Ainda, segundo a *Rerum Novarum*, a família veio antes do Estado o que implica possuir direitos e deveres independentes deste. Ao Estado cabe fortalecer os direitos da família. Se a família encontra-se em situação desesperada, cabe ao Estado intervir, com o cuidado de não substituir a autoridade e o governo dos pais.

Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) enfatiza que o Estado deve proteger principalmente os direitos dos mais fracos e indigentes.

A classe rica faz das suas riquezas uma espécie de baluarte e tem menos necessidade da tutela pública. A classe indigente, ao contrário, sem riquezas que a ponham a coberto das injustiças, conta principalmente com a ação do Estado. Que o Estado se faça, pois, sob um particularíssimo título, a providência dos trabalhadores, que em geral pertencem à classe pobre (Ibid, p. 24).

Cabe ao Estado regular a sociedade de modo que todas as suas classes tenham a possibilidade de progredirem livremente, para tanto, deve buscar o bem comum ocupando-se especialmente dos direitos dos pobres.

Na *Rerum Novarum*, Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) reconhece o grande número de associações, especialmente de operários, no final do

século XIX. Sendo natural ao homem se associar, o pontífice reconhece que aos operários cristãos só há duas opções: entrarem nas associações de cunho socialista ou organizarem eles próprios suas associações. Ao Estado cabe protegê-las.

Proteja o Estado estas sociedades fundadas segundo o direito; mas não se intrometa no seu governo interior e não toque nas molas íntimas que lhes dão vida; pois o movimento vital procede essencialmente de um princípio interno, e extinguem-se facilmente sob a ação de uma causa externa (Ibid, p. 33-34).

As associações, segundo Leão XIII (1891 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963), devem proporcionar os meios para que os trabalhadores aumentem os bens do corpo, do espírito e da fortuna, visando, porém, o aperfeiçoamento moral e religioso.

1.3 - *Quadragesimo Anno*

Quadragesimo Anno é a carta encíclica do papa Pio XI sobre A Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social, em conformidade com a Lei Evangélica, publicada em 15 de maio de 1931. Trata-se da carta encíclica que comemora o quadragésimo ano da *Rerum Novarum*.

Os objetivos da *Quadragesimo Anno* foram: rever os benefícios que a *Rerum Novarum* proporcionou não só para a Igreja, mas a toda humanidade; responder algumas dúvidas sobre alguns pontos da 1ª Encíclica e repreender o sistema econômico moderno.

Primeiramente, Pio XI (1931 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) lembra que os ricos consideravam inevitável a situação de miséria de grande maioria dos operários no final do século XIX:

[...] e por isso queriam que se deixasse à caridade o cuidado de socorrer os miseráveis; como se a caridade houvesse de cobrir essas violações da justiça, que os legisladores toleravam e, por vezes, sancionavam (PIO XI, 1931 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963, p. 42).

Neste contexto ideológico, aqueles que achavam a situação operária injusta, mas não queriam seguir a ideologia socialista sentiam falta de uma orientação que os conduzisse a caminhos mais seguros. A *Rerum Novarum* serviu a este propósito, mostrando à família humana “[...] novos caminhos no terreno social” (Ibid, p. 43), ou seja, caminhos que não eram apontados pelo liberalismo nem pelo socialismo.

Não pediu auxílio ao liberalismo nem ao socialismo, pois o primeiro se tinha mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o segundo propunha um remédio muito pior que o mal, que lançaria a sociedade em perigos funestos (Ibid, p. 43).

A questão social da época de Leão XIII era a brutal diferença na distribuição de bens temporais entre as classes rica e pobre. A doutrina de Leão XIII veio justificar a luta operária por melhores condições de existência, o que acabou sendo muito bem acolhida entre os operários cristãos e demais pessoas interessadas em aliviar os seus sofrimentos, pois seria um escudo que os protegeria da indiferença e hostilidade que vinham do Estado.

[...] a doutrina de Leão XIII, tão nobre e elevada, tão nova para humanos ouvidos, pareceu suspeita e até escandalizou. Ela assaltava ousadamente e derrubava os ídolos do liberalismo, não fazia caso de preconceitos inveterados, prevenia inopinadamente o futuro (Ibid, p. 44).

Os benefícios da *Rerum Novarum*, segundo Pio XI (1931 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) foram:

1. O Nascimento da Ciência Social Católica que pôde fornecer princípios e diretrizes às leis que regulam o trabalho operário;
2. A Conscientização dos Operários sobre sua dignidade, proporcionando o conhecimento de seus direitos e deveres;
3. Formação de uma corrente a favor de uma Política mais Social, excitando os católicos a cooperarem com as autoridades a promulgarem leis sociais.
4. Formação de Associações Operárias que seguiam os fins visados por Leão XIII e aquelas que surgiram da divisão de atividades: As que se especializaram em proteger os interesses legítimos dos sócios nos contratos de trabalho (sindicatos); as que organizavam o mútuo auxílio econômico (sociedades de socorros mútuos e previdência) e as que desenvolviam deveres religiosos e morais com os operários.
5. Formação de Associações Não-Operárias: “[...] a doutrina relativa ao direito natural de associação [...] começou naturalmente a aplicar-se também a associações não-operárias” (Ibid, p. 51). Assim, começaram a surgir associações de agricultores e de membros de classes médias que teriam os mesmos interesses morais e econômicos.

1.3.1 – Sobre a Propriedade da Empresa

Nos quarenta anos da encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja constatara que o homem moderno impregnando-se do justo desejo de participar ou formar associações que o ajudariam a preservar seus direitos, tornara-se propício à proposta socialista de transformar as indústrias particulares em sociedades onde o operário não seria mais um funcionário, mas um sócio e teria participação nos lucros.

Pio XI (1931 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) esclarece que o direito natural do empregado possuir propriedade particular é respeitado quando seu salário é justo, ou seja, permite-o fazer economias sem dispensar ele e sua família do necessário para a subsistência. Portanto, não é necessário retirar do capitalista a posse da empresa para salvaguardar o direito do trabalhador possuir um patrimônio, basta o Estado regular o regime dos salários.

Tanto o Capital quanto o Trabalho são responsáveis pela geração de riquezas, não sendo certo excluir o primeiro da participação nos lucros. Contudo, também é condenável pela DSI a distribuição das riquezas conforme a ideologia liberal, já que privilegia excessivamente o capital. Logo, Pio XI (1931 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) recomenda a sociedade entre patrão e empregado, na qual o primeiro divide com o operário a propriedade da empresa, tornando-o responsável por sua gestão ou auferindo parte do seu lucro.

Julgamos contudo, que nas presentes condições sociais é preferível, onde se possa, mitigar os contratos de trabalho combinando-os com os de sociedade, como já começou a fazer-se de diversos modos com não pequena vantagem dos operários e patrões. Deste modo, operários e oficiais são considerados sócios no domínio ou na gerência, ou compartilham os lucros. (Ibid, p. 62).

Pio XI (1931 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963) reconhece não haver mais pauperismo nas sociedades industrializadas do velho mundo, mas reconhece sua existência no novo mundo e no Oriente. Para o pontífice, a pobreza em países não europeus se deve ao espírito individualista que alimentado pelo liberalismo econômico passa a defender a livre concorrência fazendo sobreviver os mais fortes, “[...] os mais violentos competidores e que menos sofrem de escrúpulos de consciência” (ibid, p. 73).

No seu afã de acumular poder e riqueza, os competidores buscam não só o poder econômico, mas o poder do governo da nação que por sua vez promove a luta

entre as nações que em nível internacional colocam as leis econômicas acima do interesse comum e da justiça, submetendo tudo e a todos ao Imperialismo Econômico.

Na década de 30, tanto a DSI quanto o socialismo defendem a propriedade estatal de certas empresas para evitar “[...] aquele despotismo social que a propriedade contra todo direito se arrogou” (Ibid, p. 76). No entanto, não é certo pensar que o socialismo é coerente com a fé cristã, haja vista, sua visão materialista da vida.

Com efeito, segundo a doutrina cristã, o homem, sociável por natureza, é colocado nesta terra, para que, vivendo em sociedade e sob autoridade ordenada por Deus (Rom 13,1), cultive e desenvolva plenamente todas as suas faculdades, para louvor e glória do Criador, e pelo fiel cumprimento dos deveres da sua profissão ou vocação, qualquer que ela seja, granjeie a felicidade temporal e eterna. Ora o socialismo, ignorando por completo ou desprezando este fim sublime dos indivíduos e da sociedade, opina que o consórcio humano foi instituído só pela vantagem material que oferece. (Ibid, p. 78-79).

Para os socialistas os homens conduzem suas ações por interesses materiais sendo assim, todos se sujeitarão a perder a liberdade individual para se submeter à autoridade estatal porque só assim auferirão maior bem-estar material e maior felicidade. Para Pio XI (1931 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) esta teoria é falsa porque tira do homem sua dignidade, suscitando a discórdia entre os homens.

Segundo a DSI, a raiz do materialismo tanto por parte do liberalismo quanto do socialismo está no pecado original que faz os homens preferirem os bens da terra aos espirituais. Assim, a busca pelas virtudes cristãs deu lugar à sede de riquezas que aliada ao racionalismo desenvolveu a ciência econômica independente de lei moral.

Pio XI (1931 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) termina a encíclica sugerindo a formação de associações católicas onde pudesse ser estudada a questão social segundo os princípios da fé católica para que nelas surjam apóstolos de todas as classes, imbuídos de um apurado sentimento de justiça e caridade, porque “[...] embora a justiça, praticada com todo o rigor, possa extirpar as raízes das lutas sociais, não poderá nunca sozinha congraçar os ânimos e unir os corações” (Ibid, p. 84).

1.4 – *Mater et Magistra*

Mater et Magistra é a carta encíclica do papa João XXIII sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã, promulgada em 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da *Rerum Novarum*.

João XXIII inicia sua encíclica comentando os ensinamentos da *Rerum Novarum* e da *Quadragesimo Anno*. Sobre esta última, João XXIII destaca: o direito dos trabalhadores participarem da gestão e propriedade das empresas; o alerta aos católicos de que não devem aderir ao socialismo moderado porque acreditam que a produção de bens temporais é o objetivo supremo da sociedade humana; finalmente, a primazia do bem-comum sobre a busca dos lucros individuais ou de grupos.

Transcrevendo a Rádio Mensagem do Pentecostes de 1941, João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) enfatiza os três valores fundamentais da vida social e econômica: o uso dos bens materiais, o trabalho e a família.

Segundo João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963), o direito a usar os bens para seu próprio sustento tem prioridade mesmo sobre o direito de propriedade, pois os bens devem estar disponíveis a todos segundo os princípios da justiça e da equidade. Quanto ao trabalho, este é direito e dever de todos os homens, já a família, para ser preservada, tem que ter garantido o seu espaço vital que é a propriedade privada, meio apto à autoridade familiar assegurar livremente o bem-estar físico, espiritual e religioso dos seus.

Nos 30 anos após a encíclica *Quadragesimo Anno*, João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) destaca várias inovações do campo científico: a descoberta da energia nuclear para fins bélicos e pacíficos, os produtos sintéticos; a automação no setor industrial e de serviços, a modernização da agricultura, a diminuição das distâncias com o rádio, a televisão e a rapidez dos meios de transporte e finalmente, a conquista de espaços interplanetários. Por outro lado, no campo social destacam-se:

- A Difusão dos seguros sociais em algumas nações economicamente desenvolvidas;
- Estabelecimento de sistemas de previdência social;
- Movimentos sindicais;
- Aumentos da instrução de base;
- O Bem-estar cada vez mais generalizado;
- Crescente mobilidade social e conseqüente aproximação entre as classes;

- Os desequilíbrios econômicos e sociais dentro dos países entre os setores agrícola e industrial e entre zonas desenvolvidas e menos desenvolvidas; internacionalmente, entre países economicamente desenvolvidos e em via de desenvolvimento;
- O interesse cada vez maior do homem comum pelos conhecimentos diários de repercussão mundial;
- Aumento da interdependência entre povos o que propiciou a formação de redes de organização de projeção mundial, seguidoras de critérios supranacionais, com finalidades econômicas, sociais, culturais e políticas.

1.4.1 – Os Papéis do Estado e das Associações Civis

Segundo João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) é injusto entregar a uma sociedade maior o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores. Assim, cabe às sociedades maiores, “ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social e não destruí-los e absorvê-los” (JOÃO XXII, 1961 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963, p. 104).

Pelo princípio da Subsidiariedade, apresentado pela *Mater et Magistra*, cabe ao Estado, a sociedade maior por excelência, preservar o direito de todos serem os primeiros responsáveis por sua própria manutenção e de sua família. Assim, deve utilizar o conhecimento científico e técnicas de produção disponíveis para reduzir os desequilíbrios de diferentes setores e enfrentar o fenômeno do desemprego de massa, garantindo um sistema econômico que facilite o livre exercício das atividades produtivas e o “gênio criador dos indivíduos” (JOÃO XXIII, 1961 apud PIMENTEL JÚNIOR, 1963, p. 105).

De fato, a experiência ensina que, onde falta a iniciativa pessoal dos indivíduos, domina a tirania política; e há ao mesmo tempo estagnação nos setores econômicos, destinados a produzir sobretudo a gama indefinida dos bens de consumo; [...] Onde por outro lado, falta ou é defeituosa a necessária atuação do Estado, há desordem insanável; e os fracos são explorados pelos fortes menos escrupulosos, que medram por toda a parte e em todo o tempo, como a cizânia no meio do trigo (Ibid, p. 105).

Em síntese, o aumento da eficiência dos sistemas econômicos evidenciou os desequilíbrios sócio-econômicos não tanto entre classes sociais, mas entre setores econômicos e países, o que faz João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963)

defender a idéia do Estado subsidiar setores e zonas de baixo desenvolvimento econômico-social a fim de preservar o direito de todo homem prover a si mesmo e os seus.

Devido aos progressos científicos e técnicos que acarretaram maior eficiência da produção e aumento do nível de vida, a era moderna veio a ser caracterizada pela socialização, entendida como “[...] multiplicação progressiva das relações dentro da convivência social, e comporta a associação de várias formas de vida e de atividade, e a criação de instituições jurídicas” (Ibid, p. 106).

Expressão deste fenômeno é o elevado número de grupos, movimentos, associações e instituições com finalidades econômicas, culturais, sociais, desportivas, profissionais, recreativas e políticas que com o tempo angariaram uma maior intervenção estatal em campos antes restritos ao espaço vital da família como saúde e educação.

Para a DSI, a socialização é vantajosa porque permite a satisfação de muitos direitos da pessoa humana, especialmente, econômicos e sociais. Como desvantagem, restringe o campo de liberdade dos indivíduos, já que são submetidos a atuar num campo fechado, cheio de regulamentações jurídicas que torna difícil cada um pensar independentemente de influências externas. Mesmo reconhecendo essa desvantagem, a Igreja incentiva a socialização.

“[...] a socialização [...] é obra dos homens, seres conscientes e livres, levados por natureza a agir como responsáveis, ainda que em suas ações sejam obrigados a reconhecer e a respeitar as leis do progresso econômico e social, e não possam subtrair-se de todo à pressão do ambiente” (Ibid, p.107).

Contudo, para evitar as conseqüências negativas da socialização são necessárias segundo João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963): uma concepção clara do que seja o bem comum; a autonomia efetiva de todas as formas de socialização (associações, institutos, etc.) em relação aos poderes públicos no sentido de ambos considerarem-se subordinados às exigências do bem-comum; finalmente e não menos importante, que as formas de socialização se constituam em verdadeiras comunidades.

[...] requer-se, porém, que as autoridades públicas se tenham formado, e realizem praticamente, uma concepção exata do bem comum; este compreende o conjunto das condições sociais que permitem e favorecem nos homens o desenvolvimento integral da personalidade. E cremos necessário, além disso, que os corpos intermediários e as diversas iniciativas sociais, em que sobretudo

procura exprimir-se e realizar-se a socialização, gozem de uma autonomia efetiva relativamente aos poderes públicos, e vão no sentido dos seus interesses específicos, com espírito de leal colaboração mútua e de subordinação às exigências do bem comum. Nem é menos necessário que os ditos corpos se apresentem sob a forma de verdadeiras comunidades, isto é, que os seus membros sejam considerados e tratados como pessoas, e estimulados a participar ativamente na vida associativa (Ibid, p.107).

Nota-se que a DSI considera indicador do caráter comunitário das formas associativas a participação ativa dos seus membros. Se a forma associativa não estiver aberta a esta participação, há o risco desta ser usada como meio de opressão, reduzindo os homens a verdadeiros autômatos, sem vontade própria, deixando-a a desejar na tarefa de promover as qualidades próprias do ser humano.

1.4.1.1 – A Nível Nacional

João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) admite que a separação entre os responsáveis pela direção das empresas e seus proprietários dificultam a adequação dos objetivos pretendidos por seus dirigentes às exigências do bem comum. Contudo, para o pontífice, isto não significou prejuízo nos direitos dos trabalhadores, na realidade isto permitiu a valorização do próprio trabalho.

Setenta anos após a *Rerum Novarum*, João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) constata que o homem moderno deseja mais conseguir habilitações profissionais para ocupar cargos de direção do que possuir rendimentos vindos do capital. A filiação em organismos asseguradores ou de previdência social fez o homem olhar com mais serenidade o seu futuro e ter mais confiança nos rendimentos do trabalho do que do capital.

Para que a confiança nos rendimentos do trabalho seja generalizada, não basta os trabalhadores participarem de organismos de previdência social. Para João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) é necessário também que o trabalhador obtenha aumentos em sua remuneração a partir de ganhos de eficiência produtiva.

Se o trabalhador está inserido em setores econômicos que não geram ganhos de eficiência produtiva que lhe proporcione aumentos de sua remuneração, cabe ao Estado segundo João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) subsidiar esse setor de modo a garantir a harmonia entre os diferentes setores econômicos.

O avanço da história faz ressaltar cada vez mais as exigências da justiça e da equidade, que não intervêm apenas nas relações entre operários e empresas ou direção destas, mas dizem respeito às relações entre os diversos setores econômicos, entre zonas

economicamente desenvolvidas e zonas economicamente menos desenvolvidas dentro da economia nacional e, no plano mundial, às relações entre países desigualmente desenvolvidos em matéria econômica e social (Ibid, p.120).

João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) destaca o setor agrícola como setor subdesenvolvido por excelência. Diz que o êxodo rural não surge somente do progresso econômico do país, mas do fato do setor ser em quase todos os países deprimido “[...] tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão de obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais” (Ibid, p. 121).

Para que os níveis de produtividade da agricultura não sejam tão aquém dos conseguidos pela indústria e o agricultor não se sinta inferior aos trabalhadores da indústria, a DSI traça algumas diretrizes para a solução do problema.

a) Desenvolvimento de Serviços Essenciais

Estradas, transportes, comunicações, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução alimentar, formação técnica e profissional, meios de lazer, boas condições para a vida religiosa e todas as comodidades modernas para a casa rural. Para a DSI, sem estes serviços tornar-se-á quase impossível o desenvolvimento sócio-econômico deste setor.

b) Desenvolvimento Harmonioso do Sistema Econômico

As técnicas de produção agrícola, a escolha das culturas e a estruturação das empresas do setor devem se modificar conforme as exigências da economia para que seu nível de vida seja comparável ao nível de vida do setor industrial e de serviços.

A agricultura chegará assim a absorver maior quantidade de bens industriais e a requerer serviços mais qualificados. Por sua vez, oferecerá aos outros dois setores e à comunidade inteira produtos que melhor correspondam, em quantidade e qualidade, às exigências do consumo; e contribuirá para a estabilização da moeda, elemento positivo para o progresso ordenado do sistema econômico total (Ibid, p. 122).

Do mesmo modo, para a DSI, a mão-de-obra liberada pela modernização do setor agrícola poderia também com maior facilidade adquirir a formação profissional necessária para sua inserção nos demais setores.

c) Política Econômica Adequada referente ao regime fiscal, ao crédito, à previdência social, à defesa dos preços, ao fomento de indústrias complementares e à modernização dos estabelecimentos.

Segundo João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) seria necessário um regime fiscal diferenciado para o setor porque este, comparado aos demais, auferir com maior lentidão os lucros; possui maior dificuldade para obter empréstimos e está exposto a maiores riscos.

Outrossim neste mesmo documento, o pontífice alerta que é necessário fornecer um regime especial de crédito ao setor com juros abaixo dos habituais. São indispensáveis dois sistemas diferenciados de seguros: um para os produtos e outro para os agricultores e suas famílias e que sejam similares aos seguros dos outros setores.

João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) sugere ainda que os sistemas de seguros sociais e de previdência social sejam instrumentos para a melhora da distribuição de renda do país.

Os sistemas de seguros sociais e de previdência social podem contribuir eficazmente para uma distribuição do rendimento total de um país, segundo critérios de justiça e de equidade; e podem, portanto, considerar-se como instrumento para reduzir os desequilíbrios dos níveis de vida entre as várias categorias de cidadãos (Ibid, p. 123).

Sendo o preço dos produtos agrícolas muito mais retribuição do trabalho do que do capital, é necessário, segundo João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) que o Estado utilize a técnica econômica para defender seus preços. Não seria justo nem equitativo manter os agricultores em estado sócio-econômico inferior mesmo que seus produtos sejam destinados às mais primárias necessidades humanas.

Para João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) o ideal é que a empresa agrícola funcione como comunidade de pessoas, sendo assim, é preferível que ela tenha dimensões familiares. Porém, a empresa agrícola de maiores dimensões é também aceita pela DSI.

Quando as empresas agrícolas são de dimensão familiar o pontífice alerta que é necessário sua constante instrução sobre modernas técnicas agrícolas e se formem cooperativas.

É oportuno, aliás, insistir em que a empresa de dimensões familiares será viável somente se dela puder obter-se um nível de vida digno para a família. Para isso, torna-se indispensável que eles estabeleçam ampla rede de instituições cooperativistas, estejam profissionalmente organizados, e tomem parte ativa na vida pública, tanto nos organismos administrativos como nos movimentos políticos (ibid, p. 125).

Busca-se a auto-estima do agricultor, para isso é imprescindível o protagonismo dos agricultores na sua própria elevação.

Estamos convencidos que os protagonistas do progresso econômico e social e da elevação cultural nos meios rurais devem ser os mesmos interessados, quer dizer, os lavradores. Podem facilmente convencer-se de quanto é nobre o seu trabalho (Ibid, p. 125).

Na agricultura familiar a socialização é fundamental. As famílias de agricultores se sentindo mais solidárias umas das outras facilmente criarão iniciativas cooperativistas e associações profissionais, tornando-as mais visíveis aos poderes públicos e seus serviços.

Umás e outras [cooperativas e associações] são necessárias para tirar proveito dos progressos científicos e técnicos na produção, contribuir eficazmente para a defesa dos preços, e chegar a um plano de igualdade com as profissões, ordinariamente organizadas, dos outros setores produtivos; e para que a agricultura consiga fazer-se ouvir no campo político e junto dos órgãos da administração pública. Porque hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções, e muito menos de se fazerem entender (Ibid, p. 126).

Na *Mater et Magistra*, os agricultores como as demais categorias devem se subordinar às exigências do bem comum, portanto, estar dentro da ordem moral e jurídica para que tenham legitimidade nas suas solicitações frente aos órgãos públicos.

João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) diz que na esfera espiritual, o homem do campo também encontra incentivos para prosperar e enriquecer com seu trabalho, pois buscará vivê-lo como vocação e missão.

[...] isto é, como resposta ao convite recebido por Deus para colaborar na realização do Seu plano providencial na história, como compromisso tomado de se elevar cada um a si e elevar os outros, e ainda como auxílio para a civilização humana (Ibid, p. 126).

Não é que os poderes públicos dando maior atenção a este setor se sentirão desobrigados a apoiar os demais setores. Na realidade, para a DSI, o Estado deve manter seu apoio às zonas mais dinâmicas da economia nacional,

implementando uma política que subsidie a continuação do desenvolvimento econômico e o aumento do padrão de vida.

“[...] política capaz de promover a absorção e o emprego remunerador da mão de obra, de estimular o espírito empreendedor e de aproveitar os recursos locais” (Ibid, p. 127).

O Estado tem o papel de contribuir com a iniciativa privada e não substituí-la. Ao estabelecer o equilíbrio econômico e social entre as diferentes regiões da nação, o Estado estará garantindo o direito tanto do agricultor quanto dos demais trabalhadores de eles mesmos serem os responsáveis e os realizadores de sua elevação econômica.

1.4.1.2 – A Nível Mundial

O maior problema da época moderna talvez seja o das relações entre as comunidades políticas economicamente desenvolvidas e as que se encontram em fase de desenvolvimento econômico; as primeiras, por conseguinte, com alto nível de vida; as outras, em condições de escassez ou de miséria. A solidariedade, que une todos os seres humanos e os torna membros de uma só família, impõe aos países, que dispõem com exuberância de meios de subsistência, o dever de não permanecerem indiferentes diante das comunidades políticas cujos membros lutam contra as dificuldades da indigência, da miséria e da fome, e não gozam dos direitos elementares da pessoa humana. Tanto mais que, dada a interdependência cada vez maior entre os povos, não é possível entre eles reine uma paz durável e fecunda, se o desnível das condições econômicas for excessivo (Ibid, p. 128-129).

Se a questão social da era moderna, apontada por João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) é a brutal diferença de níveis de vida entre populações de países em desenvolvimento e de países desenvolvidos, é questão de justiça que os países que produzem excesso de alimentos distribuam esse excesso aos países em desenvolvimento para que estes possam alcançar o desenvolvimento com menos dificuldade.

Compreendendo que o excesso de produção agrícola gera repercussões econômicas negativas para países desenvolvidos por levar a uma queda dos preços, João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) consta como dever do Estado empregar todos os meios para reduzi-la.

A distribuição de alimentos é apenas uma medida emergencial, já que João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) aponta como causa do problema o atraso dos sistemas econômicos dos países em desenvolvimento. Logo, aos países

desenvolvidos cabe a tarefa de auxiliar os países em desenvolvimento a adquirirem suas próprias habilidades profissionais e competências científicas e técnicas.

No tempo de João XXIII já existiam fundações e sociedades técnicas em todos os setores de produção, Estados e organismos mundiais e regionais que promoviam a formação universitária de jovens estudantes de países em desenvolvimento como também instituições bancárias fornecedoras de capital a estes mesmos países. A *Mater et Magistra* procurou exaltar essas iniciativas e fazer algumas advertências, são elas:

1. Países em desenvolvimento devem aprender com os erros dos países desenvolvidos;
2. É imprescindível produzir mais e melhor, mas também igualmente imprescindível repartir eqüitativamente a riqueza, ou seja, o desenvolvimento econômico deve acompanhar o progresso social e na medida do possível um desenvolvimento gradual e harmonioso entre os três setores (agricultura, indústria e serviços);
3. Que as nações desenvolvidas evitem a tentação “[...] de se aproveitarem da cooperação técnica e financeira que prestam, para influírem na situação política das comunidades em fase de desenvolvimento econômico, a fim de levarem a cabo planos de predomínio” (Ibid, p. 131) e estabelecerem uma nova forma de colonialismo que além de prejudicar as relações internacionais, se constituiria uma ameaça e perigo para a paz mundial. Os países devem se desenvolver por si mesmos, ou seja, eles mesmos devem realizar a própria elevação econômica e política;
4. Respeito à hierarquia de valores: Os valores espirituais estão acima dos progressos científicos, técnicos e econômicos, estes devem ser considerados somente meios. Se há inversão na hierarquia, certamente, a cooperação entre os povos diminuirá visto que o bem-estar material será considerado a única razão da vida.

Na década de 60 estava em voga a idéia de que o ritmo de crescimento da população mundial tenderia a ser maior do que o ritmo de desenvolvimento econômico e disponibilidade de alimentos e por isso se tornava necessário adotar políticas de controle de natalidade. João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) rebate esta

idéia dizendo que a solução da pobreza não está em medidas drásticas que impeçam os casais de terem filhos, mas:

[...] num renovado esforço científico e técnico, por parte do homem, no sentido de aperfeiçoar e estender cada vez mais o seu domínio sobre a natureza. Os progressos já realizados pelas ciências e técnicas abrem, nesta direção, horizontes ilimitados (Ibid, p. 135).

Pela DSI, as situações de extrema pobreza devem ser combatidas com a generalização do progresso econômico e social e para isso os países ricos deverão ser solidários promovendo uma circulação ordenada de conhecimentos, meios, capitais e pessoas porque a ciência e tecnologia têm que estar a serviço da vida e não da morte. “Os progressos científicos e técnicas multiplicam e reforçam, em todos os setores da convivência, as relações entre os países, tornando a sua interdependência cada vez mais profunda e vital” (Ibid, p. 137).

Toda nação é condicionada pelas demais nações e vice-versa, mesmo aquela que tenha o mais eficaz sistema econômico e riqueza de território. Assim, segundo João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) nenhuma nação tem possibilidade de resolver adequadamente seus maiores problemas dentro de si mesma, sendo então lícito pensar que cada nação consegue o próprio desenvolvimento contribuindo para o desenvolvimento das demais.

Para a DSI, a solidariedade entre os países é insuficiente por causa da desconfiança mútua que é fruto das diferentes concepções de vida que inspiram os responsáveis pelo desenvolvimento das atividades.

Há diferentes concepções de justiça e exigências da justiça que fazem as nações se opor entre si. Por não haver o reconhecimento de uma ordem moral de igual valor para todos, o que pode ser justo para uns, pode ser considerado injusto para outros, o que acaba minando o entendimento entre os países e relações solidárias. Mas, “a ordem moral não pode existir sem Deus” (Ibid, 139). Isso significa que o homem é um ser espiritual que exige uma ordem moral e religiosa que influa na vida individual e comunitária. O erro da era moderna é prescindir de Deus para o estabelecimento da ordem temporal, o que gera várias ordens imperfeitas “pois não tomam em conta as imperfeições humanas inevitáveis, como a doença e o sofrimento, que não podem eliminar nem sequer os sistemas econômicos e sociais mais avançados” (Ibid, p. 140).

Para João XXIII (1961 apud PIMENTEL JUNIOR, 1963) o sentido da vida para o cristão implica um espírito de sacrifício e sobriedade em detrimento ao espírito de busca ao prazer e satisfação completa das coisas.

Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes; exame de determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama (Ibid, 144).

É o conhecido método do ver, julgar e agir. O pontífice recomenda aos católicos que desejam solucionar os diversos problemas sociais que primeiramente atentem para aos princípios da DSI para analisarem as causas destes problemas e os meios possíveis para solucioná-los segundo estes mesmos princípios.

1.5 – Centesimus Annus

A *Centesimus Annus* é a Carta Encíclica do Papa João Paulo II publicada em 1º de maio de 1991 em comemoração aos 100 anos da *Rerum Novarum*.

Inicialmente, o papa apresenta as razões da *Rerum Novarum* ter previsto há cerca de 100 anos atrás a derrocada do primeiro Estado organizado conforme a filosofia socialista.

Segundo João Paulo II (1999), o fim da União Soviética foi causado por um erro fundamental da filosofia socialista, que é considerar cada homem uma molécula do organismo social, reduzindo-o a uma série de relações sociais e fazendo desaparecer o conceito de pessoa “como sujeito autônomo de decisão moral, que constrói, através dessa decisão, o ordenamento social” (JOÃO PAULO II, 1999, p. 29).

Ainda, segundo o pontífice, o autêntico ordenamento social, em outras palavras, a autêntica comunidade social só pode ser formada pela livre iniciativa dos homens. Sendo o direito a propriedade privada a condição que faz o homem exercer a liberdade, o Estado socialista nunca será um Estado autêntico, pois não é formado pela livre escolha dos homens. Ora, se o homem não tem liberdade de possuir não há outra opção do que se tornar uma peça da máquina estatal.

Segundo João Paulo II (1999), a sociedade ou Estado deve ser a expressão de várias formas de livre socialização, desde a família até os grupos econômicos, políticos e culturais.

A concepção errada de Sociedade do socialismo é devida ao ateísmo. Segundo João Paulo II (1999), é o ateísmo que desobriga o homem a dar uma resposta a Deus e aos homens, conseqüentemente, transforma-o objeto dos próprios homens ou do sujeito coletivo – O Estado.

Quanto à luta de classes, João Paulo II (1999) diz que ela é justa quando se trata de injustiça social. Contudo, os conflitos de interesse de classe devem ser resolvidos sem violência ou ódio mútuo, sem eliminar uma das partes.

O erro como se disse, consiste numa concepção da liberdade humana que a desvincula da obediência à verdade e, por conseguinte, também ao dever de respeitar os direitos dos outros. O conteúdo da liberdade reduz-se então ao amor de si próprio, até chegar ao desprezo de Deus e do próximo, amor que conduz à afirmação ilimitada do interesse próprio, sem se deixar conter por qualquer obrigação de justiça (JOÃO PAULO II, 1999, p. 35-36).

Para o pontífice, sem uma concepção de transcendência que insere o homem há um conjunto de direitos e obrigações universais, este não será responsável por si nem pelos outros, especialmente os mais fracos, rompendo-se a solidariedade tão necessária num mundo cada vez mais integrado.

1.5.1 – Sobre a Propriedade do Conhecimento, da Técnica e do Saber

João Paulo II (1999) constata que nos tempos atuais o próprio homem é o fator decisivo da produção. Não é mais a terra ou o capital, mas as capacidades de conhecimento, de organização solidária e de intuir e satisfazer as necessidades humanas as maiores responsáveis pelos atuais ganhos de produtividade das organizações produtivas.

“É o seu trabalho disciplinado, em colaboração solidária, que permite a criação de comunidades de trabalho cada vez mais amplas e eficientes para operar a transformação do ambiente natural e do próprio ambiente humano” (JOÃO PAULO II, 1999, p. 61).

Diante deste processo de valorização do trabalho humano, o papa faz um alerta sobre o risco da marginalização daqueles que não dispõem do conhecimento de base que os permite exprimir sua criatividade e potencialidades nas redes de conhecimento e intercomunicações.

Segundo João Paulo II (1999), aquele que não tem acesso às vias de onde os sistemas de empresas captam as habilidades do trabalhador está fadado a viver

aparte da economia moderna em economias tradicionais de subsistência. Caso estas economias sejam insuficientes para sua sobrevivência ou consideradas indignas, este é condenado a viver nas periferias a mercê da violência e de formas coercitivas de controle demográfico.

Ainda, segundo o pontífice, há aqueles que mesmo não estando totalmente marginalizados ainda sofrem as crueldades do capitalismo em sua primeira fase ou regimes de semi-escravidão quando o sistema econômico predominante é agrário.

João Paulo II (1999) observa que nos países em desenvolvimento a maioria de sua população ainda tem que lutar pelos objetivos do tempo da *Rerum Novarum*: salário suficiente para a família, seguranças sociais para a velhice e desemprego e condições adequadas de trabalho.

Na *Centesimus Annos*, a Igreja alerta que a permanência de situações indignas de trabalho é causada não só pela carência material dos pobres, mas pela exclusão deles ao conhecimento técnico e científico.

Apesar das grandes mudanças verificadas nas sociedades mais avançadas, as carências humanas do capitalismo, com o conseqüente domínio das coisas sobre os homens, ainda não desapareceram; pelo contrário, para os pobres a carência dos bens materiais juntou-se a do conhecimento e da ciência, que lhes impede de sair do estado de humilhante subordinação (Ibid, p. 63).

Segundo João Paulo II (1999), a grande mobilidade de produção e consumo freqüentemente desvaloriza certos conhecimentos já adquiridos e profissões consolidadas, causando a marginalização daqueles que não conseguem se atualizar. Este fenômeno exige um grande esforço de re-qualificação profissional tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

Para a DSI, o sistema socialista é um capitalismo de estado, sendo assim, a Igreja não deseja o capitalismo, mas uma “sociedade do trabalho livre, da empresa e da participação” (Ibid, p. 66). Neste sistema, o livre mercado existe, porém deve ser oportunamente controlado pelas forças sociais e estatais para que este cumpra as exigências fundamentais da sociedade para o bem-comum.

O papa alerta que a DSI não condena o lucro, pois é “indicador do bom funcionamento da empresa” (ibid, p. 66). À empresa cabe se preocupar com outros indicadores além do lucro, pois sua verdadeira função é servir a sociedade.

“O lucro é um regulador da vida da empresa, mas não o único; a ele deve associar a consideração de outros fatores humanos e morais que, a longo prazo, são igualmente essenciais para a vida da empresa” (Ibid, p. 67).

Segundo João Paulo II (1999), no sistema de sociedade do trabalho livre, da empresa e da participação o objetivo fundamental da empresa é conservar sua própria existência como comunidade de homens que procuram satisfazer suas necessidades mais imediatas e da sociedade.

1.5.2 – Sobre a Degradação da Natureza

O consumismo é fenômeno característico das sociedades modernas. Para João Paulo II (1999) o consumismo deve ser entendido como a manifestação da cultura de um povo através de suas opções de consumo e produção.

Sabe-se que os sistemas capitalistas de produção são movidos pela criação de novas necessidades humanas e de produtos destinados a satisfazê-las segundo determinada concepção de homem e de mundo, logo, para a DSI uma imagem integrada do homem deve ser buscada a fim de evitar hábitos de consumo e de vida prejudiciais à saúde física e espiritual.

O consumo não pode ser contrário à saúde e dignidade humana, por isso, a DSI condena um estilo de vida orientado mais ao ter do que ao ser, pois tenderá a maltratar os mais fracos.

Não é mal desejar uma vida melhor, mas é errado o estilo de vida que se presume ser melhor, quando ela é orientada ao ter e não ao ser, e deseja ter mais não para ser mais, mas para consumir a existência no prazer, visto como fim em si próprio (Ibid, p. 70).

As opções de consumo, de poupança e de investimento devem ser orientadas para o bem-comum e também à caridade “isto é, o dever de acorrer com o ‘supérfluo’, e às vezes até com o ‘necessário’ para garantir o indispensável à vida do pobre” (Ibid, p. 70).

Para João Paulo II (1999) é sempre uma escolha moral e cultural a decisão de investir num ou noutro setor produtivo e é prova de confiança na Providência divina e atitude de solidariedade a decisão de investir num povo que necessita de maior valorização do seu trabalho.

Na *Centesimus Annos*, a questão ecológica é intimamente ligada ao consumismo. Se a razão da vida é ter e não ser, o homem tende a consumir excessivamente e desordenadamente os recursos da terra e da sua própria vida.

Para João Paulo II (1999), o ateísmo retira do homem sua origem transcendente das coisas, isto acarreta automaticamente a noção de que tudo e todos devem estar a serviço de suas necessidades.

Ignorando seu lado espiritual, o homem tende a buscar apenas a satisfação de suas necessidades particulares e secundárias, deixando de lado suas autênticas carências. Isto provoca um imenso vazio interior que o faz entrar numa corrida incessante de bens e pessoas que o satisfaçam. No fim da história, o que se pode esperar é a degradação cada vez maior do meio ambiente e do próprio ser humano.

No fundo, para se resolver a degradação dos bens da Terra a DSI propõe que antes é necessário cuidar do homem, educando-o e formando uma cultura que imagina o homem não um mero caçador de sensações, mas um construtor de uma nova sociedade, uma sociedade que não privilegia nem o Estado nem o livre mercado, mas o próprio homem: É a Ecologia Humana.

1.5.3 – O Papel das Obras Sociais da Igreja

Uma autentica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção de pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer através dos indivíduos através da educação e da formação dos verdadeiros ideais, quer da “subjetividade” da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade (Ibid, p. 85).

Para a DSI não há democracia se não houver verdade. É a verdade que garante o respeito à liberdade. Sem ela, há o perigo de idéias e convicções serem instrumentalizadas para fins de poder.

Na *Centesimus Annos*, a verdade se manifesta numa hierarquia de valores e o primeiro de todos é o respeito à liberdade.

Para João Paulo II (1999), ninguém em nome de uma ideologia religiosa ou científica pode impor aos outros homens sua concepção da verdade e do bem. Ao cristão que conhece a verdade cristã cabe no diálogo encontrar parcelas desta

verdade nas culturas e nações e fazer conhecer a verdade que conheceu. Ninguém pode impedir a pessoa viver a verdade que conhece.

Segundo o pontífice, a verdade é manifesta atualmente nos direitos humanos e cabe aos regimes democráticos conhecê-los.

[...] recordem-se: o direito à vida, do qual é parte integrante o direito a crescer à sombra do coração da mãe depois de ser gerado; o direito a viver numa família unida e num ambiente moral favorável ao desenvolvimento da própria personalidade; o direito a maturar sua inteligência e liberdade na procura e no conhecimento da verdade; o direito a participar no trabalho para valorizar os bens da terra e a obter dele o sustento próprio e dos seus familiares; o direito a fundar uma família e a acolher e educar os filhos, exercitando responsabilmente a sua sexualidade. Fonte e síntese destes direitos é, em certo sentido, a liberdade religiosa, entendida como direito a viver na verdade da própria fé e em conformidade com a dignidade transcendente da pessoa (Ibid, p. 87-88).

Para a DSI o homem é acima de tudo um caçador da Verdade, portanto, não pode estar limitado em seu aspecto de consumidor ou cidadão.

Segundo João Paulo II (1999), o homem em si tem valor singular, cabe ao Estado e ao mercado servirem-no de modo a preservar sua dignidade de pessoa. Sendo assim, o Estado de Bem-estar social nas suas atividades de assistência tem que ter o cuidado de não abusar desta assistência, irresponsabilizando a sociedade, pois, quem mais conhece a real necessidade do indivíduo é quem está mais perto dele.

Neste campo, a Igreja ao mandato de Cristo, seu Fundador, sempre esteve presente com as suas obras para oferecer ao homem carente um auxílio material que não o humilhe e não o reduza a ser apenas objeto de assistência, mas o ajude a sair da sua precária condição, promovendo sua dignidade de pessoa (Ibid, p. 91-92).

Pela DSI, as obras sociais da Igreja pretendem complementar a assistência estatal buscando restaurar a dignidade do necessitado.

1.6 – Considerações Finais

No catolicismo o pobre é aquele que depende do trabalho para sobreviver e por isso não deve ser considerado um estado vergonhoso e indesejável. Porém, se as condições de seu trabalho não o protege adequadamente da miséria que é a privação do mínimo necessário para viver em sociedade, seu estado de pobreza passa a ser um sintoma de injustiça social, portanto, algo indesejável.

Verificamos que a DSI ao longo dos seus 100 anos discorreu sobre a situação de certos grupos com precárias condições de trabalho. Assim o foi com a *Rerum Novarum* ao tratar da classe operária europeia do século XIX; com a *Quadragesimo Anno* em relação às populações dos continentes americano, africano e asiático; com a *Mater et Magistra* em relação àqueles que ocupam atividades produtivas que não lhes proporcionam um adequado padrão de vida, especialmente, os trabalhadores rurais; e com a *Centesimus Annos* ao tratar dos que não têm acesso ao conhecimento técnico e científico.

Todos esses grupos são constituídos de indivíduos pobres que têm condições de trabalho que não os protege da miséria.

Tanto as sociedades capitalistas quanto socialistas possuem um número considerável de pessoas na miséria e por isso impossibilitadas de exercerem sua liberdade. A DSI tratou de identificar essas pessoas e apontar as causas de sua indigência.

O direito à liberdade é o valor que ocupa o topo da hierarquia de valores cristãos. A DSI torna-se então um apelo a todos os católicos esforçarem-se em construir uma sociedade cuja base seja o respeito à liberdade.

A Igreja quer a Sociedade do Trabalho Livre, da Empresa e da Participação, assim, aqueles que desejam este mesmo modelo de sociedade devem resolver os problemas sociais apontados pela DSI segundo alguns princípios que são:

1. Todo ser humano tem direito a propriedade;
2. Sempre existirão ricos e pobres;
3. O Estado deve servir ao interesse comum estimulando as iniciativas das bases sociais que visam o bem-comum;
4. Todos têm o direito de formar associações;
5. Os trabalhadores devem participar da propriedade da empresa;
6. O Estado pode possuir certas empresas;
7. As Associações devem estimular a participação ativa de seus membros;
8. O Bem-comum exige uma atenção especial ao setor agrícola;

9. É necessária a cooperação científica, técnica e financeira entre países de diferentes níveis de desenvolvimento;
10. Todo Homem tem o direito à propriedade do conhecimento da técnica e do saber;
11. A questão ecológica é resolvida educando o homem para ser construtor de uma nova sociedade;
12. As Obras Sociais da Igreja devem promover a dignidade da pessoa.

A partir destes princípios, concluímos que os católicos perseguem dois objetivos principais quando se deparam com populações em precárias condições de trabalho, são eles:

1. Ensinar a concepção cristã do que seja o ser humano: Despertar a consciência de que o ser humano é pessoa: sujeito de decisão moral e que com ela constrói a ordem social. Isto significa que a Igreja deve ensinar a idéia de que o ser humano só é livre quando age segundo a verdade de sua própria fé.

2. Desenvolver uma exata concepção de bem-comum: Definir as condições sociais que permitem o desenvolvimento integral da personalidade para que todos sejam efetivamente pessoas, para isso, busca-se desenvolver iniciativas que objetivam a socialização para que através dela as pessoas atendam seus interesses específicos. A idéia é de que o indivíduo se desenvolva por si mesmo através da socialização.

No capítulo a seguir veremos como no Brasil os grupos com condições precárias de trabalho buscaram melhorar suas condições de vida através de socializações nascidas no interior da Igreja. Nosso objetivo é descobrir a importância das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja na concretização dos princípios da DSI entre as camadas mais empobrecidas da sociedade brasileira.

2. A IGREJA CATÓLICA E OS POBRES DO BRASIL

Vimos no capítulo anterior que a DSI incentiva os católicos a criarem formas de socialização para que os pobres com condições precárias de trabalho possam eles mesmos buscar sua elevação espiritual e material.

Veremos neste capítulo como as formas de socialização surgidas no interior da Igreja Católica no Brasil buscaram ajudar o pobre a ter melhores condições de vida.

Após mostrar como a Igreja Católica manteve socializações de assistência ao pobre e quais eram suas finalidades em três momentos importantes para a história da Igreja Católica no Brasil, daremos especial atenção à origem da socialização católica que mais se identifica com os pobres: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

2.1 – Nos Tempos Coloniais e Imperiais

Primeiramente é necessário identificar o espaço social católico que no ver de LIMA (1979) se constitui de três níveis de institucionalização: (1) Mundo Clerical composto por cardeais, arcebispos, bispos, padres seculares, padres pertencentes a ordens religiosas, freiras e freis; (2) Obras Eclesiais – Escolas, hospitais, editoras, rádios, jornais, etc; (3) Mundo Leigo – Católicos organizados como tais e católicos não-organizados.

A colonização brasileira foi um “desdobramento ultramarino da vitoriosa Guerra Santa contra os mouros” (MOTA et al, 2001, p. 14), no qual Igreja e Estado uniram forças para a descoberta de novas terras e novas almas.

Em consequência, no Brasil foi estabelecido o padroado que foi a concessão papal do controle sobre as novas igrejas do novo mundo ao Estado como recompensa por seu esforço na conquista e conversão (LIMA, 1979).

Durante o período colonial e imperial, quando o padroado vigorava no Brasil, a Igreja era totalmente subordinada ao Estado. Segue abaixo as características principais do padroado:

[...] 2. A Coroa portuguesa e depois o Império Brasileiro, regulamentavam as reuniões dos conselhos e sínodos diocesanos. 3. A Igreja brasileira dependia mais do Estado que do papado. 4. Os padres e religiosos eram praticamente funcionários públicos. 5. Não

existia uma organização central da Igreja e faltavam-lhe estruturas e recursos. 6. No campo, a Igreja se apoiava e se confundia com o clã das oligarquias rurais. [...] 8. O Estado detinha todas as possibilidades de impor à Igreja uma orientação, mesmo em divergência com o papado. O Estado se esforçava para que a Igreja se mantivesse frágil e subordinada. Eram frágeis os vínculos da Igreja brasileira com a Igreja universal. 9. No Império, o padroado foi transferido ao Imperador Dom Pedro I, em 1827. O catolicismo era a religião oficial do Estado. O controle do imperador era eficaz e incorporou praticamente o clero ao Estado, a ponto de transferir aos seus funcionários provinciais a possibilidade de regulamentar o funcionamento da Igreja (LIMA, 1979, p. 14).

A relação simbiótica entre Metrópole e Igreja não foi isenta de tensões. Os jesuítas que chegaram ao Brasil em 1549 ameaçaram romper essa relação quando entraram em conflito aberto com o governo português. Na época, os jesuítas mantinham vários aldeamentos indígenas onde os nativos eram aculturados e cristianizados, ao apoiarem a resistência indígena contra os interesses da Metrópole que queriam escravizá-los, acabaram sendo expulsos do Brasil e de Portugal em 1759.

Mesmo tendo no mundo clerical setores que não concordavam com o padroado, a identidade de interesses entre Estado e Igreja sempre se mostrou suficientemente forte para silenciar qualquer voz discordante.

Na época colonial as classes sociais se resumiam aos Senhores de Engenho e sua família, a massa escrava negra e aos mestiços e brancos pobres que trabalhavam em regime de servidão nas poucas atividades que existiam nos engenhos entre a massa escrava e os senhores.

Devido à colonização brasileira ter sido pautada nos empreendimentos financiados por grandes capitais privados, as mediações da Igreja a essas classes só poderiam se concretizar nos domínios das grandes famílias patriarcais já que nesta sociedade “toda a vida concentrava-se decididamente no domínio rural: a cidade era virtualmente, senão de fato, uma simples dependência deste” (HOLANDA, 1985 apud MOTA *et al*, 2001, p. 21).

Com exceção do clero das ordens missionárias (jesuítas, franciscanos, etc.) que conseguiam se desprender do padroado, o restante do mundo clerical se integrou ao engenho, a capela em seu interior tornara-se de fato a principal mediação da Igreja com o povo.

Além da capela, a Igreja fornecia outros espaços de convivência social baseados nas tradições medievais e devoções populares. Como o Estado não exercia

uma presença forte na colônia devido a sua distância com Portugal e a própria extensão do Brasil, a Igreja, com o mandato da Coroa, aproveitava esses espaços sociais para encarregar-se da assistência social, do ensino e da saúde.

“A Igreja desempenha seu papel de órgão público de serviço social no Brasil Colonial. E realiza isso mediante suas instituições – oratórios, capelas, confrarias, irmandades, paróquias, dioceses” (MOTA *et al*, 2001, p. 23).

Estas instituições se encontravam dentro das fazendas, assim, as camadas pobres da sociedade colonial ao serem assistidas por estas mediações não identificavam o Estado como seu “protetor”, mas o Senhor de Engenho.

A assistência recebida era fruto de uma ação pessoal do senhor porque o padre fazia parte da sua família, freqüentemente era o seu segundo filho, sendo sustentado por ele, nestas circunstâncias como era a relação entre a Igreja e os pobres?

Os pobres nesta época eram os católicos que compunham a dimensão leiga da Igreja e não faziam parte da aristocracia rural. Sendo o catolicismo a religião oficial do Estado, todos deveriam ser batizados na fé católica, inclusive os negros vindos da África através do “batismo de fogo”¹.

A relação da Igreja com os pobres foi uma relação pautada na Economia de Salvação na qual o pobre servia como instrumento de salvação do rico.

As instituições de assistência mantidas pela Igreja (irmandades e ordens terceiras) eram associações de direitos eclesiástico e civil formada pela população ao redor da capela. Eram corporativistas, representavam um seguimento da sociedade colonial, por exemplo, a Irmandade dos Homens Pretos (MOTA *et al*, 2001).

Elas eram mantidas por donativos da população local que em troca recebiam socorro financeiro e médico em épocas de crise ou direito de enterro em seus cemitérios. Porém, a principal fonte de recursos vinha de donativos e heranças beneméritas da aristocracia rural, tornando possível a manutenção de casas de caridade e asilo para indigentes.

¹ O Batismo de fogo é o costume de marcar a ferro em brasa no peito do escravo um selo real que garante ser o escravo batizado e seu quinto real já pago à Coroa (MOTA *et al*, 2001).

Na Irmandade da Misericórdia, que se responsabilizou em construir e manter hospitais, asilos e manicômios, todos seus doadores eram contemplados com missas pela salvação de suas almas e de seus familiares.

Era comum nestas instituições ter como doadoras figuras de elevada posição social e financeira que as protegiam do conselho municipal, do arcebispo ou vice-rei.

Essas instituições ajudaram a reproduzir as estruturas de poder e dominação típicas da época colonial do Brasil, em que o patriarca estendia seus poderes para todos os campos, o que ajuda a criar uma imagem de homem de bem e misericordioso (MOTA *et al*, 2001, p. 24).

A relação de dependência entre suas instituições assistenciais e o poder local brecava qualquer tipo de questionamento ao sistema de dominação colonial, mesmo que o cotidiano destas instituições suscitasse em muitos dos que se dedicavam a ela sincera compaixão aos mais oprimidos do sistema - os escravos.

Aliás, a escravização dos negros desde o primeiro século da colonização do Brasil era justificada pela própria Igreja através de argumentos ideológicos que colocavam os negros como descendentes de Cam, portadores da maldição proferida pelo patriarca Noé (Bíblia: Gn 9, 18, 27) que os condenava a uma vida de pecado e escravidão na África; e o Brasil como terra de purificação para sua libertação e chegada ao céu (MOTA *et al*, 2001).

Além das missões jesuítas, as únicas mediações católicas que puderam suscitar conflitos com o sistema colonial vigente eram as instituições educativas e de assistência social dirigidas pelo clero religioso (franciscanos, dominicanos, etc).

À Coroa não interessava a formação de letrados, padres-mestres e juízes que pudessem divulgar os ideais iluministas em voga na Europa no século XVIII (MOTA *et al*, 2001). A metrópole tratou de intervir na sua disciplina e administração de modo a não ter o mesmo grau de autonomia que tinham antes².

² O Iluminismo é a maneira de pensar na qual os homens criam as condições propícias para pensarem com a própria inteligência. Teve início no Renascimento (século XVII) com a filosofia de Descartes na qual Deus é algo importante, mas não necessária para a explicação do mundo (BARTHOLLO, 1986). Um dos principais filósofos iluministas, Montesquieu, em sua obra "Espírito das Leis" (1748) recomendava como única forma de garantir a liberdade individual o Governo constituído de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Já Voltaire, considerado o mais importante filósofo iluminista, além de atacar o absolutismo e a intolerância em sua obra "Cartas Inglesas", difundira com suas idéias o anticlericalismo pela Europa (ARRUDA & PILETTI, 1996).

Diferentemente da Igreja no Brasil que seguia um modelo de organização rural apoiado nas estruturas de dominação dos senhores de escravos, a Igreja na Europa se estruturava num modelo urbano que acompanhava as transformações sociais advindas dos processos de industrialização.

Esta disparidade nos modelos de organização eclesial impedia que muitas das mediações adotadas pela Igreja europeia fossem aceitas pelas oligarquias rurais. O padroado era o freio que impedia a Igreja de colocá-las em prática também no Brasil.

No século XIX setores do clero brasileiro desejavam seguir o modelo europeu e acatar as recomendações papais sem precisar passar pelo crivo imperial.

A decisão do imperador D. Pedro II de cancelar a decisão dos bispos de Olinda e de Belém de expulsar os maçons das irmandades foi o estopim da deteriorização da relação entre Igreja e Estado. A partir daí a Igreja passa a defender a República.

2.2 – Nos Tempos da Primeira República

O padroado acabou-se com o fim da monarquia, logo a Igreja em todo o período republicano procurou perseguir dois objetivos principais segundo Lima (1979): (1) modernizar-se, se adequando ao modelo eclesial europeu para de fato conseguir sua autonomia; (2) recuperar o status de religião oficial do Estado a fim de aproveitar suas estruturas e recursos.

Como as mediações eclesiais europeias serviam para populações urbanas, a Igreja se “romanizava” à medida que a população brasileira se urbanizava.

Com a abolição da escravatura os pobres passaram a ser homens e mulheres livres ou libertos que se submetiam à servidão nos latifúndios por não terem acesso a outras oportunidades de trabalho tanto no campo como na cidade.

Os empregos nas indústrias nascentes e nas culturas de exportação eram destinados à mão-de-obra imigrante, considerada mais apta para o trabalho disciplinado e coletivo.

No regime de servidão os trabalhadores livres usam a terra dos latifundiários para sobreviverem e receberem sua proteção e assistência e em troca lhes dão fidelidade, devoção e obediência (MOTA *et al*, 2001).

Durante os anos da primeira república (1889-1930) as condições de trabalho nas indústrias nascentes se assemelhavam com aquelas do início da industrialização europeia dando início aos primeiros conflitos entre capital e trabalho no Brasil.

Sendo a maioria da população brasileira residente no meio rural e sob o regime de servidão, a maioria dos pobres não sofria a opressão capitalista, mas aquela que vinha do *Coronel*, título concedido pela Guarda Nacional que após a mudança de regime passou a designar os grandes proprietários de terras.

No Nordeste devido às calamidades naturais, a estrutura latifundiária não permitia à população pobre ter garantias de sobrevivência.

Desde o final do século XIX com a introdução da cultura algodoeira, as terras do Sertão ficaram mais valorizadas, acirrando a disputa de terras entre os coronéis e a expulsão de várias famílias. É nesta época que surgem as figuras de Antonio Conselheiro e Padre Cícero.

Nascido no Ceará, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, se formava para ser padre. Com a morte do pai e perseguições dos coronéis à sua família teve que abandonar seus estudos e tentar a vida como comerciante. Tendo fracassado, sua mulher o abandona.

Nos finais de 1860, Antônio se muda para o norte da Bahia onde começa a pregar reunindo em torno de si muitos fiéis, os quais em sua maioria foram expulsos de suas terras por coronéis (ARRUDA & PILETTI, 1996).

Em 1893, pela primeira vez, Antônio Conselheiro entra em choque com a polícia ao queimar os editais de cobrança de impostos municipais. Perseguidos, ele e seus seguidores se refugiaram em Canudos onde fundam uma comunidade na qual rebanhos, pastagens e colheitas pertenciam a todos.

De 1893 a 1897 cerca de 30.000 sertanejos viviam em Canudos sob a liderança de Conselheiro.

Além de idéias religiosas Conselheiro também pregava idéias políticas como a volta da Monarquia, culpando a República pela miséria do povo³. Como seus

³ Segundo Mota *et al* (2001) o advento da República Federativa do Brasil fortaleceu o poder regional das oligarquias agrárias. A autonomia dos Estados fez a República ser um sistema de

seguidores o obedeciam cegamente até na hora de votar, todos não se submetiam ao sistema de poder dos coronéis.

Conselheiro e seus companheiros resistiram bravamente a quatro expedições militares, no final, por terem se recusado a se render, sobreviveram apenas três homens e uma criança. Como o exército foi para lá a pretexto de salvar a República, a opinião pública se colocou a favor da intervenção militar.

Depois de terem conhecido o poder da religiosidade popular, os coronéis resolveram ter beatos e milagreiros ao seu lado (ARRUDA & PILETTI, 1996). Ao conhecerem a fama de milagreiro de Padre Cícero e sua prestação gratuita de serviços religiosos, trataram de colocá-lo sob controle.

Em 1911, eleito prefeito de Juazeiro, Ceará, Padre Cícero assinou o Pacto dos Coronéis onde 17 chefes políticos da região se comprometiam sustentar a oligarquia Acioli no poder do governo estadual.

Padre Cícero tornou-se chefe político e homem de posses, acabou excomungado em 1911 apesar do povo até hoje peregrinar até Juazeiro em busca de benção e proteção do padrinho.

Segundo Ribeiro (1995) Padre Cícero aliciava os sertanejos para trabalhar gratuitamente vários anos nas fazendas de seus parentes, dando a entender que se comportava como qualquer coronel. Porém, segundo Della Cava (1976) ele foi o responsável pela sobrevivência de muitos refugiados das secas sucessivas que assolaram o Sertão entre os anos de 1877 e 1915. Para aliviar a fome, Padre Cícero obrigava os romeiros a plantar mandioca, milho e feijão nas terras devolutas das Serras do Araripe e de São Pedro dentro do Vale do Cariri - região do interior do Ceará onde há solos férteis e fontes perenes de água.

Esses dois casos revelam que as oligarquias eram ainda muito poderosas, não deixando a Igreja agir pelos pobres de forma autônoma.

Tanto Padre Cícero quanto Antônio Conselheiro eram Igreja, faziam parte respectivamente das dimensões clerical e leiga. Se o último teve um fim trágico e o primeiro não, isto se deve aos graus diferenciados de comprometimento com o sistema de poder vigente.

“[...] hierarquias e lealdades regionais, funcionando à base de laços de parentesco e da troca de votos por favores políticos” (LANDIM, 1993 apud MOTA *et al*, 2001, p. 27).

Padre Cícero escolheu agir pelos pobres de acordo com as relações tradicionais de servidão já Antonio Conselheiro escolheu agir segundo relações comunitárias, diametralmente opostas às primeiras.

A Igreja só poderia se tornar mais independente das oligarquias rurais à medida que se intensificasse a urbanização, substituindo a capela do latifúndio pela paróquia da cidade.

Tendo como principal mediação a paróquia, a Igreja passa a depender dos recursos provenientes de espórtulas pelos serviços religiosos e contribuições para obras eclesiásticas (escolas e seminários) vindas de diversas classes sociais (MOTA *et al*, 2001).

Enquanto as irmandades e ordens ainda tinham na oligarquia rural os seus maiores provedores, nas cidades seus maiores provedores eram membros das classes médias.

Nas cidades as obras sociais eram realizadas em conventos, paróquias e associações de leigos com fins devocionais, caritativos e assistenciais como as Conferências Vicentinas, surgidas na Europa em 1848, fundada pelo leigo Frederico Ozanam que ao lado da assistência direta e imediata aos pobres exigia uma ação social e política de transformação (GOMES, Luiz Alberto de Souza apud ANAMEC, 2000).

O processo de industrialização provocou grandes transformações importantes a nível institucional, mas não mudaram o caráter elitista da instituição. Talvez tenham somente aumentado o espaço de permeabilidade da Igreja às contradições da estrutura social (LIMA, 1979, p. 17).

A partir das últimas décadas do século XIX, as Igrejas Protestantes começaram a se instalar no Brasil, com o tempo, começaram também a prestar serviços sociais especialmente na área educacional com escolas e faculdades para as classes médias e elite.

As elites republicanas seguiam o liberalismo econômico que colocava a questão da pobreza e da indigência no campo da moral e da ética. Quem deveria resolver a questão não era o Estado, mas a sociedade através de ações espontâneas, a chamada, filantropia. Na primeira república, somente a educação primária era oferecida gratuitamente pelo Estado.

Para suprir a ausência de uma legislação que garantisse proteção social aos trabalhadores, surgiram no Brasil as associações privadas restritas a ofícios como a Associação dos Funcionários Públicos Civis (1904) e a Caixa Beneficente dos Empregados da Secretaria do Comércio Exterior (1901). São Associações de Ajuda Mútua e Caixas de Aposentadoria e Pensão, onde empregados e capitalistas contribuem para a geração de um fundo de aposentadoria e seguro de acidentes (MOTA, *et al* 2001).

Na primeira república os trabalhadores urbanos já se organizavam em sindicatos e promoviam greves. No primeiro momento reivindicavam melhores salários, aposentadoria por idade ou invalidez e indenização por acidente de trabalho.

Posteriormente, com o reconhecimento do Estado ao direito de formar sindicatos, os trabalhadores passaram a lutar pela regulamentação da jornada de trabalho, do direito ao repouso semanal e férias, etc. Somente com a Revolução de 30 os trabalhadores puderam ter uma legislação que atendesse a suas reivindicações.

2.3 – Nos Tempos da Segunda República

A Revolução de 30 segundo Lima (1979) representou na esfera governamental o compromisso firmado entre as oligarquias agrárias que sustentaram a primeira república, seus setores progressistas e a burguesia industrial emergente.

Ela contou com a participação das classes médias urbanas, classe operária e setores da classe militar, no entanto não causou mudanças estruturais profundas nem a democracia (LIMA, 1979).

Pelo menos, segundo Mota (2001), a revolução proporcionou uma importante mudança de comportamento do governo federal em relação à “questão social”.

O governo abandona a retórica liberal e assume uma posição intervencionista. Esta mudança se deve à adesão do Presidente Getúlio Vargas às idéias positivistas do Partido Republicano Rio-Grandense, já colocadas em prática no Rio Grande do Sul durante a República Velha.

Para Auguste Comte (1789-1857), pai do positivismo, os processos de produção, circulação e consumo de bens e serviços não devem ser dinamizados

apenas por interesses individualistas. O Estado deve intervir nos processos mediando e arbitrando os conflitos de interesse especialmente entre operários e patrões.

O objetivo de Comte era incorporar a classe operária à sociedade moderna. No governo de Getúlio, o objetivo era o Estado estar acima dos interesses das classes sociais, sendo representante de todos os grupos sociais daí a necessidade do Estado arbitrar as relações trabalhistas (MOTA *et al*, 2001).

No governo provisório (1930-1935) houve a elaboração de várias leis trabalhistas que complementaram as poucas que existiam na República Velha.

Destacam-se as leis que regulamentavam a jornada de trabalho em 8 horas, o regime de trabalho das mulheres e menores de idade, o direito a férias, a carteira de trabalho obrigatória para os trabalhadores urbanos e a organização do sistema previdenciário para estivadores, funcionários públicos e comerciários.

Foram regulamentadas as associações sindicais de empregados e empregadores e criada a justiça do trabalho (MOTA *et al*, 2001).

Durante o Estado Novo (1935-1945) o governo sistematiza e ordena a série de leis e regulamentações trabalhistas promulgando a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Devido ao temor do Comunismo, só eram reconhecidos pelo Estado aqueles sindicatos que se submetiam à tutela do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Os sindicatos das diversas categorias profissionais tornam-se de fato órgãos do Estado, além do controle governamental seu financiamento vinha de imposto, o chamado imposto sindical que obriga todos os trabalhadores mesmo os não sindicalizados a contribuir com um dia de trabalho anualmente em benefício do sindicato de sua categoria (MOTA *et al*, 2001).

Segundo Santos (1979 apud MOTA *et al*, 2001) vivia-se a “cidadania regulada”, ou seja, a cidadania dos brasileiros não vinha de valores universais, mas de um sistema de superposição de ocupações profissionais legalmente definidas, ou seja, só era cidadão o brasileiro que se encontrasse em uma das categorias profissionais reconhecidas e regularizadas pelo Estado.

“No período pós-1930 o Estado preocupou-se, essencialmente, em reordenar as relações no processo de acumulação, privadamente, mediante os acordos de seguro com que comprometiam empregados e empregadores” (MOTA *et al*, 2001, p. 51).

Os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS) criados em 1933 eram as mediações do Sistema Público de Previdência Social. Nele, a qualidade e o volume de serviços previdenciários prestados variavam conforme a categoria profissional e contribuição mensal do indivíduo.

Os IAPS representam um avanço com relação à primeira república, pois estenderam a todos os trabalhadores de uma mesma categoria profissional direitos que anteriormente só eram conseguidos via contratos específicos entre patrões e empregados.

No entanto, pela própria característica do sistema, surgiram dois tipos de cidadãos: cidadãos com direitos sociais por ter carteira de trabalho assinada e cidadãos sem direitos.

Neste contexto, os pobres eram os trabalhadores urbanos desempregados, subempregados, e com ocupações estáveis não regulamentadas pelo Estado (empregados domésticos, por exemplo) e trabalhadores rurais.

Na primeira metade do século XX a industrialização restringia-se às cidades do sul e sudeste do país conseqüentemente os trabalhadores com direitos sociais também se concentravam nestas regiões. É a partir deste momento que o Brasil começa a gerar um outro “brasil” e construir o quadro da desigualdade sócio-econômica que caracteriza até hoje nosso país.

Enquanto neste recém-nascido brasil inicia-se o processo de modernização das relações de trabalho com a intervenção estatal nos contratos, no velho Brasil o que se vê são relações de trabalho tradicionais, onde o trabalhador conta somente com a estima do patrão para ter melhores condições de trabalho.

Se há dois brasis, também há duas Igrejas. Enquanto nas zonas urbanas industrializadas a base social da Igreja eram as classes médias, nas zonas rurais ainda eram as oligarquias rurais.

A Igreja desse período, dedicando-se à educação, assistência e comunicações de massa (jornais, estações de rádio, revistas, etc.), com a maior parte do esforço concentrada nas classes médias

urbanas, usando as estruturas e os recursos públicos, continuou a ser também a Igreja da velha oligarquia, porque nas zonas rurais não havia sofrido transformações substanciais na sua base social. Era como se existissem duas Igrejas: uma para a sociedade rural tradicional fortemente apoiada nas minorias dominantes; e outra para a sociedade urbana (LIMA, 1979, p. 20-21).

O Estado pós-revolução de 30 também quis assumir os serviços de assistência à população carente e aos jovens principalmente para combater a criminalidade infanto-juvenil.

Através do Conselho Nacional de Serviço Social criado em 1938 o Estado estabeleceu relações de convívio com instituições civis dedicadas à assistência social.

Os principais órgãos públicos de assistência eram o Serviço de Assistência ao Menor – SAM e a Legião Brasileira de Assistência – LBA, ambos estabeleciam contratos com entidades privadas de assistência, recebendo financiamento, isenções e incentivos fiscais.

A Igreja em conjunto com outras instituições civis de assistência pôde continuar com suas obras assistenciais, desde que tuteladas e coordenadas pelo Estado.

A fase 'previdencialista' da política social brasileira, ao conceber benefícios apenas aos que estavam ligados ao aparelho produtivo, deixando de fora a grande maioria da população, não elimina, mas sim convive com as estruturas da fase 'assistencialista' anterior. E evidente, nesse terreno, o pacto costurado pelo Estado com igrejas e outras organizações da sociedade civil (LANDIM, 1993 apud MOTA, 2001, p. 59).

Sem precisar recorrer ao padroado, a política social brasileira do primeiro governo Vargas re-introduz as obras assistenciais da Igreja à estrutura governamental, tornando-a, na prática, a religião oficial.

2.4 – A Igreja se Transforma

A Ação Católica é a forma associativa (mediação) do mundo leigo criada por Pio XI para ser “a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja” (SOUZA apud ANAMEC, 2000, p. 20). Estabelecida no Brasil na década de 30, a Ação Católica recebeu o nome de Ação Católica Brasileira (ACB).

Para Lima (1979), esta organização em parceria com o grupo progressista do episcopado brasileiro foi a grande responsável pela mudança de orientação da

Igreja em relação à organização sócio-econômica brasileira, deixando a posição de defesa do *statu quo* para sua crítica.

A aliança entre os setores progressistas das classes dominantes (oligarquias liberais e burguesia em ascensão) e as oligarquias agrárias da República Velha promoveu o desenvolvimento econômico e industrial sem profundas mudanças estruturais nem democracia – os partidos de esquerda eram ilegais (LIMA, 1979).

Com a redemocratização, o período de 1945 a 1964 foi marcado pelo conflito político e ideológico em torno de duas propostas de desenvolvimento:

1) Política de desenvolvimento planejado com transformações profundas na estrutura de produção, de distribuição e da propriedade da terra favorecendo a incorporação dos trabalhadores rurais ao mercado interno;

2) Desenvolvimento econômico dependente-associado, sem transformação da estrutura econômico e social.

Neste contexto de disputa político-ideológica as classes dominantes também se dividiram, provocando a divisão dos católicos. Este fenômeno somado a participação política dos camponeses através de sindicatos e ligas camponesas ajudou a radicalizar o conflito (LIMA, 1979).

A Igreja em seu conjunto, que tinha tradicionalmente as classes sociais dominantes como sua base social principal, sofria as conseqüências desse processo. Por causa dessa circunstancia, a Igreja entrou dividida na fase final da democracia no Brasil. A maioria dos hierarcas irá apoiar o golpe de Estado de primeiro de abril, e como natural conseqüência se integrar a uma nova aliança que nascia entre os setores dominantes da sociedade brasileira (LIMA, 1979, p.34).

Na dimensão clerical havia membros da hierarquia que sinceramente se envolveram com o projeto social embrionariamente apresentado pelas camadas populares.

Na dimensão leiga através dos seguimentos da ACB, principalmente da Juventude Universitária Católica, muitos de seus membros assumiam papéis diretivos na mobilização camponesa e movimentos estudantis em prol das reformas de base.

Apesar da maioria do clero ter mantido sua posição conservadora, a ACB pôde atuar de forma autônoma, tendo capacidade de estabelecer conexões com o setor progressista da hierarquia.

Enquanto a ACB defendia mudanças na estrutura social, outras organizações do mundo leigo (Congregação Mariana e Terra Família e Propriedade – TFP) defendiam o desenvolvimento econômico nas atuais estruturas de poder e de propriedade.

No fundo, segundo Lima (1979) esta divisão da Igreja se deve à divisão político-ideológica da classe média que já era nos anos 50 e início de 60 sua principal base social.

O crescimento das obras eclesiais e das organizações leigas nos anos 40 e 50 ajudaram a transformar não só a estrutura da instituição em termos de novas mediações, mas a mudar a própria mentalidade da Igreja com relação à questão social brasileira.

Estimulando a participação da classe média no seu interior a Igreja passa a ela mesma sofrer no seu seio as contradições da estrutura social.

A classe média assim como a classe pobre também corre o risco de ter suas condições de sobrevivência prejudicadas caso o Estado não se comprometa realmente em salvaguardar pelo menos o direito de se ter um trabalho digno.

O Golpe de 1964 colocou na gestão do poder uma pequena fração das classes dominantes que optou pelo modelo de desenvolvimento econômico sem mudanças estruturais, excluindo as grandes massas.

A integração da classe média ao modelo de desenvolvimento capitalista-dependente-associado e a repressão do governo militar que desmobilizou a ACB e os movimentos de massas tiraram a classe média católica dos trabalhos de elevação da consciência política dos pobres, anteriormente realizados pela ACB.

Se num primeiro momento houve uma tentativa da instituição se acomodar a nova estrutura de dominação (o episcopado brasileiro pronunciou-se favoravelmente ao golpe militar e fora desarticulado o núcleo de bispos progressistas que se reuniam em torno de Dom Hélder Câmara), no outro se coloca contra, pois ela mesma vinha sofrendo a repressão do regime na sua prática pastoral de ligar-se aos problemas do povo.

Por não existirem canais de participação na ditadura militar, a Igreja se viu obrigada a agir em primeira pessoa em defesa de sua ação social e de outro a criar espaços para que a população pudesse também participar desta ação.

É neste período histórico do final dos anos 60 e início dos 70 que surgem as Comunidades Eclesiais de Base.

2.5 – As Comunidades Eclesiais de Base

Segundo Petrini (1984) as Comunidades Eclesiais de Base surgiram de uma reforma moral e intelectual que gerou a consciência de si e da realidade das classes populares, desencadeando uma prática política que as fazem escapar dos determinismos materiais.

É, antes, um espaço de vida, de agregação popular e de expressão, na qual tende a se desenvolver o aspecto positivo de construção de uma nova sociabilidade, na qual se valoriza o significado do valor de uso das atividades, contrariamente à dinâmica dominante que tende a reduzir tudo a valor de troca, inclusive o próprio trabalho de organização e mobilização popular (PETRINI, 1984, p. 86-87).

Nas relações de troca cotidianamente fazemos um exercício de abstração que desvincula a utilidade das coisas a seu valor de troca por ser o preço uma generalidade (BARTHOLO, 1986).

O liberalismo econômico ao animar as relações monetárias tende a subornar o valor de uso ao valor de troca, reduzindo o valor útil das mercadorias a fim de agilizar o ciclo produtivo trazendo em consequência a destruição e/ou precarização do trabalho e a degradação do meio-ambiente.

Para Bartholo (1986) o único modo de romper com esse discurso é criando espaços de vivência de outros modos relacionais e isso só é possível em espaços desmonetizados. A CEB é um desses espaços.

Para Petrini (1984) a CEB possui três dimensões:

- 1) Pessoal - Processo em que a pessoa passa a ter uma nova consciência de si mesma e da própria dignidade;
- 2) Comunitária - atividades de culto e organização que visam satisfazer uma necessidade comum;
- (3) Ético-política – conjunto de valores vinculados à doutrina religiosa do catolicismo renovado que impulsiona uma atuação política intensa.

Segundo este autor, a CEB é um autêntico Sujeito Popular porque as pessoas agregadas em seu ser não são anônimas perante a vida social, mas dotadas de uma identidade que aparece.

O sujeito popular qualifica uma agregação de pessoas enquanto não são absorvidas no anonimato das massas, mas formam uma realidade social que vive uma experiência de unidade e de solidariedade, dotada de identidade própria e capaz de iniciativa no seio da sociedade (PETRINI, 1984, p. 90).

Segundo Petrini (1984) as atividades das CEBs que visam objetivamente modificar as realidades social, cultural e política e são efetivamente transformadoras são aquelas que dão à atuação política a consciência da dignidade e a consciência ética vividas ao nível mais elementar da pessoa e da comunidade.

O que sustenta as reivindicações das CEBs segundo Petrini (1984) são os sentimentos de afeto e co-responsabilidade vividos no cotidiano dos seus membros através de iniciativas para dentro da CEB que são encontros, visitas, ritos, rezas, assembléias e atividades comuns.

As iniciativas para dentro da CEB pretendem:

[...] reconstruir uma organização da convivência social alternativa, que pudesse prescindir do poder do sistema e de suas agências. É o caso da compra comunitária, da caixa comum para os momentos de emergência ou do mutirão para construir a casa ou salão comunitário (PETRINI, 1984, p. 91-92).

Com essas iniciativas para dentro a CEB se mantém, mesmo não dependendo de bandeiras de luta (reivindicações) porque é realimentada pela doutrina religiosa que é repetida nos ritos e nas diversas reuniões.

A doutrina religiosa re-propõe a meta utópica do Reino de Deus.

A CEB recebe iniciativas “de fora”, pela organização eclesial de nível local (conselho setorial) e nacional (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB) que fornece elementos para o estudo e a atuação das comunidades de base que re-elabora a doutrina e a utopia.

“Deve ser ressaltado que a ideologia [doutrina] religiosa não é apenas repetida e enunciada abstratamente, mas é apresentada sob diversas formas, sempre focalizando algum aspecto da realidade social” (PETRINI, 1984, p. 92).

Exemplos de iniciativas de fora é a Campanha da Fraternidade e documentos da CNBB.

Mesmo que as classes dominantes ainda consigam manter sua hegemonia política, as conquistas que a CEB faz acontecer obrigam-nas a ceder e negociar com as classes populares.

Segundo Petrini (1984) as populações rurais são portadoras de uma cultura e de uma religiosidade cuja marca fundamental é a valorização do relacionamento pessoal a partir do qual se considera e avalia o vizinho, o compadre, o fazendeiro e o padre.

Nesta cultura são valorizados os hábitos de cooperação mútua e de costumes solidários. Em contraponto a esta cultura está o modelo de vida urbano atual que diminuem os espaços de vida associativa. Este modelo:

[...] se caracteriza fundamentalmente pela agressividade generalizada, pelo individualismo, pelo desaparecimento das relações de amizade e de vizinhança nos bairros, pela falta de vida associativa e de atividades culturais e recreativas diferentes das centralizadas pelos meios de comunicação de massa (CASTELLS, 1975 apud PETRINI, 1984, p. 95).

O modelo de vida urbano atual está em crise porque a massificação impede o surgimento de reivindicações políticas que são as expressões da vontade popular.

São pelas reivindicações que o povo estabelece contato direto com as agências governamentais o que reconduz a relação entre o povo e os funcionários destas agências a uma relação ao estilo familiar. Isto dá um rosto ao poder que a sociedade capitalista tende a encobrir segundo Petrini (1984).

Este contato direto entre povo e agentes governamentais segundo Petrini (1984) ajudam as classes populares em sua luta pela dignidade e democracia porque a administração pública prefere as lideranças comunitárias como seus interlocutores aos partidos políticos com suporte popular, já que possibilita a negociação através de seus vários órgãos (faces) a partir de uma posição de força (poder).

A CEB favorece esse diálogo entre as classes populares e poderes públicos porque se constitui num sujeito popular que impregna os movimentos populares. Sua natureza religiosa exige uma resposta ativa aos problemas sociais.

A 'resposta católica' se diferencia notavelmente de outras respostas religiosas, em particular da sacralidade pentecostal ou da magia umbandista, por valorizar o conhecimento científico da realidade, formulando uma ética social que deita suas raízes na crença religiosa e no seu patrimônio de valores e ritos (PETRINI, 1984. p. 141).

Características da CEB segundo Petrini (1984):

1. Ética social junto com ética militante;
2. Possui um processo de racionalização que ensaia novas formas de convivência social, de participação democrática e de consciência política que dá origem própria a CEB;
3. Interesse na globalidade da existência, de modo que nada é estranho. Ela possui agilidade de estabelecer nexos que ligam as pessoas entre si e os nexos que ligam cada pessoa ao contexto social e à sua problemática;
4. Eclesial. Mantém vínculos precisos com a Igreja institucional. Essa característica confere ao grupo sua identidade.
5. Experiência. Atividades que consolidam a consciência dos seus membros sobre estes se constituírem num sujeito novo na sociedade que é a CEB.

Petrini (1984) deu três possibilidades para as CEBs nascidas entre as circunstâncias especiais entre os fins de 60 e começo de 70:

1) Absorção pela administração pública através da cooptação de alguns líderes para cargos de funcionários públicos e a comunidade se retrairá para um núcleo pouco expressivo;

2) Não conseguirão mais sustentar o debate ideológico interno e externo através de encontros com outros grupos e ideologias mais secularizadas que são aparentemente mais eficazes para uma ação política;

3) Ainda contribuirá para a vida partidária, sindical e movimento operário, pois será amparada pela organização eclesial.

Percebe-se que na abordagem de Petrini (1984) foi ressaltada a potencialidade política da CEB e no início dos anos 80 esperava-se um esfriamento de sua atuação política com a redemocratização no país.

Para se ter uma visão mais recente da atuação política das CEBs e também seu papel eclesial (sua localização e identidade no universo católico brasileiro) serão apontadas algumas considerações teológicas, sociológicas e antropológicas de um estudo comparativo das CEBs desenvolvido por ISER/Assessoria em 10 dioceses brasileiras durante 12 anos de pesquisa (1984-1996)⁴.

As 10 dioceses avaliadas pelo ISER/Assessoria possuíam uma ampla experiência de organização e desenvolvimento de CEBs e buscaram basear sua ação evangelizadora principalmente nas pequenas comunidades, são elas: Crateús-CE, Bonfim - BA, Bom Jesus da Lapa - BA, Picos - PI, Cametá - PA, Santíssima Conceição do Araguaia - PA, São Félix do Araguaia - MT, São Mateus – ES, Vitória – ES e Barra do Piraí - Volta Redonda - RJ.

Estas dioceses pediam uma avaliação de sua ação pastoral para saber as experiências consolidadas, valores a serem reafirmados; falhas a serem corrigidas; tensões vividas e como resolvê-las.

Todas essas dioceses basearam sua ação pastoral na formação e desenvolvimento de CEBs, estruturando sua organização eclesial de modo a reafirmar a co-responsabilidade de todos os católicos, valorizando a participação dos leigos e reforçando uma espiritualidade bíblica, estabelecendo uma nova forma de ligação entre fé e vida e assumindo uma opção pelos pobres, legitimando os esforços de construção de uma sociedade mais justa e solidária, incentivando e apoiando as organizações populares.

O desenvolvimento de CEBs nestas dioceses foi no decorrer de um tempo de mudanças significativas na sociedade brasileira segundo Solange dos Santos Rodrigues e Renata Castro Menezes (apud BOFF *et al*, 1997).

Essas mudanças foram: urbanização acelerada e desordenada; migração maciça para grandes centros metropolitanos, para cidades de pequeno e médio porte, para novas fronteiras agrícolas do país; aumento da concentração de renda; a deterioração das condições de vida e de trabalho na cidade e no campo; concentração fundiária e mudanças nos padrões de ocupação e uso da terra; complexidade da vida social no campo e nas cidades (novas categorias profissionais e sociais); os meios de

⁴ Essas 10 dioceses não correspondem ao espaço amostral do universo de CEBs no Brasil, trata-se na realidade de uma representação excepcional por serem as dioceses as que iniciaram há mais tempo a formação de CEBs.

comunicação, o desenvolvimento do comércio e da extensão dos serviços bancários fez com que a modernização alcançasse as remotas regiões do país.

Mas a mudança mais significativa foi certamente a saída de um regime autoritário e repressivo para um processo de redemocratização.

Tendo as dioceses a consciência de estarem vivendo um novo “brasil”, se perguntavam como deveriam se inserir neste novo país para estar a serviço dos mais pobres.

Vamos então a alguns resultados da pesquisa:

- a. As CEBs não englobam os mais pobres entre os pobres e representam uma minoria entre os católicos - cerca de 10 a 15% dos católicos residentes dentro dos limites diocesanas - e são em sua maioria do meio rural;
- b. Muitos católicos não reconheciam a dimensão político-social de sua diocese, apesar da sua linha pastoral. Enquanto alguns setores das igrejas locais pesquisadas solicitavam da pastoral de sua diocese mais atenção ao compromisso sócio-pastoral outros reclamavam da ênfase na política e achavam que se estava dando pouca atenção ao espiritual, demonstrando que entre os católicos há diferentes visões sobre a relação entre fé e política;
- c. O compromisso social das CEBs realizava-se através de atividades comunitárias de ajuda mútua, incentivando a participação de seus membros nas organizações populares, partidos políticos e iniciativas comprometidas com a melhoria das condições de vida da população;
- d. Há uma série de desafios para as CEBs: os limites e possibilidades de uma organização eclesial democrática formal; as relações entre CEBs e massas católicas; a relação entre grupos sociais com histórias, trajetórias diferentes no processo de evangelização, por exemplo, Renovação Carismática Católica e CEBs; dificuldades de articulação entre política (lugar de disputas) e CEB (lugar de fraternidade).

Rodrigues e Menezes (apud BOFF, 1997) afirmam que os desafios apontados pelas dioceses pesquisadas são também pertinentes às demais dioceses porque estão “intimamente relacionadas às experiências das dioceses brasileiras que

se colocaram, desde a primeira hora, numa perspectiva de renovação eclesial inspirada no Concílio Vaticano II e Medellín” (BOFF, 1997, p. 44).

O Concílio Vaticano II (1962-1965) chamava a atenção para o novo rumo que a Igreja desde então deveria tomar que era “uma eclesiologia de comunhão e participação” (LESBAUPING apud BOFF, 1997, p. 49). A Igreja desde então deveria se constituir de leigos participantes.

Segundo Lesbauping (apud BOFF, 1997) essa participação leiga não era incentivada já que as paróquias não formavam comunidade, mas clientela. As CEBs, portanto, pretendiam ser resposta não só ao Concílio Vaticano II mas a insatisfações já presentes no interior da Igreja no Brasil.

A motivação imediata da proposição das comunidades de base no início da década de 60 era a insatisfação de um importante setor da Igreja Católica com relação ao tipo de evangelização feita até então. Esse era centrado na paróquia, fundamentalmente voltada para a distribuição dos sacramentos. A estrutura paroquial era percebida como um meio ultrapassado, incapaz de dar conta das necessidades dos cristãos; não formava comunidade, e sim, uma clientela. Haveria ainda outras motivações: a Igreja não tinha uma ação pastoral forte no seio das classes populares e ela tomava consciência da expansão de outras religiões nesse meio - como os cultos afro-brasileiros e o pentecostalismo protestante -, bem como da influência de militantes comunistas (LESBAUPING apud BOFF, 1997, p. 48-49).

Entre 1964 e 1968 as CEBs começaram a se desenvolver, sendo que foi na ditadura militar entre os anos 60 e 70 o período de maior crescimento, porém Lesbauping (apud BOFF *et al*, 1997) enfatiza que o regime militar foi condicionante e não causa do aparecimento das CEBs, sua causa como vimos estava na insatisfação do clero com o tipo de evangelização em voga.

As CEBs tiveram grande importância na década de 70 por terem sido os únicos espaços de encontro e organização tolerados pela ditadura militar, tornando-se o mais vasto trabalho de educação popular.

Para Lesbauping (apud BOFF *et al*, 1997) as CEBs tiveram grande vitalidade nesta época por terem sido capazes de responder necessidades concretas da massa popular: saúde, moradia, terra e trabalho. Mais ainda, possibilitaram o surgimento de uma cultura democrática entre as massas que viriam influenciar os movimentos os quais participariam no decorrer da derrocada do regime autoritário.

As CEBs constituem-se em comunidades dirigidas por leigos - pessoas pertencentes à própria comunidade – e que são geralmente eleitas pela comunidade. Todas as decisões são tomadas a partir das

discussões coletivas, onde a posição é tomada por consenso ou por voto. [...] Esta característica das CEBs - o caráter democrático de sua organização - terá influência sobre os movimentos dos quais elas participam (LESBAUPIN apud BOFF *et al*, 1997, p. 54-55).

Se durante a década de 70 as CEBs não eram engajadas em partidos políticos, em 1979, com a reforma partidária, vários de seus membros filiaram-se a partidos políticos, sendo o preferido o Partido dos Trabalhadores – PT pela sua identidade com as CEBs, ambos surgiram de baixo e permitem a participação plena dos trabalhadores.

Na década de 80 as CEBs procuraram incentivar seus membros a participarem de sindicatos, partidos políticos e diversos movimentos sociais.

A pesquisa do ISER-Assessoria constatou a participação das CEBs em diversos movimentos populares (sindicatos, luta pela terra, mutirão e partidos políticos).

Os níveis de participação, de engajamento e de organização nos movimentos variavam de diocese em diocese. Se em São Feliz do Araguaia - MT, 53% das comunidades participavam de movimentos de Luta pela Terra, em Crateús-CE somente 17% participavam.

Segundo Lesbaupin (apud BOFF *et al*, 1997) a pesquisa do ISER/Assessoria ao contrário do que muitos poderiam pensar não revela uma “crise” das comunidades eclesiais de base porque elas ainda fazem parte de muitos movimentos sociais em voga no país especialmente os movimentos de luta pela terra e continuam a crescer.

Esse sociólogo reconhece que é passado o período de maior crescimento das CEBs a nível nacional (da década de 70 até meados da década de 80) no entanto sendo as dioceses pesquisadas as que mais cedo optaram por uma linha pastoral de pequenas comunidades, é natural que o crescimento se dê a um menor ritmo conforme se atinge a maior parte da população católica da região.

A suspeita de que o espectro da Crise ronda as CEBs é devido segundo Lesbaupin (apud BOFF *et al*, 1997) a pouca visibilidade que estas estão tendo na mídia.

Além da inserção de novos atores no espaço político (Organizações Não Governamentais e Movimentos Populares como o Movimento dos Sem Terra) que

vêm chamando mais atenção, há a impressão de que a Igreja não estaria mais incentivando a formação de novas CEBs por causa da forte crítica do atual Papa João Paulo II à teologia que inspira as CEBs, a conhecida Teologia da Libertação⁵.

Os movimentos populares atuam na política nacional combatendo o capitalismo, considerado o causador da pobreza e miséria no Terceiro Mundo. Seu triunfo frente o socialismo real causou um enfraquecimento das propostas destes movimentos que defendiam uma forte presença do Estado em diversos setores da economia.

Neste contexto, sendo as CEBs ferrenhas combatentes do capitalismo, criou-se também uma imagem de que sua proposta política não teria mais credibilidade, tornando-a menos atraente nos meios católicos, enfraquecendo-a.

No entanto, segundo Lesbauping (apud BOFF *et al* 1997), se o triunfo completo do Capitalismo causou o refluxo dos movimentos políticos de esquerda como os partidos socialistas, o mesmo não se pode dizer das CEBs por causa de seu crescimento na década de 90.

Seu crescimento num contexto de liberdade política revela que as Comunidades Eclesiais de Base não colocam em primeiro lugar a pastoral social.

Segundo Oliveira (apud BOFF *et al*, 1997) a pastoral social é uma das atividades pastorais das CEBs, tão importantes quanto a evangelização, catequese, celebração e administração dos sacramentos. Tanto é assim que não foram incluídas no critério de identificação de CEB as atividades destinadas a responder as necessidades sociais e econômicas da população local ou a participação em movimentos sociais.

Na metodologia da pesquisa do ISER/Assessoria todas as CEBs deveriam ter: (1) Lugares onde ao menos esporadicamente fosse celebrada a missa para a população católica do lugar; (2) Ocorrência de celebração dominical sem padre; (3) Organização de conselho comunitário ou equipe de coordenação; (3) existência de grupo de reflexão bíblica.

⁵ Apareceu em 1971 na obra "Ensaio de uma Teologia da Libertação" do Padre Gustavo Gutiérrez. Segundo Ávila (1991) a Teologia da Libertação teve maior ressonância na Igreja da América Latina do que a DSI. Ambas visam uma presença ativa do Reino de Deus numa cultura pluralista, ou seja, Reino de Justiça e de Liberdade. A TL se distancia da DSI por seus métodos, enquanto a primeira busca os processos revolucionários, a segunda busca um obstinado reformismo calcado no diálogo.

Oliveira (apud BOFF *et al*, 1997) defende a tese de que em certos lugares as CEBs chegam a desempenhar as mesmas funções das paróquias, estas se transformariam em centros facilitadores de serviços pastorais e administrativos nos quais são formados os catequistas e animadores e articulados os movimentos sociais.

Estima-se que haja 70 mil CEBs no país, um número dez vezes maior que o total de matrizes paroquiais (BOFF *et al*, 1997). Se não representam os mais pobres dos mais pobres pelo menos abriam a oportunidade dos pobres praticarem sua religião.

As relações entre a base popular da estrutura social e a Igreja, pode-se dizer, eram caracterizadas pela marginalização ou pela presença acrítica e subordinada. [...] o “antes” (da criação da CEB) era, portanto, caracterizado por uma passividade, desconfiança de si, falta de consciência do próprio valor e possibilidades, submissão e acatamento dos valores e normas ditados de fora da autoridade política e religiosa. [...] Em outros termos, as classes populares não participavam de “sua” religião declarada, e aqueles que o faziam, sofriam com esta participação uma ulterior instancia de dominação, como parte do complicado processo de legitimação das classes dominantes (LIMA, 1979, p. 23-24).

As CEBs fazem de um modo diferente as coisas de sempre (liturgia, catequese, etc.), por isso é um novo modo de ser Igreja que se difere do papado, dioceses, paróquias, capelas, mosteiros, ordens, movimentos pastorais e grupos do catolicismo popular.

Para garantir sua sobrevivência, as CEBs mantêm-se ligadas à dimensão clerical da Igreja, encarada como a estrutura de apoio vital para sua unidade, continuidade e crescimento (BOFF *et al*, 1997).

Segundo Boff *et al* (1997) não há uma legislação canônica que proteja as CEBs de eventuais arbitrariedades dos seus pastores, para funcionarem de maneira autônoma, dependem do beneplácito dos pastores.

2.6 – Considerações Finais

Percebemos que as socializações promovidas pela Igreja durante o período colonial e imperial brasileiro não se preocupavam com a questão social porque a pobreza de grande parte da população não era algo que ameaçasse a coesão desta sociedade.

Impregnada do catolicismo medieval, era a riqueza e não a pobreza que assustava porque o rico dificilmente ia para o céu. Portanto, se houvesse algo que se

assemelhasse ao conceito de bem-comum apresentado pela DSI, o era a Economia de Salvação que instrumentalizando o pobre para a salvação do rico, garantia-lhe não só a prosperidade espiritual, mas também sua prosperidade material ao manter a estabilidade social.

As irmandades e confrarias eram socializações católicas que se constituíam nos centros da rede que protegia os pobres da indigência material e espiritual. A coesão social é rompida quando o número de indigentes torna-se excessivo.

A DSI é conseqüência das revoluções econômicas, culturais e científicas iniciadas no século XVIII e só poderia ter influência na estrutura da Igreja do Brasil à medida que sua base social desejasse e/ou vivesse as conseqüências de tais revoluções.

As elites agrárias compunham a base social da Igreja no período colonial e imperial porque as mediações da Igreja serviam ao seu sistema de dominação. Aqueles que não concordavam com algum aspecto do sistema como os jesuítas eram logo reprimidos pelo Estado através do padroado.

O fim da escravidão e do padroado inseriu o Brasil aos hábitos e idéias que caracterizavam as sociedades modernas, a Igreja no Brasil se adaptava incorporando as classes médias urbanas através de novas socializações como a paróquia e associações leigas de cunho devocional e assistencial.

A partir da última década do século XIX começava-se a formar duas igrejas no Brasil: uma em que a base social eram as classes médias urbanas e outra em que a base social era a aristocracia rural.

Os pobres no início da primeira república não eram visto ainda como problema social, mas algo que caberia à decisão moral de cada um. O Estado, portanto, não se envolvia com a assistência aos indigentes, isto era coisa para as igrejas ou organizações filantrópicas.

No nordeste devido ao grande número de famílias expulsas de suas terras, um leigo resolveu formar uma socialização desvinculada do sistema de dominação vigente condizente com o princípio de **Destino Universal dos bens** apresentado pela *Rerum Novarum* dois anos antes.

Segundo este princípio, o homem não é proprietário, mas o administrador dos bens, assim o direito a usar os bens para o seu próprio sustento tem prioridade sobre o direito de propriedade. O caráter comunitário de Canudos tratou de garantir a todos os seus moradores o direito de terem o domínio não só dos produtos da terra, mas da própria terra para ter assegurado no futuro o seu sustento.

Segundo o princípio da subsidiariedade que a DSI nos apresenta, o Estado deve preservar o direito de todos serem os primeiros responsáveis por sua própria manutenção por isso deve estimular as iniciativas das bases sociais que visam o bem-comum.

No Nordeste as instituições tradicionais de assistência não conseguiam proteger da indigência o grande número de famílias expulsas de suas terras. Canudos foi uma iniciativa da base para resolver a questão social que se avizinhava no nordeste rural, porém naquela época a questão social era ainda tratada como caso de polícia.

Com a industrialização o Estado começa a se preocupar com a questão operária dos grandes centros urbanos não tanto pelo pauperismo desta classe, mas pela influência dos ideais socialistas sobre os operários brasileiros que já promoviam greves e reivindicavam direitos trabalhistas.

O Estado começa a ter uma postura intervencionista regulando contratos de trabalho mediante acordos de seguro entre patrões e empregados e assumindo serviços de assistência à população carente estabelecendo relações de convívio com instituições civis dedicadas à assistência social.

Nos anos 50 e 60 com a crescente urbanização a classe média torna-se a principal base social da Igreja. Organizados em associações leigas uma parte defendia um desenvolvimento sócio-econômico com mudanças de estrutura e outra parte não.

Aqueles que defendiam a mudança de estruturas faziam um trabalho de conscientização dos agricultores pobres sobre sua injusta situação.

A *Mater et Magistra* em 1961 já dizia que a questão social era a desigualdade de renda entre trabalhadores de diferentes setores econômicos e que o Estado deveria dar uma especial atenção ao setor agrícola, fornecendo juros mais baixos que os habituais, incentivando a formação de associações e cooperativas de pequenos agricultores e redistribuindo a riqueza pelo sistema previdenciário.

A decisão do clero da América Latina de dar preferência aos pobres através de sua participação ativa na organização da Igreja fez surgir uma nova forma de socialização católica que são as CEBs.

As CEBs podem ser entendidas como experiência de unidade e solidariedade dotada de unidade própria e capaz de iniciativa na sociedade desde que o Estado atenda ao princípio da subsidiariedade, ou seja, facilite suas ações para o bem comum.

Pudemos perceber que as CEBs incorporaram os pobres, particularmente, os do meio rural e que não tem na sua prática social sua maior razão de existir. No entanto, a novidade deste tipo de mediação são sem dúvida os pobres administrarem certas atividades eclesiais que os tornam efetivamente parte da base social da Igreja, pelo menos, nas áreas rurais.

Com a CEB os pobres podem fazer “obras sociais” para eles mesmos e assim serem seguidores do princípio de subsidiariedade da DSI que diz ser injusto entregar a uma socialização maior o que pode ser feito por socializações menores em prol do bem-comum.

Esse retrospecto sobre as formas de lidar com os pobres tanto por parte do Estado quanto da Igreja chama a atenção no fato de que o esforço de superação da pobreza tendeu até os anos 60 a se concentrar nos grandes centros industrializados do país.

Veremos no capítulo seguinte se esta tendência ainda continua através de um paralelo entre os condicionantes da pobreza rural nordestina e a Política de Desenvolvimento Rural para a região.

3. POBREZA NORDESTINA E A POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Neste capítulo, nos debruçamos sobre os condicionantes da pobreza rural nordestina e a Política Pública de Desenvolvimento Rural para a região a fim de descobirmos os limites e potencialidades desta política para a superação da miséria nordestina.

3.1 - O Povo do Sertão Nordestino

Segundo Ribeiro (1995) o nordestino do sertão tem uma cultura particular que é identificada por sua especialidade econômica, espalhamento geográfico, organização da família, estrutura do poder, vestimenta, festividades, culinária, visão de mundo e religiosidade.

A atividade econômica que impulsionou o povoamento do sertão foi o pastoreio. Foram os portugueses que trouxeram o gado, instalados inicialmente em Pernambuco e Bahia para abastecer os engenhos de cana de açúcar.

No final do século XVI os criadores baianos e pernambucanos já se encontravam nos sertões do rio São Francisco. Nesta fase inicial eram os próprios senhores de engenho da costa nordestina que criavam os bois, pois as terras pertenciam a eles.

Neste tempo, as terras eram concedidas gratuitamente a quem fosse merecedor de favor real. Posteriormente, parentes desses senhores de engenho se especializaram nesta atividade, tornando-se criadores e maiores fundiários do Brasil.

As sesmarias eram imensas e se constituíam de vários currais. Era o vaqueiro que conduzia os bois às aguadas permanentes e barreiros em troca de uma rês a cada três marcadas pelo dono.

Além de bois, o vaqueiro recebia gêneros alimentícios e sal. Além de sua família, o vaqueiro contava com ajudantes - os aprendizes - que trabalhavam na esperança de um dia receber um pouco de gado para criar. Os vaqueiros e suas famílias tiravam do gado quase tudo que necessitavam.

Pela abundância de mão-de-obra livre o regime de trabalho não precisou ser escravocrata.

Segundo Ribeiro (1995), os brancos pobres e mestiços do litoral preferiam trabalhar nos currais do Sertão a trabalhar nos engenhos de açúcar, por estes últimos não oferecerem muitos trabalhos especializados entre a classe de senhores e a massa de escravos. Há ainda o fato da subsistência do Sertão baseada na plantação de roçados, leite, coalhada, queijos e carne ser muito mais rica do que qualquer outro núcleo rural brasileiro.

A massa de mão-de-obra livre pouco afeita à vadiagem e a aventuras não tinha outra escolha senão tentar a vida no sertão.

A relação entre criador e seus vaqueiros era como de um senhor e seus servidores, se o proprietário tinha autoridade indiscutível sobre os bens também pretendia tê-la sobre suas vidas e de suas mulheres. Porém, mesmo permitindo arbitrariedades e prevalecendo um distanciamento hierárquico, esta relação se revestia de uma brutalidade bem menor que as relações escravocratas.

É típica da cultura de pastoreio a comparação de perícia e valor pessoal que faz o criador destacar a qualidade dos melhores vaqueiros, dando-lhes maior valor do que o lavrador e empregado serviçal. Sendo assim, não demorou muito e foram acontecendo as primeiras vaquejadas, festa onde os vaqueiros demonstravam sua qualidade.

Até o século XIX todo o sertão nordestino tinha sido cortado por estradas abertas pela batida das boiadas. Elas eram conduzidas de pouso em pouso onde o gado poderia descansar. Sendo todos locais de água permanente e de boa pastagem logo se tornaram vilas e cidades.

Homem e gado se multiplicaram e ganharam uma fisionomia magra por causa de secas periódicas e pastos pobres. As terras ainda mais pobres se destinavam à criação de bodes, tendo seu couro larga aceitação na região.

Com a criação de bodes e de gado, as famílias sertanejas multiplicaram-se e as fazendas tornaram-se grandes criadoras de bois, bodes e homens para emigrar.

No século XIX o vaqueiro já não era mais pago em gado, mas em dinheiro. Foi nesta época que foi introduzida a cultura de algodão, especialmente o mocó, algodão arbóreo nativo na região e por isso resistente às áreas mais secas. Esta cultura se associou muito bem com o pastoreio porque suas sementes serviam para a ração do gado e a palha dos roçados para a subsistência dos lavradores.

Cada criador de gado procurou também ser lavrador de mocó, primeiramente eram as famílias dos vaqueiros que se ocuparam desta atividade e mais tarde outras famílias foram atraídas para trabalhar nesta cultura. Cada família recebia uma quadra para produzir alimentos para subsistência e o restante para o cultivo de algodão, metade do algodão colhido era entregue ao criador (renda de meia).

Segundo Ribeiro (1995) desde a metade do século XIX as secas nordestinas haviam se transformado em problema nacional o que exigiu ações imediatas do governo.

Sendo uma pequena camada da população que detinha as terras e o gado, em conseqüência, os postos de mando e oportunidades de trabalho estatais, esta pleiteava recursos governamentais durante os períodos de estiagem mais pelo peso das perdas de gado do que pelo peso das perdas humanas. Logo, os esforços estatais eram inteiramente canalizados à abertura de estradas e construção de açudes nos criatórios, fomentando uma submissão ainda maior da massa sertaneja à vontade dos “coronéis”.

Com o controle da terra por parte de um número reduzido de famílias, também a água tende a ser privatizada, cercada. Por isso, o acesso a ela, especialmente nos períodos em que as chuvas se tornam mais irregulares ou há estiagem, é fonte de relações de troca desiguais: pelo favor da água os proprietários cobram fidelidade, lealdade, votos nas eleições. A maioria da população, junto com a falta de oportunidades econômicas, perde sua autonomia, sua liberdade (CÁRITAS, 2001, p. 13).

No século XX, o processo pelo qual os recursos públicos eram gastos no nordeste para construção de barragens, poços e açudes nos latifúndios recebeu o nome de “Indústria da Seca”. Nela, políticos, negociantes e empreiteiros de obras passam a viver dos recursos de fundos públicos de emergência e os grandes criadores através de novos açudes construídos nas frentes de emergência têm a oportunidade de valorizar gratuitamente suas terras.

O Departamento Nacional de Obras Contra Seca (DNOCS) foi o primeiro órgão federal destinado ao combate às secas. Segundo Ribeiro (1995) em vez de construir açudes para irrigação de plantações de subsistência em pequenas propriedades familiares o DNOCS foi transformado “numa agência de clientelismo descarado a serviço dos grandes criadores e do patriciado político da região” (RIBEIRO, 1995, p. 347).

Em seguida veio a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com projetos de industrialização, reforma agrária, irrigação e migração dirigida.

Devido à resistência dos grandes proprietários de terras, o programa da SUDENE só pôde ser executado na condição de não mexer com o regime de propriedade, o que ocasionou aumento da infraestrutura regional e conseqüente desenvolvimento econômico sem o devido desenvolvimento social.

Destaca-se o papel da SUDENE para a industrialização no Nordeste que atraía um grande fluxo migratório das zonas rurais às capitais nordestinas, inchando-as.

A industrialização tornou-se fonte de oportunidades para empresários do sul do país, que utilizaram os incentivos fiscais para produzir mais barato no Nordeste o que precisavam nas suas regiões de origem. Além disso, com a falta de uma política de reforma agrária e de uma política de migração dirigida para o Maranhão e a Amazônia, a industrialização significou única e ilusória alternativa para a população sobrando do campo (CARITAS, 2001, p. 15).

Desde a época dos senhores de engenho o sertanejo sempre procurou não desagradar seu senhorio porque é melhor estar sobre sua guarda do que viver a sua margem e ser ameaçado por policiais, juizes, cobradores de impostos e agente de recrutamento militar.

Sabe-se que os proprietários garantiam a posse das suas terras muito mais pelo sustento de grupos armados do que pela posse de títulos de propriedade, assim, mesmo aquele que possuía um lote ou trabalhasse em terras alheias sem a devida presença do proprietário era compelido a trabalhar nos latifúndios, considerados mais seguros.

Ilhados no mar do latifúndio pastoril dominado por donos todopoderosos, únicos agentes do poder público, têm verdadeiro pavor de se verem excluídos do nicho em que vivem, porque isso equivaleria a mergulhar na terra de ninguém, na condição dos fora-da-lei (RIBEIRO, 1995, p.348).

Portanto, para escaparem da opressão, o sertanejo só tinha duas escolhas: emigrar ou se tornar bandido. Por essas circunstâncias é que surgiram dois fenômenos típicos da cultura sertaneja: O cangaço e o fanatismo religioso.

Era bastante comum o fazendeiro aliciar jagunços para guardarem sua propriedade e sua pessoa e ao mesmo tempo aliciar grandes bandos para atacarem fazendeiros rivais.

Esses jagunços recebiam o respeito de seu patrão conforme sua lealdade, coragem e até crueldade, devido ao tipo de serviço que lhe era imposto. Ora, numa terra sem lei, os jagunços mais eficientes ganhavam não só o respeito de seu patrão, mas a admiração dos sertanejos sob sua guarda.

Mais relevante, ainda, é o fato de que toda a população sertaneja, renegando embora os jagunços pelo pavor que lhe infundiram, tinha neles padrões ideais de honorabilidade e de valor, cantados nos versos populares, e via, nos seus feitos mais violentos, modelos de justiça realçados e louvados. Por tudo isso, o cangaço e seus jagunços, sanguinários, mas pios e tementes a Deus e aos santos de devoção, temidos, mas admirados, condenados, mas também louvados, constituíram, um produto típico na sociedade sertaneja (RIBEIRO, 1995, p. 354).

Para Ribeiro (1995) o sertanejo antigo se caracteriza por seu apego ao passado (ao tempo em que era pago em gado), por sua fala de poucas palavras e por seu messianismo fanático com predisposição à violência e ao sacrifício.

O fanatismo baseia-se em crenças messiânicas vividas no sertão inteiro, que espera ver surgir um dia o salvador da pobreza. Virá com seu séqüito real para subverter a ordem no mundo, reintegrando os humildes na sua dignidade ofendida e os pobres nos seus direitos espoliados: '[...] o sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão [...]'. Trata-se da ressonância no sertão brasileiro do messianismo português referente ao rei D. Sebastião (RIBEIRO, 1995, p. 354).

A esperança dos sertanejos em melhorar de vida em tais circunstâncias só poderia ser ativada por taumaturgos, que conquistavam sua confiança num mundo melhor graças a seus milagres e pregações.

Somente a crença de que a Justiça Divina em breve se realizaria poderia retirá-los de sua posição resignada e humildade tradicional.

“Cada sertanejo que se acerca do taumaturgo incandesce, transformando-se num justiçador divino, só disposto a devotar-se às rezas e à reconstrução da ordem social em novas bases” (RIBEIRO, 1995, p. 355).

Muitos saíam das fazendas e seguiam o taumaturgo, sendo o mais importante deles Antônio Conselheiro.

O desarmamento dos fazendeiros pelo governo central, a abertura de estradas para o trânsito de caminhões com gente, idéias e mercadorias, as transmissões radiofônicas e o próprio cinema, abriram a mentalidade sertaneja a ponto de não haver mais lugar para o cangaço e o messianismo fanático.

Os relatos de parentes que foram viver nas metrópoles do país começam a dar uma consciência social ao sertanejo, que conhecedor de um padrão de vida mais alto e condições mais livres e humanas, passa a sair da posição de resignação tradicional para uma posição de inconformismo.

Para Ribeiro (1995) esse inconformismo não parte de uma consciência de que haja interesses de classe em choque e raramente impõe dúvidas sobre sua visão religiosa do mundo, que explica pela sorte ou ajuda divina a riqueza dos ricos e pobreza dos pobres.

Sua inconformidade revela-se, principalmente, por atitudes de fuga: a idealização do passado como uma idade mirífica em que o vaqueiro era pago em reses e em que as terras eram livres para quem as quisesse ocupar e trabalhar; a idealização da vida em outras regiões do país, onde a vida é fácil e um homem, com pouco esforço, pode comer fartamente e viver com dignidade. E a esperança de ver surgir um novo paternalismo governamental, que seja mais sensível à sua causa do que os interesses dos fazendeiros (RIBEIRO, 1995, p. 358).

Ribeiro (1995) atribui este inconformismo inativo ao monopólio da terra e à ausência de renovação tecnológica que possa prover com mais fartura as famílias meeiras.

Impossibilitadas de diminuir sua dependência do latifúndio, as famílias sertanejas se preocuparão muito mais em não desagradar o patrão do que exercer pressão ativa para a melhoria de sua situação.

O próprio rancho miserável em que vivem com suas famílias, construído por eles próprios com barros e palhas de campo, não lhes pertence. Nada os estimula a melhorá-lo e o proprietário não os autoriza a enriquecê-lo com o plantio de fruteiras ou com a criação de animais de terreiro, para que não faça jus à indenização no momento em que devam ser despedidos (RIBEIRO, 1995, p. 359).

Sendo sempre um agregado transitório, o sertanejo não procura melhorar sua habitação ou suas roças de subsistência, pois sempre paira a ameaça de ser enxotado “e sua atitude é a de reserva e desconfiança, que corresponde a quem vive num mundo alheio, pedindo desculpas por existir” (RIBEIRO, 1995, p. 359).

Ribeiro (1995) conclui que somente o sertanejo não dependente do latifúndio poderá manifestar sua revolta e pleitear de forma clara a propriedade da terra. Nesse caso está o lavrador livre que trabalha como arrendatário de terras alheias ou se instala em terrenos baldios e tem uma vida social mais intensa e convívio com populações urbanas.

3.2 - Pobreza Nordestina

Para apresentar o quadro da pobreza nordestina é necessário antes definir o conceito de pobreza e a metodologia para sua mensuração.

Segundo Rocha (2003) pobreza é o estado no qual a pessoa não pode atender de forma adequada todas as suas necessidades.

Dependendo do nível de desenvolvimento sócio-econômico do país em que a pessoa viva, sua pobreza pode ser Absoluta – relacionada ao não-atendimento das necessidades para sua sobrevivência física – ou Relativa – relacionada ao não-atendimento das necessidades de um padrão de vida predominante.

O faminto e o subnutrido são pessoas em pobreza absoluta, seu estado é revelado por indicadores físicos inadequados (peso por altura insuficiente, por exemplo). Já a pessoa em pobreza relativa tem seu estado revelado por sua renda.

A renda é a forma indireta das pessoas em economias modernas e monetizadas atenderem suas necessidades. Assim, é necessário estabelecer o valor monetário associado ao custo de atendimento às suas necessidades.

Se o valor corresponde aos custos com necessidades nutricionais, esse valor é chamado linha de indigência. Se o valor corresponde a um conjunto de necessidades que não se restringe às nutricionais tem-se a linha de pobreza.

Pelo critério de renda, é indigente aquele que está abaixo da linha de indigência, não possui renda capaz de atender apenas suas necessidades nutricionais; e pobre, aquele que está acima da linha de indigência, porém abaixo da linha de pobreza o que significa possuir uma renda incapaz de atender suas necessidades consideradas mínimas para aquela sociedade.

Para a definição da linha de pobreza e da linha de indigência é inevitável um juízo de valor que determinará quais necessidades habituais reconhecidamente

não vitais devem ser incorporadas às respectivas linhas. Quanto mais rico for o país mais a linha de pobreza se afasta da renda necessária para alimentação.

Há restrições ao uso da renda para medir os níveis de bem-estar. Segundo Rocha (2003) quanto mais pobre é o país mais restrito é seu uso, porque a pessoa poderá aumentar seu bem-estar sem inserir-se na economia de mercado graças à autoprodução e a consumos não-monetários (serviços públicos). Neste caso, o melhor é servir-se de indicadores físicos que se referem à pobreza absoluta, exemplo, taxa de mortalidade infantil.

Segundo Rocha (2003) em países como o Brasil em que a renda é relevante como medida de bem-estar é comum ela vir acompanhada de indicadores de necessidades básicas (educação, saneamento, habitação, etc.).

Estabelece-se primeiramente a linha de pobreza para diferenciar pobres e não-pobres com base em sua renda depois caracterizar a subpopulação pobre segundo as diferentes dimensões do seu bem-estar através de indicadores relativos às necessidades básicas.

A pobreza no Brasil se deve à má distribuição de renda porque possui uma renda nacional suficiente para garantir o mínimo considerado indispensável. A renda *per capita* de R\$ 3.500,00 em 2000, segundo Rocha (2003) está acima de qualquer valor que possa ser associado realisticamente à linha de pobreza.

“O diagnóstico básico referente à estrutura de pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres” (BARROS et al, 2001, p.23).

O bem-estar das pessoas não depende exclusivamente das rendas individuais, mas, principalmente, da repartição intrafamiliar de renda de todos os membros da família, assim, a variável de rendimento relevante é a renda familiar (somatório dos rendimentos de cada membro da família). Como o nível de bem-estar da família depende do seu tamanho, adota-se o rendimento familiar *per capita* como critério de linha de pobreza.

A linha de pobreza depende da estrutura de consumo familiar. Como as estruturas de consumo e preços diferem muito de uma região a outra do país, as linhas de pobreza podem variar segundo as regiões, como entre áreas metropolitanas, urbanas e rurais da mesma região.

Baseada nas linhas de indigência e de pobreza derivadas do Estudo Nacional da Defesa Familiar (Endef) de 1999, Rocha (2003) estabelece que pobre é o nordestino da zona rural que possui uma renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 27,90 e indigente aquele com renda inferior a R\$ 17,52. Já o nordestino de área urbana é pobre se tiver renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 46,49 e indigente, o de renda inferior a R\$ 19,90.

Em 1999 o Brasil tinha 32.892 mil pobres, representando 21% da população total, sendo que, 34,19% vivem nas metrópoles, 45,41% na área urbana e 20,41% na área rural. A pobreza brasileira se concentra nas cidades e nas metrópoles.

Quanto ao Nordeste 29,4% da sua população é pobre (13.233 mil) sendo que 32,9% vivem nas metrópoles; 28,5% na área urbana e 28,8% na área rural (ROCHA, 2003).

Percebe-se que a população pobre nordestina encontra-se menos concentrada nas metrópoles e cidades que no resto do Brasil, mas não é algo que se possa comemorar, afinal, nada mais e nada menos que 40,23% da população pobre brasileira é constituída de nordestinos e dos brasileiros pobres da área rural 68,17% é do nordeste (em 1970, era de 45,8%).

“Assim, a pobreza rural nordestina se apresenta, em 1999, como o núcleo duro da pobreza no Brasil” (ROCHA, 2003, p. 89).

Quanto ao acesso a serviços públicos, há diferenças gritantes entre o nordestino pobre e o paulista pobre, por exemplo. Se em São Paulo todos os pobres da área metropolitana possuem energia elétrica, no nordeste rural 43% não a possuem, isto implica uma drástica diferença dos indicadores de conforto domiciliar (Tabela 1) entre os dois subgrupos.

Não é à toa que o nordestino pobre da área rural sintam-se atraído pela metrópole paulista.

Dentre os estados do Nordeste, Bahia é o estado que apresenta o maior número de pobres na região (27,11%), seguido de Pernambuco (18,11%) e Ceará (16,08%).

Tabela 1: Indicadores de Conforto Domiciliar das Famílias Pobres da Metrópole de São Paulo e do Nordeste Rural – 1999.

Categorias	Part. (%) Metrópole de São Paulo	Part (%) Nordeste Rural
Fogão	100,00	48,5
TV em cores	90,7	23,6
TV P&B	47,1	27,7
Televisão	95,1	44,8
Geladeira	95,8	20,6
Máquina de Lavar	38,3	0,5
Telefone	31,2	0,7
Energia Elétrica	100,00	57,0
�gua adequada	96,7	59,3
Esgoto adequado	71,7	15,7
Coleta de Lixo	98,4	8,5

Fonte: Rocha (2003, p. 170).

3.3 – A Política Social Brasileira

No capítulo anterior vimos que o Estado Brasileiro a partir do primeiro governo Vargas começara a assumir a tarefa de salvaguardar os direitos dos trabalhadores e auxiliar as entidades civis, especialmente a Igreja, no seu trabalho assistencial. Vimos também que seu sistema previdenciário era seletivo, heterog neo e fragmentado (MOTA *et al*, 2001) que deixava de fora um grande contingente de trabalhadores urbanos e a grande massa de trabalhadores rurais.

Buscando universalizar os direitos previdenciários, o governo p s-64 unificou os institutos de aposentadoria e pensão num único  rg o (Instituto Nacional de Previdência Social) desvinculando os serviços médicos prestados pelo sistema público de saúde da contribui o mensal e categoria profissional do indivíduo e regulamentou a entrada dos empregados domésticos e dos aut nomos no sistema público de previdência. A entrada efetiva dos trabalhadores rurais se deu somente em 1971 com a cria o do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pr -rural).

O governo militar universalizou serviços de saúde e de assistência a toda popula o graças a aumentos da arrecada o sob a rubrica Contribui o Social. As contribui es sociais eram de natureza semelhante às fontes fiscais ou se constituíam de fundos individuais de patrim nio, por exemplo, o Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

A crise financeira dos anos 80 e a má aplicação dos recursos públicos, especialmente no tocante às políticas assistenciais (as atividades assistenciais, especialmente de distribuição de cestas básicas, ainda eram utilizadas pelas elites tradicionais como instrumento de poder político em épocas de eleições municipais e estaduais) causaram vários problemas que impediram a real universalização da política social.

Em 1985, metade da população brasileira economicamente ativa estava fora da Previdência social e os serviços públicos de saúde e educação tornaram-se tão ruins que acabaram afugentando as classes médias (MOTA, 2001).

Sendo o nosso Estado de Bem-estar social tão precário, o desenvolvimento industrial da década de 70 colaborou para aumentar a distância entre o Brasil moderno do sul e o Brasil tradicional do norte.

Desigualdade que surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo a mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais (BARROS, 2001, p. 21).

Durante os anos 80, a economia capitalista sofreu várias transformações que a fez alcançar uma nova e mais avançada etapa de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capitais.

Esta nova etapa é caracterizada pela intensa internacionalização da vida econômica, social, cultural e política. Ela é conhecida como “Globalização”, ou seja, é “um estágio mais avançado do processo histórico de internacionalização” (COUTINHO, 1995, p. 21) que durante os anos 90 se manifestou no Brasil através do aumento da competição entre as indústrias, da abertura comercial e das inovações tecnológicas.

Com a Globalização, chegam ao Brasil as inovações telemáticas e informáticas e um novo padrão de organização da produção e da gestão na indústria e nos serviços (sistemas just-in-time), tornando possível a produção de bens e serviços em pequenas e médias empresas que através de um sistema de redes, produzem

para uma grande empresa (terceirização), tornando possível a produção tanto a nível local como regional e internacional.

Este novo paradigma organizacional da produção vem provocando mudanças drásticas no mercado de trabalho brasileiro, aumentando o desemprego, diminuindo a média dos salários e finalmente, precarizando as relações de trabalho com a expansão do trabalho sem vínculo empregatício.

É durante a década de 80, época em que a nova etapa de desenvolvimento capitalista (globalização) começa a se realizar no país, que a tendência de precarização do mercado de trabalho começa a surgir estreitando a relação de causa e efeito entre a nova organização da produção e a piora no mercado de trabalho nacional⁶.

Portanto, desde meados da década de 90 quando o processo inflacionário foi finalmente sanado, o desemprego passou a ser a maior preocupação do governo. Para diminuí-lo sem ser através de grandes estruturas burocráticas, consideradas dispendiosas e ineficazes, o Estado passou a operar um amplo processo de descentralização, aumentando o poder de decisão dos estados e municípios nos programas sociais.

Para evitar usos clientelistas dos programas, o Estado permitiu a participação da comunidade em sua gestão através de conselhos estaduais de saúde, educação, assistência social e trabalho.

A ideologia neoliberal guiou a recente política social brasileira.

O neoliberalismo defende a despolitização total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados sendo assim, quando se fala de igualdade social entende-se igualdade de oportunidades ou condições iniciais igualizadas para todos.

Portanto, mesmo a Constituição de 88 ter reconhecido os direitos sociais básicos de toda a população (direitos ao trabalho, à saúde, à previdência, à assistência social, à educação, à cultura, ao meio ambiente e os relativos à família, à criança, ao adolescente e ao idoso) as políticas públicas de combate ao desemprego

⁶ Nota: Até a década de 70, a tendência era de aumento dos empregos assalariados, sobretudo os registrados, e de redução das ocupações por conta própria, sem remuneração, e do desemprego. A partir da década de 80 esta tendência se reverteu. Confira em MOTA, C. R.; MEDEIROS, C. M. B. & BARTHOLO R. S. *História e atualidade da política social brasileira*. Brasília: SESI, Dep. Nacional, 2001, p. 99.

partem do princípio que somente as competências do indivíduo, as que ele possui e as que ele ainda pode desenvolver são suficientes para que este consiga um emprego, não importando a situação das empresas ou do país.

As políticas de combate ao desemprego tomaram a forma desde então de cursos de capacitação profissional e de concessão de linhas de crédito especiais para pequenos e micro empreendedores da área urbana e rural.

Os agentes destas políticas têm conhecimento de que os novos espaços territoriais favoráveis a investimentos são aqueles constituídos de pequenas e médias empresas, mais flexíveis às mudanças tecnológicas e econômicas, favorecendo a adoção de políticas de desenvolvimento econômico constituídas de projetos de menor porte e executadas na esfera estadual/municipal, a fim de estimular a atividade econômica local e conseqüentemente a geração de novos empregos.

3.3.1 – Política Pública de Desenvolvimento Rural

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) está submetido à política de desenvolvimento da produção agrícola do país segundo a Lei 4829/64 que institucionaliza o Crédito Rural.

O Banco Central do Brasil (Bacen) é o órgão fiscalizador do sistema, as entidades públicas e privadas que o compõem devem seguir as normas operativas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Além do Bacen, fazem parte do sistema, através de suas carteiras especializadas, o Banco do Brasil, o Banco de Crédito da Amazônia e o Banco do Nordeste do Brasil e órgãos auxiliares que operam em crédito rural (bancos estaduais, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento e Cooperativas de Crédito Rural).

Além das carteiras destes bancos e do próprio Tesouro Nacional, o SNCR ainda tem como fonte de recursos uma porcentagem fixada pelo CMN dos depósitos a vista de todas as entidades de crédito do país.

Verificando as médias de participação das regiões brasileiras no valor dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas rurais pelo SNCR nos períodos 1975-1979, 1980-1989 e 1990-2001, Gryzagoridis (2003) constata o decréscimo da participação da região nordeste nos financiamentos concedidos pelo

SNCR, enquanto que as participações das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste tiveram acréscimo.

As regiões Norte e Nordeste são as que possuem as menores participações no volume de créditos concedidos pelo SNCR. A guisa de comparação, a seguir estão as médias de participações no total de financiamentos concedidos pelo SNCR de 1975 a 2001 das regiões Sul e Nordeste. A região Sul é a que recebe o maior volume de financiamentos.

Tabela 2: Média das Participações das Regiões Nordeste e Sul no Valor dos Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas pelo SNCR 1975-2001.

Regiões	Nordeste	SUL
Períodos		
1975-1979	13,22%	38,11%
1980-1989	14,02%	39,17%
1990-2001	9,01%	41,05%

Fonte: Gryzgoridis, 2003, p. 48 (A autora tirou os dados do Anuário Estatístico do Brasil IBGE; Bacen).

Nota-se uma drástica redução dos recursos de crédito rural para a região nordeste, considerando que esta é a região que possui o maior número de pobres rurais do Brasil, o que se pode esperar para a região? A perpetuação da pobreza.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF surgiu da Resolução CMN/Bacen n.º 2.191, de 24/08/1995 que estabeleceu as condições para a contratação do crédito destinado ao apoio financeiro das atividades agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho do agricultor e de sua família.

Através de seus agentes financeiros (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal), o PRONAF tem como objetivo geral aumentar a produção agrícola e o número de empregos no campo.

Com o PRONAF o governo espera reduzir o êxodo rural dando sustentabilidade à agricultura familiar e melhorar a distribuição de renda. Para tanto, o PRONAF além do Crédito, possui mais duas linhas de ação: Infraestrutura e Capacitação.

Sua linha de crédito, conhecida como Pronaf Crédito, tem como principal fonte de recursos o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e destina-se a pequenos produtores rurais que em condições normais de mercado não conseguiriam crédito no setor bancário⁷.

Os beneficiados do PRONAF são cooperativados ou pequenos produtores isolados (SILVA, 1999 apud GRYZAGORIDIS, 2003).

O Banco do Brasil é o principal agente financeiro do PRONAF, seus empréstimos são concedidos a uma taxa de juros menor que a do mercado e dependendo da Renda Bruta Anual Familiar, o crédito individual para investimento poderá chegar a até R\$ 15.000,00 (BC - Pronaf, 2004).

A linha de crédito do PRONAF concentra-se na região Sul apesar de estar ocorrendo uma tendência de desconcentração a favor do nordeste. “Em 1998, esta última região apresentava 37,3% do total das aplicações de crédito, enquanto em 1996, este valor era apenas de 6%” (GRYZAGORIDIS, 2003, p. 53).

Os maiores beneficiados do crédito do PRONAF são produtores integrados às cadeias agroindustriais (fumo, milho e soja), dando a entender que o PRONAF vem priorizando os agricultores familiares mais capitalizados.

O acesso dos produtores familiares aos programas de crédito depende das taxas de juros oferecidas, dos seus recursos produtivos, de sua inserção nos mercados, da tecnologia e informação disponíveis, dos entraves institucionais e das especificidades dos seus sistemas de produção.

Modernizar os métodos de intermediação financeira, melhorar a produtividade do trabalho bancário e reduzir custos de operação e oferecer aos produtores familiares produtos financeiros adaptados às suas necessidades que os permitem transformar em ativos financeiros certas formas tradicionais de poupança (gado, estoques de sementes e produtos) são ações que aumentarão a abrangência do programa, pois a inadequação dos agentes financiadores à clientela é um dos principais problemas apontados no programa.

É nesse vácuo da política creditícia que surgem as ONGs – Organizações Não-Governamentais – voltadas especialmente para o microcrédito. Tais ONGs são instituições com uma cultura de crédito

⁷ O PRONAF também recebe recursos do Tesouro Nacional, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Ministério da Integração Nacional e recursos próprios do sistema financeiro nacional.

mais adaptada às necessidades da clientela popular (BARTHOLLO et al., 1997 apud MOTA et al., 2001, p. 108).

A seguir está uma tabela que compara a participação dos créditos concedidos pelo PRONAF e a participação do volume de crédito concedido em linhas normais no total de crédito rural disponibilizado pelo SNCR de 1995 a 2001.

Tabela 3: Médias de Participações no Crédito Rural disponibilizado pelo SNCR de Linhas Normais de Crédito Rural e a do PRONAF de 1995 a 2001

Ano	Linhas Normais de Crédito Rural	PRONAF
1995	99,01%	0,99%
1996	93,36%	6,64%
1997	88,99%	11,01%
1998	90,03%	9,97%
1999	86,56%	13,44%
2000	88,43%	11,57%
2001	95,87%	4,13%

Fonte: Gryzagoridis (2003, p. 54)

Percebe-se que o volume de créditos para a agricultura familiar é ainda muito pequeno no total geral de crédito rural concedido pelo SNCR, apesar do número de estabelecimentos familiares serem bem maiores que o número de estabelecimentos patronais.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 1996 (apud GRYZAGORIDIS, 2003) 85,2% dos estabelecimentos agrícolas são familiares e ocupam uma área de 30,5% do território nacional.

Os estabelecimentos agrícolas familiares foram responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção total em 1996. A região nordeste apresenta o maior número de minifúndios. A média dos estabelecimentos familiares é de 26ha, a grande maioria (87%) não chegam a 50ha.

A maioria dos estabelecimentos patronais é superior a 50ha. A agricultura familiar emprega 76,9% do pessoal ocupado do meio rural. Somente 16,7% dos agricultores familiares recebem assistência técnica.

Segundo o projeto desenvolvido pelo convênio INCRA/FAO intitulado Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável (1995 apud

GRYZAGORIDIS, 2003) as principais características da agricultura familiar são: trabalho e gestão intimamente ligados; o proprietário é que assegura diretamente o processo produtivo; ênfases na diversificação, durabilidade dos recursos naturais e qualidade de vida; complementaridade do trabalho assalariado; decisões imediatas adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo, tomada local de decisão condicionada pelas especificidades do processo de produção e uso de insumos internos.

Comparada à agricultura patronal, a agricultura familiar possui algumas vantagens na gestão do trabalho segundo Guanziroli (1999 apud GRYZAGORIDIS, 2003) tais como: é mais estimulante para o trabalho porque os membros da família participam dos lucros; não existem custos de contratação de mão-de-obra nem de procura por trabalhadores; há a divisão dos riscos entre os membros da família, pois todos assumem os possíveis prejuízos.

Há ainda duas grandes vantagens da agricultura familiar segundo Guanziroli (1999 apud GRYZAGORIDIS, 2003): (1) sua capacidade de mecanização em áreas pequenas com o aluguel de máquinas e de compra em grupos comunitários; (2) Mesmo com menos acesso ao crédito e menos extensões de terra os agricultores conseguem ter lugar na produção agropecuária porque usam com mais eficiência as vantagens macroeconômicas do Brasil: terra e trabalho.

À medida que cresce a renda nos estabelecimentos familiares aumenta o número de pessoas ocupadas. Muitas pessoas ocupadas na agricultura familiar, para sobreviverem, passam a depender de rendas extras ao estabelecimento agrícola.

Segundo Graziano (apud GRYZAGORIDIS, 2003) nas regiões mais atrasadas (que não possuem um grande centro organizador) não há emprego agrícola e muito menos ocupações não agrícolas que possam complementar a cultura de subsistência e até substituí-la.

“[...] das demandas urbanas por bens e serviços não agrícolas surgem novas atividades agrícolas como o pesque e pague, as fazendas de caça, a criação de plantas e animais para fins ornamentais” (GRYZAGORIDIS, 2003, p. 71).

Segundo dados do PNUD (1998 e 1999 apud GRYZAGORIDIS, 2003) os rendimentos não-agrícolas das residências em espaços rurais superam os rendimentos agrícolas totais, logo, a população rural ao redor das grandes metrópoles

possui melhores oportunidades de incrementar a renda do que aquelas localizadas em pequenas cidades do interior do país.

3.4 – Considerações Finais

A pobreza brasileira se deve à má distribuição de renda porque possui uma renda nacional suficiente para garantir o mínimo considerado indispensável para o atual padrão de vida predominante no Brasil.

A maioria da população brasileira não é pobre, os pobres representam 21% da população e se concentram nas grandes metrópoles e áreas urbanas. Isto se deve à industrialização do país que provocou o esvaziamento do campo.

A pobreza não se concentra mais na área rural, no entanto, a pobreza rural leva a mais riscos de morte do que a pobreza urbana devido à escassez de infraestrutura básica como água e esgoto.

Após vários programas governamentais de combate a Seca Nordestina implementados nas três últimas décadas, o Nordeste ainda é a região do país que possui o maior número de pobres rurais.

A principal causa da pobreza no Nordeste Rural é o sistema de dominação dos latifundiários que torna as políticas governamentais de emergência para as secas fontes de relações desiguais que perpetuam a submissão da massa sertaneja ao clientelismo.

Esse sistema de dominação só será quebrado com uma melhor distribuição da terra e desenvolvimento de tecnologias agrícolas adaptadas ao semi-árido que retire as famílias meeiras da pobreza absoluta.

Os sertanejos com melhores condições de agir por sua prosperidade material são aqueles que não estejam isolados nos latifúndios, submetidos constantemente às práticas clientelistas. São parte deste grupo os que trabalham como arrendatários em terras alheias ou possuem pequenas propriedades de terra e mantenham intenso convívio com populações urbanas.

Para evitar práticas clientelistas e ser condizente com a filosofia neoliberal, a Política de Desenvolvimento Rural para a região procurou facilitar o acesso direto do pequeno agricultor ao crédito rural e a adequada assistência técnica.

Devido ao grande número de pequenas propriedades rurais na Região Nordeste o PRONAF seria o canal de onde a maior parte dos recursos destinados à agropecuária chegaria à região e conseqüentemente ao pequeno agricultor.

Pudemos perceber que o PRONAF tende com o tempo a se concentrar no Nordeste e beneficiar os produtores das cadeias agroindustriais e que o mesmo poderia ter maior abrangência se seus agentes financeiros se adequassem melhor a sua clientela, já que o problema não está na agricultura familiar: ela é vantajosa na gestão do trabalho e na alocação dos recursos (terra e trabalho) se comparada à agricultura patronal.

No estudo de caso a seguir veremos como as CEBs em conjunto com governo e outras mediações católicas puderam superar a pobreza nordestina na sua forma mais injusta: a fome. Nossa intenção é sintetizar as contribuições desta experiência para a Política de Desenvolvimento Rural do Nordeste e para a própria Igreja no seu esforço de construir a Civilização do Amor.

4. OS PROJETOS SOCIAIS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE DE ACOPIARA/CE

Nosso objetivo neste capítulo é conhecer a contribuição dos projetos sociais das Comunidades Eclesiais de Base de Acopiara/CE para a política de desenvolvimento rural do Nordeste e para a própria Igreja quando esta se empenha para a construção da Civilização do Amor segundo a DSI.

Para tanto, serão apresentadas primeiramente as características históricas e sócio-econômicas do Município de Acopiara e logo depois a estrutura da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e sua linha sócio-pastoral na qual se inclui as CEBs.

Posteriormente, serão descritos o processo pelo qual foram elaborados e realizados os projetos sociais das CEBs de Acopiara no período de 1984 a 2002 e seus resultados na visão das próprias comunidades.

Nossa intenção é que ao final do capítulo possamos fazer uma avaliação dos projetos sociais para saber se essas iniciativas serviram para a superação da pobreza absoluta nas comunidades participantes segundo critérios das próprias comunidades e das organizações católicas que inspiradas pela DSI os apoiaram no decorrer do seu processo de elaboração e implementação.

4.1 – O Município de Acopiara

Acopiara se localiza no Centro-sul do Ceará e se estende em uma área de 2.046 Km², equivalente a 1,39% do território do Estado. (Veja mapa em anexos)

O povoamento da área que atualmente corresponde ao município de Acopiara iniciou-se nas primeiras décadas do século XVIII, com a concessão de uma sesmaria no Riacho Quincoê ao Alferes Antônio Vieira Pitta. Tratando-se de excelentes terras de ribeira, com o tempo, foram chegando e se fixando outras famílias, tendo sido uma das primeiras a família Pereira Silva.

Mais tarde, este povoamento constitui-se num núcleo chamado “Lages”, devido às características pedregosas do seu terreno. Em 1910, com a inauguração da estrada de ferro da Rede de Viação Cearense, o povoado teve um maior desenvolvimento.

Não demorou muito para que o próspero povoado se desmembrasse do município de Iguatú e se constituísse em um município, o município de Lages, em 1921.

Em dezembro de 1933 o município passa a ser chamado de Afonso Pena, mas, por iniciativa do então prefeito, o município passa a se chamar Acopiara em 1943 que em Tupi-Guarani significa Terra do Lavrador, uma alusão ao fato de Acopiara ter uma alta vocação agrícola.

O Município de Acopiara possui 8 distritos: Acopiara (sede), Trussu, Quincão, Isidoro, Ebron, Santa Felícia, Santo Antônio e Barra do Ingá.

Devido às terras ribeirinhas e ao solo montanhoso, Acopiara ficou sendo por muitos anos um dos maiores produtores de algodão do Estado do Ceará, chegando a ocupar o 5º lugar do PIB do Estado. Porém, a chegada da praga do Bicudo derrubou a produtividade do algodão, diminuindo a produção de 370 quilos por hectare na década de 70 para 150 quilos por hectare em 2002⁸.

Acopiara nas décadas de 1960 e de 1970 viveu o seu período mais próspero, nesta época havia quatro grandes indústrias de algodão no município. Chamados de chapeados, os trabalhadores autônomos da cidade eram constantemente procurados para carregar o algodão até as indústrias, tendo até que se esconder para não trabalharem. Produzia-se tanto algodão que grande parte era armazenada na rua.

Atualmente só há uma indústria de algodão em Acopiara, ela produz com algodão de outros estados do nordeste porque a produção em Acopiara é insuficiente. A praga do bicudo tornou esta cultura muito cara e complexa, a maioria dos proprietários de terras prefere a cultura de milho.

Em Acopiara comentam-se duas hipóteses para o aparecimento do bicudo: (1) Foram os americanos que colocaram a praga porque grande parte do algodão era exportada; (2) desequilíbrio ecológico pelo uso intensivo de agrotóxicos.

Desde o aparecimento do Bicudo, muitos agricultores abandonaram essa cultura para se dedicarem exclusivamente a culturas de subsistência: arroz, feijão e milho. Praticamente a população de Acopiara vive desta cultura de subsistência e de

⁸ Essas informações foram retiradas do Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda da Paróquia de Acopiara enviado a CORDAID em agosto de 2002.

recursos previdenciários: aposentadorias de idosos e Benefício de Prestação continuada⁹.

A estrutura fundiária do município é composta em sua maioria por pequenas propriedades sendo que os latifúndios ocupam a maior parte da área dos imóveis rurais (SEBRAE/CE, 1997).

Além da infra-estrutura agrícola e da fábrica de algodão que compreende usina e fiação, Acopiara possui pequenas fábricas de roupas íntimas, 3 fábricas de cerâmica e um comércio abundante na cidade.

Segundo estimativas dos técnicos de agropecuária de Acopiara, o município possui 65.000 habitantes, sendo que 25.000 são da área urbana e 40.000 da área rural. Se o município tiver o mesmo percentual estadual de pessoas abaixo da linha de pobreza, Acopiara tem 36.205 pessoas (55,7% de sua população) na pobreza¹⁰.

Em 2000 o índice de desenvolvimento humano do município de Acopiara foi de 0,597, ou seja, 15% menor que a média estadual (0,699). O Ceará ocupa o 19º lugar no ranking dos estados, o Rio de Janeiro ocupa o 5º lugar com IDH de 0,802.

Segundo informações referentes ao município de Acopiara contidas no Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda (jun/2002 a jun/2005) da Paróquia local, as áreas periféricas da cidade vem se ampliando constantemente nos últimos anos, se constituindo por bairros de alta concentração populacional, fruto do fluxo contínuo de famílias vindas do meio rural¹¹.

⁹ O Benefício de Prestação Continuada atende pessoas idosas a partir de 67 anos incapazes de se manter e Portadores de Deficiência, corresponde a 1 salário mínimo mensal.

¹⁰ Os dados do censo do IBGE de 2000 se diferem destes especialmente quanto à população rural. Para o IBGE, Acopiara possui 47.104 habitantes, sendo que um pouco mais da metade (24.891 habitantes) vivem em área rural. A porcentagem de pobres do Ceará foi obtido de um estudo da Fundação Getúlio Vargas. Fonte: Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda (jun/2002 a jun/2005).

¹¹ Conversando com o pároco local, ele explicou que as famílias que saem do campo não são expulsas das terras, mas escolhem a vida na cidade porque cansaram de sofrer perdas com as secas. Na cidade se pode viver de bicos, do seu assistencialismo e as mulheres podem trabalhar em casas de família. Há ainda uma cultura que praticamente tira o jovem do trabalho agrícola. Muitos jovens perderam o hábito de ajudar seus pais nas roças, se dedicando somente ao estudo com muitos chegando a morar em prédios cedidos pela prefeitura para terminar o ensino médio. No entanto, com a decadência econômica do município, muitos jovens não têm colocação na cidade, se não emigram, muitos se prostituem e se envolvem no tráfico de drogas. Praticamente tudo é feito para as famílias deixarem o campo.

Os bairros periféricos de Acopiara se destacam pelo alto índice de consumo e comercialização de entorpecentes, desemprego e prostituição. A violência nestes bairros vem crescendo assustadoramente, tornando-a comparável à violência das grandes metrópoles brasileiras, haja vista, o grande número de homicídios entre adolescentes.

4.2 – Paróquia de Acopiara e as Comunidades Eclesiais de Base

A Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é a única paróquia do município de Acopiara. Foi criada em 12 de outubro de 1921 e desde 1961 pertence à diocese de Iguatu (Veja foto da Matriz em Anexos).

A área geográfica da Paróquia se aproxima muito da área geográfica do município, as diferenças se devem a uma parte da área do município de Acopiara pertencer a Paróquia de Quixelô e parte da área geográfica do município de Iguatu pertencer a Paróquia de Acopiara.

Desde sua inauguração, a paróquia teve seis párocos. O pároco atual, Padre Crisares Sampaio Couto, é o que mais tempo está à frente da paróquia. Há 44 anos é pároco de Acopiara e atualmente tem 75 anos de idade (veja-o em anexos).

Durante a gestão de Padre Crisares a Paróquia construiu 3 capelas em comunidades urbanas e mais 13 em comunidades rurais; Reformou a Matriz e mais 5 capelas, sendo 1 urbana; construiu 3 Centros Sócio-Pastorais em 3 comunidades urbanas; Reformou 2 casas paroquiais – a de Acopiara e de Bom sucesso (Trussu); e por fim, construiu um cemitério novo, o Centro Social Paroquial, a Casa das Irmãs da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição e o Centro Pastoral Paroquial.

Segundo Padre Crisares o objetivo geral da Paróquia é a Evangelização e a Catequese com duas dimensões: a Pastoral e a Social-Promocional como constitutivas da Evangelização e da Catequese.

A partir de 1960 com o Concilio Vaticano II nascem as Comunidades Eclesiais de Base em Acopiara, que para o pároco não podem ser consideradas um movimento paroquial, mas a própria Igreja, a própria paróquia, acontecendo aqui, ali, acolá, impulsionadas pelo Espírito Santo e animadas pelos seus Coordenadores e Participantes.

As CEBs assim como a Paróquia possuem também duas dimensões constitutivas e interligadas: a pastoral e a social-promocional. Essencialmente, essas comunidades celebram a Palavra de Deus aos domingos procurando ligá-la a vida, à realidade local, municipal, estadual, nacional, juntando Fé e Vida.

As CEBs assumem a catequese de crianças e de jovens, participam de encontros e cursos de capacitações diversas no Centro Pastoral Paroquial. Todos os domingos às 6:30 da manhã é celebrada uma Missa na Paróquia por todas as comunidades.

A paróquia busca com as CEBs formar a consciência crítica dos pequenos agricultores perante a realidade (ver e julgar os fatos com os valores do Evangelho) e depois agir. Ao mesmo tempo, promover sua organização e a existência legal das CEBs como Associações Cívicas Comunitárias para então construir um relacionamento com o Poder Público.

Segundo o Plano Pastoral e Sócio-promocional da Paróquia, o relacionamento entre as Associações Comunitárias e o Poder Público tem que partir da visão de que as soluções apresentadas pelo governo para os problemas sociais das comunidades não são esmolas, favores, mas obrigações do governo.

Em 2003 a Paróquia de Acopiara possuía 156 Comunidades Eclesiais de Base, destas, 14 urbanas (Veja Mapa em Anexos).

Em Acopiara existem mais de 50 associações comunitárias e a maioria organizada na Federação das Associações Comunitárias do Município de Acopiara (FAMA). Devido a tendências partidárias do município, algumas associações não se associam a FAMA. É importante dizer que há associações que representam não uma, mas um conjunto de CEBs próximas.

A paróquia também se preocupa em fortalecer e apoiar outras organizações comunitárias. Vejamos algumas delas:

1 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR): Fundado em 1963 e com 350 associados em 2002. Segundo o Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda (2002-2005) o STR é alvo de interesse dos governantes, pois pode ajudar a solidificar a hegemonia administrativa e manter a submissão do Povo. Se o STR for de oposição, este sofre perseguições políticas no poder;

2 – Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores de Acopiara (COAPRA): Fundada em 1989, constitui-se de aproximadamente 130 cooperados advindos das CEBs mais organizadas. No ato da inscrição cada cooperado contribui com 30% do salário mínimo vigente. Nos últimos anos, segundo o projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda (2002-2005), a COAPRA passou por uma grave crise e a passos lentos vem se recuperando;

3 – Comissão Pastoral da Terra (CPT): Assume prestar um serviço educativo e transformador junto a agricultores e pescadores, para estimular e reforçar seu protagonismo. Contribui para constituição da consciência crítica e no compromisso social face às questões de terra e de água.

Segundo a Equipe paroquial de Assessoria às Comunidades de Acopiara (ACA), embora a maior parte da população acopiarense resida no meio rural e se caracterize pela vocação agrícola, suas organizações comunitárias passam por séria crise de credibilidade e necessitam crescer bastante no poder de pressão no sentido de fazer valer suas reivindicações.

4.3 – Os Projetos Sociais das CEBs de Acopiara

Antes de iniciar a descrição dos projetos das CEBs de Acopiara - CE é importante conhecer os parceiros institucionais que os apoiaram e como eles chegaram até elas.

4.3.1 – Origem da Parceria CERIS, CORDAID e CEBs

O Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) foi fundado em 1962 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e tem como objetivo contribuir para que os setores mais pobres e excluídos da sociedade brasileira obtenham melhoria de suas condições de vida, através do estímulo a reflexões e práticas sociais transformadoras.

Para desempenhar bem seu papel, o CERIS além de desenvolver uma série de atividades (pesquisas sociais e religiosas; análise, monitoramento e avaliação de experiências populares e pastorais, etc.) presta um apoio financeiro e técnico pedagógico a iniciativas sociais de pequenos grupos.

Sendo organismo da Igreja Católica, o CERIS desenvolve suas atividades com Congregações e Institutos religiosos, Escolas Católicas, Paróquias e mediações do mundo leigo - pastorais sociais e Comunidades Eclesiais de Base.

Legalmente, o CERIS é Sociedade Civil de Utilidade Pública, atuando em atividades desenvolvidas por Grupos e Movimentos Populares e Sociais, Entidades Representativas, Centrais Sindicais e Organizações Não Governamentais.

CORDAID é uma das organizações não-governamentais que desenvolvem atividades em parceria com o CERIS. Trata-se de uma das maiores organizações internacionais de cooperação para o desenvolvimento.

Fundada em 1999, CORDAD é o resultado da fusão de três organizações católicas: Memisa Medicus Mundi, Caritas Holandesa e Bilance.

CORDAID tem sua ação inspirada na Doutrina Social da Igreja Católica, o que para ela significa focalizar-se na solidariedade, ou seja, considerar que qualquer ser humano tem o direito à existência digna, independente de renda, idade, sexo, gênero, origem, crenças ou convicções políticas.

O objetivo de CORDAID é o combate à pobreza e a injustiça. Seu método consiste em cooperar com organizações locais em vez de ela mesma elaborar e executar projetos em países em desenvolvimento, método considerado por ela mais eficiente.

Foi através de uma parceria entre o CERIS e uma das organizações que deram origem a CORDAID, Cebemo (o antigo nome de Bilance) que em 1979 foi fundado o Fundo de Apoio a Miniprojetos – FAM.

O FAM é destinado a grupos locais em situação sócio-econômica adversa, empenhados em atividades que contribuam para o fortalecimento da sua organização coletiva e dos laços de solidariedade entre seus membros, mas não possuem acesso às fontes de financiamento existentes no Brasil e no exterior.

Para ter acesso ao fundo, o grupo interessado envia uma carta na qual há uma descrição de um projeto que poderá superar um problema imediato, por exemplo, a falta de silos para armazenar a produção agrícola durante os meses de seca.

Ao receber a carta, o CERIS verifica entre outras coisas se realmente é o próprio grupo que assumirá a gestão da atividade e não grupos institucionalizados ou terceiros. Sendo um grupo produtivo, os próprios trabalhadores.

Muitas vezes não é na primeira carta enviada pelo grupo que o CERIS decidiu apoiar ou não o projeto, na verdade, é só o início de uma relação de troca entre a equipe responsável pela avaliação dos projetos e os seus criadores.

Com o FAM, o CERIS apreende o contexto social local e as possíveis alternativas de apoio e intervenção social, já os grupos solicitantes, além do apoio financeiro para custear parte da atividade, tem a oportunidade de aperfeiçoá-la. Assim, desde que o FAM foi criado o CERIS considera-o como algo que ainda está sendo construído (ARAÚJO, 2001).

Atualmente, além de CORDAID, outras agências de desenvolvimento do exterior fornecem recursos ao FAM.

Foi a partir de 1984 que as Comunidades Eclesiais de Base de Acopiara/CE iniciaram sua relação com o CERIS, enviando mais de 30 projetos ao FAM no período de 1984 a 1996.

4.3.2 – Os Projetos Sociais Apoiados pelo FAM (1985 a 1996)

Das 156 CEBs do município de Acopiara, 33 apresentaram projetos sociais ao FAM no período de 1984 a 1996. Denominados de miniprojetos pelo CERIS, cada um recebeu em média U\$\$ 700,00 do FAM.

A seguir será descrito o processo pelo qual os projetos vieram a ser construídos e implementados.

4.3.2.1 - Silos Comunitários

Os silos são cilindros de zinco que evitam o apodrecimento dos grãos de milho e feijão. Armazenados em silos, o milho e o feijão podem ser usados para subsistência e comercialização na entressafra e anos de seca. Os silos evitam que os pequenos agricultores vendam toda sua produção na época de safra quando o preço é bastante baixo.

• Os Primeiros Projetos de Silos (1985)

Em dezembro de 1984, as CEBs Vila Martins, Jurema, Muquém e Santa Cruz enviam cartas ao FAM-CERIS solicitando cada uma recursos financeiros para a compra de 40 silos.

Sendo comunidades muito pobres, constituídas por famílias de agricultores que pagam renda para plantar (rendeiros), diziam não ser possível pagar os silos com recursos próprios: Vendendo toda a produção para comprá-los, não teriam o que comer durante o ano.

Em síntese, neste primeiro contato com o FAM-CERIS, o projeto social de cada comunidade consistia num orçamento para a compra de 20 silos de 2 quartas para o feijão e 20 silos de 3,5 quartas para o milho¹² e informações sobre o uso dos silos e dos ganhos que eles proporcionariam: 20 famílias de cada comunidade ficariam, cada uma, com um silo para o feijão e outro para o milho e se responsabilizariam a pagá-los em 20 prestações mensais a um fundo comunitário destinado a financiar a compra de silos para outras famílias da mesma comunidade.

Logo de início, o CERIS revelava às comunidades que o FAM tinha como objetivo discutir com elas os meios possíveis para que elas mesmas atendam suas necessidades através de um trabalho organizado, portanto, o que interessava era transformar essa demanda por silos em meio eficaz de aumento da organização entre os trabalhadores rurais para que eles mesmos lutem por melhores condições de vida.

O FAM-CERIS alertava que os projetos encaminhados não serviam a esse propósito por não atenderem diretamente todas as outras famílias que desejavam ter silos e pertenciam à mesma comunidade e muito menos famílias de comunidades próximas.

Após seguirem a sugestão do FAM-CERIS para se reunirem e discutirem a possibilidade de um trabalho intercomunitário, as CEBs solicitantes resolveram que os silos seriam de propriedade das comunidades e não de particulares e que cada comunidade adquiriria 10 silos grandes de 10 quartas para que cada família coloque uma mesma quantidade de milho e feijão.

¹² Cada quarta equivale à capacidade de armazenar 1 saco de milho ou feijão que em média pesa 60Kg, portanto 1 silo de 2 quartas armazena aproximadamente 120 Kg de feijão ou milho e de 3,5 quartas, 210 Kg.

As CEBs perceberam que os silos não chegariam se não fossem comunitários. Era esta a forma que elas encontraram para ajustar seus projetos a um dos objetivos do FAM – uma maior organização dos trabalhadores no interior de cada comunidade – restava, porém o aumento desta organização a nível intercomunitário.

Aprovados os projetos, o FAM-CERIS sugere que as CEBs transfiram a outras comunidades ao redor uma parte dos ganhos que os silos geraram a um fundo destinado à compra de mais silos para outras comunidades.

O repasse de parte dos ganhos gerados pelos projetos para outras comunidades é chamado de Transferência Solidária – TS. Eis a baixo o argumento que o FAM-CERIS se utilizou para estimular as CEBs a fazê-lo:

“Assim, da mesma forma como estamos colaborando com vocês, agora, vocês poderiam estar colaborando com outros grupos, e aí, estariam multiplicando esses recursos, visando, assim, o milagre da multiplicação dos pães” (Trecho da carta do CERIS para a CEB Vila Martins datada de 17/05/1985, CERIS, 2002).

Além de multiplicar os resultados dos projetos em termos de mais silos para outras famílias, a TS oferece a oportunidade dessas comunidades exercerem um gesto prático de sua fé afinal os recursos destinados aos seus projetos não deixam de ser uma doação já que as CEBs não precisam dar nenhuma contrapartida financeira ao fundo.

Há um trecho de uma carta enviada pela Comunidade de Santa Cruz ao CERIS referente aos projetos descritos que vale a pena ser citado, pois revela a visão de mundo das comunidades solicitantes, segue o trecho da carta:

Nós trabalhadores somos pisado, sem chance e sem vez por mais que lute e peleja, mais só dá na cabeça, se era na época da secas estávamos morrendo de fome, porque não chovia porque quando as lavoras estava já pra chegar a colheita não vinha mais chuva, hoje é bom o inverno mais de quando muito lutamos e está quase seguro as chuvas é demais, destruindo as lavoras com inundação e desabrigando pessoas – uns fala é castigo – mas só quem tem pecado mais o povo do nordeste que apanha todo dia, carregando cinco anos de seca nas costas [...] pobre é que nem rabicho de animal só corre pra trás. Olhe só foi Tancredo Neves falar que ia ficar ao lado dos pobres, surgiu a inveja ou feitiço, logo Deus levou se fosse falando pelos ricos na tava vivo – mas bom mesmo é Jesus Cristo que nós consola e dá saúde e força para continuar na luta pela sobrevivência: E nós somos pobre será que estes silos vai chegar até nós? (Carta da Comunidade de Santa Cruz ao CERIS, datada de 23/04/1985. CERIS, 2002.)

Segundo esta visão de mundo, o pobre, por mais que trabalhe para melhorar suas condições materiais de existência, nunca conseguirá efetivamente melhorá-las, porque misteriosamente sempre ocorrem fatalidades que tornam seus esforços vãos. Como exemplos destas “fatalidades” foram citados: a morte repentina do primeiro presidente eleito do Brasil após o golpe de 1964 e as vicissitudes do clima nordestino.

Tendo em mente que não podem ser resultado da vontade de Deus, por não se considerarem merecedores de tal castigo, os trabalhadores rurais atribuem seus infortúnios a forças malignas misteriosas (feitiço e inveja). Não podendo controlar tais forças, os pequenos agricultores acreditam que seus esforços em superar suas difíceis condições de vida serão sempre inócuos. Não é à toa que ao final deste trecho, a CEB Santa Cruz revele sua dúvida sobre a vinda dos silos.

O apoio do CERIS às CEBs de Acopiara neste primeiro momento serviu para aumentar a crença na organização comunitária como meio eficaz para a melhoria das condições de vida.

• Os Últimos Projetos (1991-1996)

Durante o período de 1991 a 1996, oito CEBs de Acopiara encaminharam projetos para a aquisição de silos. Com exceção de José de Barro e Moreiras de Cima (CEB Urbana) as demais eram constituídas de miniproprietários de terra.

Nestes projetos destaca-se o valor que essas comunidades davam à organização comunitária. Desde o princípio todas diziam que os silos e seu uso seriam comunitários.

A CEB José de Barro (miniprojeto 183/1991) em sua primeira carta encaminhada ao FAM-CERIS além de dizer que os silos seriam de propriedade da comunidade, afirmava que tanto o depósito quanto a distribuição dos grãos seriam feitos comunitariamente.

Não temos um prédio, nem um galpão, para abrigar os silos. Eles vão ser distribuídos nas 22 casas e neles vamos depositar os legumes, comunitariamente. Ninguém vai mais passar necessidade. Os legumes vão ser distribuídos com todas as famílias, de acordo com suas necessidades, através de reuniões semanais para uma decisão (Trecho da Carta da CEB José de Barro ao CERIS, datada de 15/05/1991. CERIS, 2002).

Em outro trecho da carta, a comunidade José de Barro revela o porquê de ela preferir utilizar os silos comunitariamente.

“Pelo fato da gente usar os silos comunitariamente, vai aumentar mais a nossa união e organização e sim dar mais força para a gente reivindicar nossos direitos” (Trecho da Carta da CEB José de Barro ao CERIS, datada de 15/05/1991. CERIS, 2002).

Essa justificativa mostra que a comunidade não quer apenas solucionar um problema imediato com a aquisição dos silos, mas servir-se deles para um propósito maior: fortalecer o grupo na luta contra sua injusta condição de vida.

José de Barro já tinha uma insipiente organização comunitária. Em sua primeira carta ao FAM-CERIS, a CEB declarava ter conseguido professores de alfabetização e planejava formar um núcleo da CPT.

As demais CEBs (Bom Jardim, Morro, Vila Campos, Cachoeira dos Alexandre, Extrema, São Paulo e Moreiras de Cima) além de participarem da CPT e de cursos de tecnologias alternativas agrícolas no Centro Pastoral Paroquial, já se constituíam em Associações Comunitárias e obtiveram conquistas como creche comunitária, demonstrando que no período de 1995 a 1996 não uma, mas várias CEBs já possuíam uma mentalidade disposta a lutar por uma maior organização comunitária.

As CEBs demonstravam que já valorizavam a vida comunitária antes de possuir uma mentalidade aberta a organização comunitária, isso fica mais claro quando observamos a seguir um trecho da carta da CEB José de Barro ao FAM-CERIS referente a seu projeto de silos comunitários.

A comunidade entra com o trabalho para produzir os legumes. Não é um legume para ser vendido, é só para a nossa subsistência. É pouco, não dando para ser vendido. Com o nosso trabalho, durante o ano, a gente compra o tempero, o óleo, o sal e o açúcar e o café e o querosene. Às vezes nem dá. A gente, que vive em comunidade tem que partilhar com os outros para ninguém ficar sem o tempero. É bonito a gente viver aqui (Trecho da Carta da CEB José de Barro ao CERIS, datada de 15/05/1991, CERIS, 2002).

A própria condição de sobrevivência dessas famílias as conduz a colocar tudo em comum e o interessante é que a comunidade se orgulha disso. Esse orgulho se deve provavelmente a seu modo de vida ser condizente aos valores de sua crença religiosa.

O viver comunitariamente é algo natural para essas comunidades, mesmo naquelas constituídas por miniproprietários de terra. O trecho da carta da CEB Bom Jardim ao FAM-CERIS descrevendo o processo de plantio comprova essa afirmação:

Todas as 29 famílias da comunidade se revezam no plantio de suas roças, isto é, cada família ajuda umas as outras, num verdadeiro trabalho comunitário, em mutirão (Trecho da Carta da CEB Bom Jardim ao CERIS, datada de 07/05/1995, CERIS, 2002).

A CEB de Morro, constituída por 12 famílias, todas miniproprietárias de terra, chega a dizer em sua carta que além de plantarem comunitariamente, dividem a produção igualmente.

Exceto o projeto de silos comunitários da CEB José de Barro, os demais apresentavam uma listagem da quantidade de milho, feijão e fava que a comunidade produz anualmente junto com o número de tarefas plantadas¹³.

Esta sofisticação revela não só uma maior exigência dos CERIS para aprovação dos projetos, mas uma maior organização destas comunidades se comparadas com aquelas quatro primeiras.

A CEB Moreiras de Cima chega a apresentar no seu projeto uma tabela com a produção agrícola estimada para 1997, feita em parceria com a Empresa Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), o que demonstra uma maior preocupação por parte destas CEBs em demonstrar a viabilidade técnica destes projetos, ou seja, se a quantidade e o tamanho dos silos são suficientes para capacidade produtiva das lavouras como também a viabilidade operacional, demonstrando como serão utilizados.

Lembramos que desde 1987, o CERIS vinha recebendo outros projetos de Acopiara (sistema de irrigação comunitária, beneficiadora de arroz, etc.) que possibilitaram um constante contato entre esta instituição e a Equipe da ACA, especialmente no triênio 94-96 quando houve um fluxo sistemático de projetos de Acopiara encaminhados para o CERIS (10 projetos/ano).

Conseqüentemente, houve uma maior articulação entre o CERIS e a Paróquia no sentido de aperfeiçoar suas ações em pró de objetivos comuns, possibilitando a construção de projetos comunitários mais elaborados.

¹³ 1hectare (100 m²) equivale a 3,3 tarefas; cada tarefa mede aproximadamente 0,30ha ou 30m².

Seguindo esta tendência, desde 1991 o CERIS passou a exigir uma proposta de Transferência Solidária nos projetos encaminhados.

Nos sete últimos projetos de silos comunitários, a transferência solidária era apresentada através de um termo de compromisso entre a comunidade que elaborou o projeto e aquela a qual se destinava parte dos benefícios do projeto.

No caso dos projetos de silos, a comunidade responsável por sua elaboração se comprometia a repassar determinada quantidade de sacos de milho e/ou feijão durante 3 anos a alguma comunidade próxima e esta última à aplicar os recursos na aquisição de algum equipamento agrícola, enxadas, por exemplo.

A maioria dos repasses não ultrapassou a 6% do valor do projeto. Destaca-se, porém, a transferência solidária da CEB Moreiras de Cima para a CEB Moreiras de Baixo, que recebeu 30 silos dos 88 adquiridos pela CEB Moreiras de Cima, correspondendo a 34% do valor do projeto.

O FAM-CERIS considera ser miniprojeto social o que as comunidades fazem com os recursos recebidos da transferência solidária. Assim, a compra de silos por parte da CEB Riacho Fundo proporcionada pela transferência solidária do miniprojeto de silos comunitários da CEB Cachoeira dos Alexandre em 1996 é também considerada um miniprojeto social para o FAM-CERIS.

A seguir temos uma tabela de todos os projetos de silos comunitários recebidos pelo FAM/CERIS comentados neste item.

Tabela 4: Miniprojetos de Silos Comunitários das CEBs de Acopiara/CE Recebidos pelo FAM/CERIS (1985-1996)

Código	Denominação	CEB
06/1985	Silos Para Guarda do Algodão	Vila Martins
07/1985	Fundo Rotativo para Compra de Silos	Jurema
08/1985	Compra de Silos	Muquém
09/1985	Aquisição de Silos	Sítio Santa Cruz
183/1991	Compra de Silos	José de Barro
186/1995	Silos Comunitários	Bom Jardim
418/1995	Silos Comunitários	Morro
421/1995	Silos Comunitários	Vila Campos
257/1996	Silos Comunitários	Cachoeira dos Alexandre
266/1996	Silos Comunitários	Extrema
310/1996	Silos Comunitários	Moreiras de Cima
311/1996	Silos Comunitários	São Paulo
167/1997	Silos Comunitários*	Riacho Fundo

Fonte: Fundo de Apoio a Miniprojetos: Projetos Diversos. Rio de Janeiro: CERIS, 2002. CD-ROM

* Através de Transferência Solidária do Miniprojeto 257/1996

4.3.2.2 - Sistema de Irrigação

O Nordeste é semiárido, tecnicamente isto significa:

um território em que há deficiência e/ou irregularidade de chuvas, fazendo com que a evaporação seja superior à precipitação. Geralmente nessas áreas há ocorrência de secas periódicas (CÁRITAS BRASILEIRA; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; Fian/Brasil, 2001, p. 11).

Em Acopiara não poderia ser diferente. Quando o ano não é seco, o período de chuvas vai de janeiro a maio, podendo chegar a junho. Denominado de Inverno pelos agricultores, este período é demasiado curto para garantir uma permanente produção de grãos durante o ano.

Assim, é característico nesta região o armazenamento da água de chuvas através da construção de grandes barragens, açudes e poços subterrâneos para que durante o “Verão” haja água não só para as plantações, mas também para o consumo humano e animal.

[...] a região no seu conjunto, se caracteriza por solos rasos, com baixa capacidade de retenção das chuvas, o que a torna frágil em relação às ocorrências de estiagens [...] Parte dele já é árida e desertificada. [...] o desafio central do Semi-Árido é o armazenamento e uso adequado da água de chuvas (ibid, p. 77).

O sistema de irrigação se trata, portanto, de um conjunto de equipamentos agrícolas (mangueiras, canos, sifão, motor-bomba) que possibilitam a condução da água desses reservatórios para as lavouras durante o verão e longos períodos de seca.

Entre 1988 e 1996 o FAM-CERIS recebeu nove solicitações de CEBs de Acopiara para a aquisição de sistemas de irrigação. A maioria solicitava os equipamentos para viabilizar a irrigação de plantações de feijão, milho e arroz no Inverno quando faltassem chuvas e no Verão.

O objetivo dos projetos era aumentar a produção agrícola para fins comerciais e de subsistência e evitar que os trabalhadores rurais saiam de suas comunidades para trabalhar nas obras governamentais de emergência contra a seca.

Dois projetos de sistema de irrigação enviados pelas CEBs de Amparo e Floresta se destinavam a irrigar hortas comunitárias. Seu objetivo era melhorar a alimentação das famílias e vender seu excedente para a cidade.

Foram três comunidades de miniproprietários de terra (Riacho Verde, Monte Mor e Serraria) e duas comunidades de rendeiros (Sítio Jordão e Caixa d'Água) que encaminharam projetos destinados à irrigação de culturas tradicionais de subsistência.

O FAM-CERIS se preocupava com a infra-estrutura agrária, o processo de trabalho e o custo dos projetos. Eles tinham que ter as condições mínimas para suportá-lo, ou seja, reservatórios d'água e terras com tamanho e índice de salinidade adequados; processo de trabalho comunitário e custo razoável.

Para os projetos de CEBs cujas famílias trabalhavam como rendeiras o FAM-CERIS exigia um termo de compromisso entre os participantes do projeto e os donos das terras destinadas ao projeto.

Os proprietários de terra ao assinarem o termo de compromisso se comprometiam a arrendar as terras por um tempo determinado, evitando o risco de desistência dos proprietários durante a implantação do projeto.

O projeto de sistema de irrigação da CEB Sítio Jordão foi cancelado porque um dos proprietários que arrendaria a terra para a plantação de arroz no Inverno e batata e tomate no verão se recusara a assiná-lo, ficando uma terra muito pequena para o plantio, não compensando o investimento.

O FAM-CERIS sugeriu que a CEB Sítio Jordão fizesse um outro projeto com outras comunidades, mas as correspondências cessaram.

O processo de trabalho nas lavouras escolhido pela comunidade também pesou na decisão do FAM-CERIS de não apoiar seu projeto. Neste, cada família seria responsável pelo plantio de uma área específica, dando a entender que não seria um uso coletivo, mas particular da terra. Os participantes do projeto disseram que escolheram trabalhar a terra desta forma devido ao terreno ser muito acidentado.

Era uma exigência do FAM-CERIS que o processo de trabalho fosse coletivo, assim, todos os projetos exceto os de Sítio Jordão e de Amparo tinham o uso coletivo da terra.

No Projeto de Monte Mor cujas famílias eram miniproprietárias de terras, a plantação irrigada de arroz seria trabalhada comunitariamente e a distribuição da produção feita em proporção ao número de pessoas de cada família.

Em todos os projetos de sistema de irrigação comunitária nota-se uma mentalidade bastante aberta à organização comunitária.

Em seu projeto de irrigação comunitária (1988) a CEB Riacho Verde relatava o aumento de sua organização comunitária como principal benefício do seu projeto de equipamentos para o combate a pragas apoiado um ano antes pelo FAM-CERIS.

As máquinas são da comunidade e estão prestando muita ajuda nas nossas plantações. Elas também estão ajudando também muito a nossa união e organização. A nossa comunidade cresceu muito em organização e luta pelos seus direitos, melhores condições de vida (Trecho da Carta da CEB de Riacho Verde ao CERIS, datada de 07/12/1988, CERIS, 2002).

As comunidades que tiveram os projetos de irrigação comunitária aprovados pelo FAM-CERIS tinham uma mentalidade bem diferente daquelas primeiras que solicitaram recursos para seus projetos de silos comunitários.

Todas as comunidades declaravam participar da CPT e de cursos de tecnologia agrícola no Centro Pastoral. Muitas informavam conquistas como energia elétrica, grupos escolares e construção de açudes comunitários com recursos da SUDENE.

Riacho Verde declarava que sua mudança de mentalidade se devia ao exemplo de outras comunidades.

Começamos a ser Comunidade quando sentimos a necessidade de também nos organizar, pois estamos vendo o exemplo em outras comunidades. Daí começamos a nos encontrar todos os domingos em torno da Palavra de Deus. Começamos a ver os nossos problemas, nossa dificuldade a luz da Palavra de Deus. Vimos que muitas coisas, sofrimentos, opressões, problemas não era vontade de Deus. Ele queria que todos tivessem vida digna. Aprendemos também a ver isso participando dos encontros das CEBs na Paróquia de Acopiara. [...] A Palavra de Deus é a grande força de nossa caminhada (Trecho da Carta da CEB Riacho Verde ao CERIS, datada de 3/01/1989. CERIS, 2002).

É provável que aqueles primeiros projetos de silos comunitários aprovados pelo FAM-CERIS em 1985 sejam os maiores responsáveis pelo número de

comunidades abertas à possibilidade de uma melhora da qualidade de vida através da organização comunitária.

Em todos os projetos os equipamentos para o sistema de irrigação ficavam em nome da comunidade ou da paróquia.

Muitas vezes o FAM-CERIS se preocupava com a manutenção dos equipamentos, especialmente, do motor-bomba. Quando o projeto encaminhado não atendia a esse aspecto, o FAM-CERIS sugeria à comunidade solicitante que formasse um fundo comunitário de reserva para consertos eventuais e compra de óleo diesel.

Nem sempre a comunidade solicitava o motor-bomba. Riacho Verde e Serraria não necessitavam de motor-bomba porque as terras que seriam irrigadas ficavam a baixo do reservatório d'água. O FAM-CERIS no princípio estranhava a ausência do motor-bomba nos respectivos projetos e perguntava se eles tiveram alguma orientação técnica para elaborá-los.

Todas as comunidades solicitantes receberam orientações de técnicos agrícolas dos cursos de tecnologia agrícola do Centro Pastoral Paroquial, da EMATERCE, da COAPRA ou da Secretaria Municipal de Agricultura.

O item mais caro do sistema de irrigação é o motor-bomba, assim, algumas vezes o FAM-CERIS solicitava o redimensionamento do projeto.

A CEB Monte Mor pôde diminuir o número de canos pedidos, já a CEB Caixa d' Água não pôde seguir a sugestão do FAM-CERIS de trocar o motor-bomba a diesel por um elétrico, mais barato, no entanto, seu projeto fora aprovado.

A CEB Santarém-Panelas já possuía um motor-bomba na Casa de Farinha Comunitária e por isso não precisou colocá-lo no projeto. O motor-bomba seria utilizado para a irrigação quando a Casa de Farinha não estivesse funcionando.

Barragem pública e açude comunitário eram os reservatórios d'água utilizados pelas comunidades constituídas de rendeiros, já nos projetos de comunidades formadas por miniproprietários de terra seus reservatórios eram açude comunitário, açude de algum proprietário que doou para o projeto ou cacimbão¹⁴.

Nem sempre o sistema de irrigação era utilizado no mesmo ano em que foi adquirido. A CEB Caixa d'Água apesar de ter adquirido o equipamento no "verão" de

¹⁴ Poço profundo feito de anéis de cimento.

1992 só pôde utilizá-lo em 1994 e Monte Mor em vez de utilizar o motor-bomba para irrigação, utilizou-o para perfurar um poço profundo.

O ano de 1993 foi um ano seco, ou seja, o inverno não foi suficiente para encher os reservatórios. Quando isto acontece, os agricultores evitam usar a água dos reservatórios para irrigação, utilizando-a somente para o consumo humano e animal.

Os projetos de irrigação destinados a hortas comunitárias eram todos de comunidades constituídas de miniproprietários de terras. Seu processo de trabalho era variado. Enquanto que em Amparo cada família cuidaria de sua horta, em Floresta a horta seria cultivada num terreno doado por um miniproprietário de terra.

O tamanho médio das plantações tradicionais de subsistência destinadas aos projetos de irrigação comunitária era de 21,7 tarefas ou 6,51ha.

A transferência solidária variava conforme o projeto. Nos projetos de irrigação de plantações tradicionais de subsistência a CEB responsável pelo projeto se comprometia em repassar durante um determinado número de anos quantidades anuais de sacos de milho, feijão ou arroz de modo a completar um valor proporcional ao custo do projeto que não ultrapassava a 20%.

Nos projetos destinados à irrigação de horta comunitária, a TS consistia no repasse de hortaliças aos encontros sociais do Centro Pastoral Paroquial e visitas programadas às suas hortas por outras comunidades interessadas.

Segue a tabela com a relação dos projetos sociais discutidos neste item.

Tabela 5: Miniprojetos de Sistema de Irrigação Comunitário das CEBs de Acopiara/CE recebidos pelo FAM/CERIS (1985-1996)

Código	Denominação	CEB
547/1988	Sistema de Irrigação Comunitário	Riacho Verde
024/1992	Motor Bomba com Canos para Irrigação	Sítio Jordão
194/1992	Sistema de Irrigação	Caixa d'Água
127/1993	Motor Bomba e Canos para Irrigação	Monte Mor
164/1994	Irrigação de Horta	Amparo
304/1994	Sifão e Mangueira para plantação comunitária de feijão	Serraria
432/1994	Horta Comunitária	Floresta
209/1995	Irrigação Comunitária	Muquém
197/1996	Sistema de Irrigação Intercomunitária	Santarém e Panelas

Fonte: Fundo de Apoio a Miniprojetos: Projetos Diversos. Rio de Janeiro: CERIS, 2002. CD-ROM

4.3.2.3 - Maquinários e Veículo para o Beneficiamento da Produção Agrícola

Os projetos apresentados neste item se referem a solicitações para a aquisição de máquinas agrícolas e veículos.

• Debulhadeira de Milho

Em Acopiara somente os grãos de milho são comercializados, assim, para comercializar sua produção em tempo hábil os pequenos agricultores precisam das debulhadeiras de milho para retirar os grãos das espigas.

Três anos após seu projeto de silos comunitários ter sido aprovado pelo FAM-CERIS, a CEB Jurema já estava bem organizada. Além de participar da CPT e do STR, esta CEB constituída por rendeiros pôde com recursos próprios adquirir uma debulhadeira de milho.

Para utilizar a debulhadeira, a CEB cobra uma pequena comissão para seu fundo comunitário com o qual é comprado o óleo lubrificante para a máquina e concedidos pequenos empréstimos.

O projeto da CEB Jurema consistia num pedido de dinheiro para a compra de um jipe ano 66 que levaria sua debulhadeira de milho às comunidades vizinhas. Jurema tornara-se representante de 10 CEBs locais que não queriam mais utilizar debulhadeiras de milho particulares – seus proprietários cobravam uma comissão bem mais cara e ficavam com o resíduo (sabujo e folhas) destinado a alimentação dos animais.

Como o jipe era muito velho e o número de comunidades bastante considerável, o FAM-CERIS sugeriu que cada CEB comprasse sua própria debulhadeira ou continuasse a usar debulhadeiras particulares haja vista os custos de manutenção do veículo (peças, serviços mecânicos, gasolina).

Jurema e as 10 CEBs puderam com a observação do FAM-CERIS refletir sobre a viabilidade financeira do projeto. Decidiram que permaneceriam com o projeto do jeito que estava, porém cobriam 12% do que fosse debulhado para um fundo de manutenção e o jipe em vez de ser a gasolina, seria a gás.

Depois destas modificações, o FAM-CERIS aprova o projeto.

Percebe-se que a debulhadeira de milho de Jurema fez as comunidades ao redor não aceitarem mais o valor cobrado pelos particulares. Destaca-se também a atitude de Jurema, mesmo tendo conseguido com recursos próprios comprar sua debulhadeira, não se incomodou em compartilhá-la com as demais comunidades.

Em 1996 as CEBs Cajazeira dos Pedro e Salgada solicitaram ao FAM-CERIS uma debulhadeira de milho. É um projeto intercomunitário que ajudaria as CEBs a comercializar grande parte de sua produção agrícola. Suas terras produziam pouco feijão e arroz, portanto, dependiam quase exclusivamente da comercialização do milho para garantir sua subsistência. Essas comunidades eram constituídas de miniproprietários de terras.

• **Beneficiadora de Arroz**

A beneficiadora de arroz é uma máquina que tira a casca do arroz e deixa como resíduo o Puem - pó do olho de arroz - que é misturado à comida e a ração de porcos, galinhas e outros animais.

Abaixo há um trecho em que a CEB Moreiras de Baixo descreve como é o processo de debulhamento do milho e do feijão e de pilagem do arroz.

“[...] plantamos em terras alheias, milho, feijão e arroz para nossa subsistência, de meia. o feijão e o milho debulhamos manualmente, batendo neles com varas e depois guardamos em nossas casas em sacos. O arroz em casca é levado para Acopiara onde é pilado nas máquinas de grandes comerciantes” (Trecho da carta da CEB Moreiras de Baixo ao CERIS datada de 30/08/1990).

O arroz é para a subsistência das famílias, porém, para ser consumido, sua casca deve ser retirada artesanalmente ou mecanicamente via beneficiadora de arroz. As CEBs Morro, Vila Campos e Serra Nova constituídas por miniproprietários de terra e rendeiros desejavam a máquina para tirar as mulheres do pilão, elas não podiam beneficiar seu arroz na cidade por não terem dinheiro para o frete.

A CEB urbana Moreiras de Baixo constituída de rendeiros e trabalhadores urbanos não queria mais utilizar as beneficiadoras dos comerciantes por cobrarem muito caro e ficarem com o puem.

Com a beneficiadora de arroz comunitária a CEB Moreiras de Baixo se propôs a cobrar Cr\$ 2,50 por quilo pilado em vez dos Cr\$ 5,00 cobrados pelos comerciantes e entregar o puem ao dono.

“[...] assim não iremos explorar ninguém [...] A renda será depositada no banco e escriturada diariamente prestando conta mensalmente a comunidade” (Trecho da Carta da CEB Moreiras de Baixo ao CERIS datada de 30/08/1990, CERIS, 2002).

Em 1990 Moreiras de Baixo já era bem organizada, já tinha associação constituída e conseguiu energia elétrica, escola municipal e construir um salão comunitário com recursos da Cáritas diocesana.

No seu relatório sobre o significado da beneficiadora de arroz para o desenvolvimento comunitário do grupo, a CEB Moreiras de Baixo diz que este chegou em boa hora porque gastam bem menos no beneficiamento do arroz, pagam um preço menor por quilo de arroz pilado, e não precisam mais gastar com o frete do arroz até a cidade.

A CEB diz que cobra menos da metade do que foi estabelecido para o uso da piladeira àquelas famílias que não têm dinheiro por terem pouco arroz.

Outrossim, a piladeira de arroz possibilitou a comunidade promover uma iniciativa social com os mais pobres, trata-se da doação do “cherume” do arroz a pessoas carentes, velhos e crianças, com o qual pode-se fazer sopa, mingau, bolo e pão.

Finalmente, a CEB informa que o puem do arroz é vendido para a manutenção da máquina. Abaixo está um trecho deste relatório no qual são apresentados os efeitos da beneficiadora na luta da comunidade por melhores condições de vida.

As nossas reuniões são mais animadas e o povo participam nós ligando a palavra de deus aos seus problemas. Passamos a exigir más do Prefeito as melhorias para o lugar. O povo já estão pedindo não mais como um favor, mas como uma obrigação dele. Assim já conseguimos as melhorias numa escola municipal, calçamentos e energia elétrica e água encanada, recuperação de um açude no bairro [...] A nossa luta pela libertação continua (Carta da CEB Moreiras de Baixo ao CERIS datada de 07/07/1991, CERIS, 2002).

Esta CEB pôde participar das entrevistas realizadas em junho de 2003. Podemos adiantar que a comunidade continua com a piladeira de arroz e com o trabalho social com os mais pobres além de terem conseguido acabar com a renda de meia.

• Forrageira

Gado, cabras e ovelhas se alimentam de capim e cana. A Forrageira serve para triturar o capim e a cana que triturados rendem mais e se conservam para a alimentação dos animais durante o “verão”.

Dependendo da forrageira, esta pode quebrar o milho e fazer macunzá, cuscus, massa fina para papa e ainda triturar a palha e o sabujo da espiga de milho para então serem dados aos animais. Ela serve também para cortar mandioca e fazer farinha.

A CEB Pé da Ladeira foi a única CEB de Acopiara que enviou um projeto de forrageira comunitária para o FAM-CERIS. Trata-se de uma comunidade de reprodutores que produzem pouco feijão, milho e arroz e dependem do gado para sobreviver.

O pasto é comunitário, portanto, a forrageira seria utilizada por todas as famílias. Constava no seu projeto um orçamento para a compra de canos, pois o capim e a cana precisam ser lavados antes de entrar na forrageira. Eles já tinham o motor-bomba que puxará a água de um açude local.

A TS teve a forma de visitas programadas às comunidades vizinhas para incentivar sua organização e conscientização. A CEB justifica este tipo de TS por considerar o projeto não gerador de recursos.

• Batedeira de Feijão

Os grãos de feijão são encontrados na natureza em vagens. A batedeira de feijão retira os grãos das vagens a uma velocidade de 30 sacas de 60Kg por hora.

A CEB Jurema representando 10 CEBs vizinhas solicitara apoio do FAM para a aquisição de uma batedeira de feijão intercomunitária, pois não teria recursos próprios para adquiri-la, ela gastou todo o dinheiro do fundo comunitário com o conserto do jipe adquirido um ano atrás para transportar a debulhadeira de milho intercomunitária às comunidades ao redor.

As comunidades sempre utilizaram batedeiras particulares de feijão, no entanto, no último “inverno” seus proprietários cobraram um preço muito elevado para sua utilização.

No seu projeto, a bateadeira de feijão seria colocada no jeep conseguido um ano antes pelo FAM para ser utilizada em todas as comunidades, evitando o uso de máquinas particulares no próximo “inverno”.

A princípio, o FAM-CERIS desconfiava da capacidade da máquina atender a todas as CEBs, porém, Jurema esclarece que a bateadeira era suficiente porque ficará somente três dias em cada comunidade, ou seja, em até 1 mês toda a produção de todas as comunidades seria beneficiada.

Muitas vezes o FAM-CERIS se preocupava com a manutenção das máquinas, neste caso, foi sugerido um fundo de manutenção só para a bateadeira. Porém, quando o FAM-CERIS fazia esta sugestão seus motivos não se resumiam a evitar o risco de paralisação do projeto por consertos dispendiosos, mas um modo de reforçar o processo de auto-gestão existente na região.

O FAM-CERIS sempre enfatizava em suas cartas que não queria formar laços de dependência das CEBs de Acopiara com o Fundo de Miniprojetos, por isso além de exigir que os próprios agricultores gerassem os fundos para seus próprios projetos a partir dos projetos apoiados pelo FAM, incentivava a auto-gestão intecomunitária para que as comunidades tivessem maior expressão na hora de reivindicar recursos de maior porte junto ao governo.

Quando percebia que o projeto já tinha um caráter intercomunitário, o FAM-CERIS não exigia Transferência Solidária, foram os casos de Moreiras de Baixo e de Jurema.

Quando o projeto não se destinava à comercialização, a TS tinha a forma de visitas programadas a outras comunidades vizinhas para incentivar sua organização e conscientização.

A TS poderia tornar o maquinário acessível a outras comunidades, o que exigiria modificações na organização do trabalho. Foi o caso do Projeto de Beneficiadora de Arroz Intercomunitária das CEBs Morro, Vila Campos e Serra Nova que após se reunir com 6 CEBs vizinhas para resolverem como seria a TS, teve que compartilhar a máquina com essas comunidades.

Somente as CEBs Cajazeira dos Pedro e Salgada seguiram a forma tradicional de TS. Produzindo muito mais milho do que feijão e arroz, puderam

transferir durante 3 anos 68 sacos de milho para a CEB vizinha Pau Branco que pretendia vendê-los para comprar implementos agrícolas.

Às vezes o FAM-CERIS exigia nos projetos uma contrapartida maior da CEB solicitante nos custos do projeto. No seu projeto de forrageira comunitária, a CEB Pé da Ladeira teria que construir o galpão onde ficaria o equipamento.

A seguir temos a tabela com a relação dos projetos discutidos neste item.

Tabela 6: Miniprojetos de Maquinários e Veículo para o Beneficiamento da Produção Agrícola das CEBs de Acopiara/CE recebidos pelo FAM/CERIS (1985-1996)

Código	Denominação	CEB
186/1988	Compra de Jipe	Jurema
071/1989	Máquina Batedeira de Feijão	Jurema
287/1990	Beneficiadora de Arroz	Moreiras de Baixo
411/1990	Equipamentos para Comunidade	Pé da Ladeira
049/1996	Beneficiadora de Arroz	Morro, Vila Campos e Serra Nova
220/1996	Debulhadeira de Milho Intercomunitária	Cajazeira dos Pedro e Salgada

Fonte: Fundo de Apoio a Miniprojetos: Projetos Diversos. Rio de Janeiro: CERIS, 2002. CD-ROM

4.3.2.4 - Casa de Farinha e Olaria Comunitária

De 1985 a 1996 o FAM-CERIS recebeu um projeto de Casa de Farinha e dois de Olaria Comunitária. Todos tinham o objetivo de gerar renda aos seus participantes durante o período de seca.

• Casa de Farinha

A Casa de Farinha mói a mandioca para transformá-la em farinha. Para construí-la os agricultores tem que levantar uma casa, comprar uma prensa e o motor-bomba que a faz funcionar. Este projeto se destina à subsistência das famílias, a farinha é pouco comercializada.

A CEB Botelha foi a única CEB de Acopiara que solicitara recursos do FAM-CERIS para a construção de um Casa de Farinha (Miniprojeto 186/1996: Casa de Farinha).

Constituída de miniproprietários de terra, a CEB Botelha teve a assessoria técnica da ACA e da EMATERCE para elaborar seu projeto. A princípio seu projeto constava de um pedido para a compra de um motor-bomba, mas optou por retirar este

item pelo FAM-CERIS achar o orçamento muito caro. A CEB decidiu utilizar o motor-bomba que ela já usava para irrigação.

O terreno onde ficaria a casa seria doado por um miniproprietário de terra e a TS em vez de ser um repasse em sacos de farinha equivalente a 15% do que seria doado pelo FAM-CERIS passou a ser a transformação do projeto em uma iniciativa intercomunitária. Duas CEBs vizinhas passariam a usá-la já que o FAM-CERIS achara 15% muito baixo.

Essa CEB já tinha uma conquista comunitária, ela conseguiu construir uma barragem no local em parceria com o governo que forneceu a cal, o cimento e a pedra.

No relatório enviado ao CERIS sobre o andamento do projeto, a CEB informara que a construção da casa de farinha atrasou porque queriam aproveitar a época de chuvas para trabalhar nas roças e retornariam à construção assim que o inverno fosse embora.

• **Olaria Comunitária**

Duas CEBs enviaram projetos de Olaria Comunitária: A CEB Santa Cruz que teve seu projeto aprovado (Miniprojeto 276/1995: Olaria Comunitária) e logo em seguida a CEB José de Barro (Miniprojeto 186/1996: Olaria Comunitária) que teve seu projeto cancelado.

A CEB Santa Cruz informava em seu projeto que era participante da CPT, do STR e da COAPRA, conseqüentemente, participava de cursos de tecnologias alternativas para agricultura no Centro Pastoral Paroquial.

Seus membros decidiram construir uma Olaria Comunitária porque desejavam gerar renda durante os meses de setembro a dezembro quando não há mais safra de algodão.

Para sua operação, nove pessoas da comunidade trabalhariam nela e para iniciar os trabalhos precisariam de uma doação para pagar o custo inicial de 200 milheiros de tijolos e comprar 2 lonas para proteger os tijolos das chuvas, 2 carrinhos de mão e 100 metros de linha.

A comunidade colaboraria com o motor-bomba, pás, picaretas, enxadas, alavancas, grades e terreno arrendado de onde sairia a argila para fazer os tijolos.

A renda da terra seria paga na forma de 15% da receita da venda dos tijolos. Como transferência solidária, a comunidade se comprometia a repassar 10% do valor do projeto a CEB Malhada em duas parcelas: a primeira em 1996 e a segunda em 1997, totalizando 18.700 tijolos. A CEB Malhada aplicaria os tijolos na compra de pulverizadores costais.

O CERIS aprova o projeto, pedindo somente alguns detalhes da TS.

Segue a baixo um trecho da carta da CEB Santa Cruz ao FAM-CERIS que revela os benefícios do projeto para a comunidade:

Com esse projeto melhorou muito para nós, evitou o trabalho alugado diariamente evitou também o deslocamento para trabalhar fora de nosso lugar deu sustento para garantir o sustento de nossas famílias, pois se não fosse esse projeto teríamos passado aperto até por falta de alimento (Trecho da Carta da CEB Santa Cruz para o CERIS datada de 14/06/1996, CERIS, 2002).

Durante as entrevistas realizadas em 2003, num encontro de trabalhadores rurais no Centro Pastoral Paroquial, comentei a um líder comunitário de Santa Cruz o meu interesse em visitar sua comunidade para ver a tal Olaria e conversar com seus moradores. Constrangido, disse-me que a Olaria não existia mais e por isso teria vergonha de receber-me.

Por outros motivos acabei não indo visitar a CEB e seus moradores, porém, mais tarde, conversando com o pároco sobre os motivos que levou a CEB Santa Cruz fechar a Olaria, este revelou que a inflação foi o principal motivo.

Para fabricar tijolos e telhas é necessário retirar o barro de aluvião, matéria-prima considerada cara em Acopiara porque não é encontrada em qualquer terra. Se a comunidade possui terras com este barro, ela vende o tijolo, conseguindo um bom rendimento, caso não as tenha, arrenda uma parte dos tijolos para o proprietário da terra, diminuindo assim sua renda (caso da CEB Santa Cruz).

Segundo Padre Crisares, a Olaria não foi à frente porque a inflação fez o proprietário cobrar uma renda cada vez maior. Não tendo como vender mais caro - as cerâmicas de Acopiara vendiam mais barato - a comunidade se viu obrigada a desistir da Olaria como negócio comercial. Pelo menos, não há mais casas de Taipa na comunidade, todas são de tijolos.

Quanto ao projeto de Olaria Comunitária da CEB José de Barro, este seguiu os mesmos moldes do projeto de Santa Cruz com exceção de não apresentar a

contribuição da comunidade para sua realização. A Olaria seria a fonte de renda das suas famílias já que, segundo eles, o Plano Real retirou o trabalho remunerado da comunidade.

O FAM-CERIS achou melhor não apoiar a iniciativa porque já tinha apoiado uma iniciativa igual na região (a da CEB Santa Cruz), portanto, preferiu aguardar os resultados desta iniciativa para ter segurança sobre a validade ou não do projeto.

Sem dúvidas, essa foi a melhor decisão, pois, como Santa Cruz, José de Barro teria que pagar renda pelo barro retirado.

Esses foram os principais projetos encaminhados ao FAM-CERIS no período de 1984 a 1996. Os demais se referiam à aquisição de complementos agrícolas (pulverizadores, enxadas, lonas e plantadeira de arroz) que em sua maioria tiveram o apoio indireto do FAM-CERIS através de transferência solidária. Ao todo foram discutidas 31 das 38 solicitações que chegaram da região ao FAM-CERIS no período relacionado.

A seguir descreveremos o processo pelo qual as comunidades de Acopiara continuaram a receber apoio em suas iniciativas comunitárias através de assessorias sistemáticas da ACA a conjuntos específicos de CEBs no decorrer dos projetos trienais firmados diretamente entre a Paróquia e CORDAID.

4.3.3 – Projeto C-212/3231A (1997-1999)

O Projeto C-212/3231A – Assessoria às Comunidades de Acopiara Por mais 3 anos – 1997 a 1999, foi a forma encontrada por CERIS e a Equipe de Assessoria às Comunidades de Acopiara (ACA) de continuar o apoio às iniciativas comunitárias das CEBs da região numa perspectiva mais regional, sem correr o risco de comprometer os recursos do FAM que é nacional.

Para o CERIS, os miniprojetos encaminhados ao FAM pelas comunidades de Acopiara no período de 1984 a 1996 tratavam-se na verdade de uma estratégia de convivência com a Seca Nordestina que impediria o seu uso político para mantê-las numa situação de submissão, portanto, valeria a pena continuar o apoio.

Apresentado a Bilance em 1996, o projeto consistia numa assessoria sistemática às comunidades de Acopiara que se encontravam em níveis mais avançados de conscientização e de organização.

As comunidades eram: Muquém II¹⁵, Bom Jardim, Malhada, Santarém, Varjota, Extrema, Cachoeira dos Alexandre, Chapada, Moreiras de Baixo, Moreiras de Cima, Fechado, Fortuna, Santo Antonio e São Paulo. Segundo a ACA, estas comunidades não poderiam ser consideradas autônomas porque não possuíam condições de resistir às secas consecutivas sem criar problemas de sobrevivência.

Com exceção de Fortuna, Fechado, Chapada e Varjota o restante teve miniprojetos apoiados pelo FAM-CERIS: Bom Jardim, Cachoeira dos Alexandre, São Paulo, Extrema e Moreiras de Cima (Silos Comunitários); Muquém II (Sistema de Irrigação); Santarém (Sistema de Irrigação); Moreiras de Baixo (Piladeira de Arroz); Malhada e Santo Antonio (respectivamente, plantadeira de Arroz e material elétrico através de Transferência Solidária).

Tabela 7: Média de Consumo Anual Familiar (para uma média de 4 pessoas por família) e Média de Sobra Anual Familiar (Safr de 1996) em sacos de 60kg nas 14 CEBs participantes do Projeto C-212/3231A

Produtos Agrícolas	Média de Consumo Anual Familiar (Para uma média de 4 pessoas por família)	Média de Sobra Anual Familiar (Safr de 1996)
Milho	24 sacos	12,59 sacos
Feijão	3 sacos	11,09 sacos
Fava	2 sacos	19,53 sacos
Arroz	6 sacos	7,24 sacos
Farinha*	2 sacos	0
Goma*	6 sacos	0

Fonte: Projeto C-212/3231 – Assessoria às Comunidades de Acopiara Por mais 3 anos – 1997 a 1999

**A quantidade desses produtos é muito pequena porque é mínimo o plantio de mandioca pela falta de casas de farinha nas comunidades.*

O Projeto C-212/3231A revelava a situação de insegurança alimentar das comunidades participantes ao apresentar a média de consumo familiar anual para cada produto agrícola (para uma média de 4 pessoas por família) e a média anual de excedente agrícola por família (baseado no levantamento da safr de 1996). A última média tem que ser pelo menos igual à primeira para garantir o sustento das famílias caso o ano vindouro tenha pouca ou nenhuma chuva. A análise da tabela 7 mostra

¹⁵ A CEB Muquém II surgiu do desentendimento entre a parte alta e a parte baixa da CEB Muquém em torno da divisão dos equipamentos do posto agrícola conseguido pelo Projeto São Vicente do Governo Sarney.

que isto não ocorre de maneira satisfatória nas 14 comunidades do Projeto C-212/3231A.

O excedente de produção tem duas finalidades: Comercialização para a compra de produtos que as comunidades não fabricam (açúcar, óleo, sal, café, sabão, querosene, roupas, remédios, etc) e Armazenamento para secas eventuais e sementes.

Ao observar a tabela 7, percebe-se que as famílias das 14 comunidades envolvidas no Projeto dependem exclusivamente do excedente de sua produção de feijão e fava para ao mesmo tempo comercializar e garantir estes mesmos produtos para a alimentação de suas famílias em ano vindouro de seca.

Como em Acopiara é o milho que tem maior aceitação no mercado, sua produção agrícola baseada muito mais no feijão e na fava não garante uma renda monetária suficiente para a compra de itens básicos. A vulnerabilidade destas famílias às secas nordestinas se torna mais dramática.

Consciente desse quadro, a ACA expôs no seu projeto trienal como prioridade das prioridades: **A Conquista da Segurança Alimentar** através do aumento, da qualificação e da diversificação da produção agrícola e do armazenamento e da comercialização de parte da produção das 14 comunidades. Para tanto, os trabalhadores e trabalhadoras rurais destas comunidades adotaram como providências sintéticas nos três anos de acompanhamento sistemático da ACA: o aumento da área de plantio, a utilização de técnicas agrícolas, implementos agrícolas e sementes selecionadas.

O objetivo do projeto C-212/3231A foi auxiliar as comunidades a alcançarem a autonomia, aumentando sua capacidade de se organizar, planejar sua ação e ter acesso a recursos para suas respostas coletivas aos seus desafios. Para isso, foram realizadas visitas da equipe da ACA a cada comunidade e cursos e encontros no Centro Pastoral Paroquial a cada ano.

Para conseguir seu objetivo, a ACA buscou a colaboração técnica do Centro de Pesquisas e Assessoria – Projetos de Tecnologias Alternativas no Ceará - ESPLA/PTA através de seus técnicos agrícolas residentes no município vizinho de Senador Pompeu, da EMATERCE e da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMA através de seus técnicos agrícolas residentes em Acopiara.

Outrossim, buscou a colaboração jurídica da FAMA e a colaboração financeira do Governo Estadual para macroprojetos (Projeto São José no qual 70% dos recursos vêm do Banco Mundial, 20% do próprio governo estadual e 10% da própria comunidade através de sua mão-de-obra); do Governo Municipal de Acopiara (financiamento de Macro e médio projetos através de recursos próprios) e Entidades não governamentais da Igreja ou não (geralmente miniprojetos).

Apesar de a ACA reconhecer desde o início do Projeto C-212/3231A a importância dos projetos comunitários no desenvolvimento das comunidades por ampliarem o seu processo organizativo e qualificação técnica (os projetos endereçados ao Governo ou entidades não governamentais eram elaborados por técnicos competentes na respectiva área com a participação da comunidade), esta já sabia que não poderia contar com a ampla colaboração das organizações técnicas, jurídicas e financeiras governamentais.

Segundo a ACA, além de não levarem em conta a organização das comunidades, as organizações governamentais chegam às vezes a constituir Associações, de cima para baixo, sem a devida caminhada de organização da Comunidade, chegando até a atender projetos para sustentação de cabos eleitorais.

Nos três anos de assessoria às 14 comunidades, a ACA promoveu três encontros anuais de Projetos Comunitários no Centro Pastoral Paroquial nos quais todas as comunidades se reuniam para apresentar o andamento dos seus projetos, trocar experiências e aprendizagem; também organizou três cursos de Tecnologias Alternativas Agroecológicas conforme as necessidades prioritárias das 14 comunidades, apontadas por seus líderes, e coordenou três encontros de Avaliação e Planejamento das Comunidades nos quais seus membros avaliam os trabalhos do ano que passou e planejam os do ano vindouro.

As informações obtidas nestes encontros e nas visitas da ACA às comunidades eram enviadas a Bilance e ao CERIS através de relatórios semestrais, que continham não só observações subjetivas da Equipe da ACA, mas indicadores que mediam o fortalecimento da organização das famílias em três níveis: De dentro da Família (combate à fome); Organizações das famílias (participações em organizações civis tais como associações comunitárias e STR) e Relações das famílias com outros setores na sociedade (participações em projetos governamentais e não-governamentais).

As categorias para medir os resultados do combate a fome nas comunidades participantes do Projeto foram o número de silos, o aumento do volume da produção e o número de comunidades que adotaram novas atividades agrícolas.

As oito CEBs que não tinham silos no início do Projeto Trienal de Assessoria puderam adquiri-los através de projetos encaminhados a Bilance. Uma vez adquiridos, as comunidades repassavam em gêneros alimentícios o equivalente a uma parcela do dinheiro recebido de Bilance para o Fundo de Apoio a Miniprojetos de Acopiara, conforme combinado com a Equipe da ACA¹⁶. Este fundo na época era coordenado por uma equipe constituída por 1 membro do STR, 1 membro da COAPRA, 1 membro da CPT, 2 religiosas que constituíam a equipe técnica da ACA, 1 representante das CEBs da Diocese de Iguatú, 1 membro de uma CEB autônoma e o pároco.

No primeiro ano do Projeto, a capacidade de armazenamento em silos das 14 comunidades passou de 8,17 para 13,16 sacos de milho e feijão por família - um aumento de 61%. Quanto à produção agrícola, o ano de 1997 foi o único que teve um bom Inverno, conseqüentemente, foi o único ano em que a produção de milho e feijão das 14 comunidades superou a produção de 1996, conforme tabela abaixo¹⁷.

Tabela 8: Média Anual de Produção Familiar de Milho e Feijão em Sacos de 60kg e Média Anual Familiar de Tarefas Plantadas de Milho e Feijão nas 14 CEBs Participantes do Projeto C-212/3231A no Período de 1996 a 1999.

Ano	1996	1997	Δ% 1996-1997	1998	1999
Produção de Milho e Feijão	53,6	61,5	15%	1,8	18,9
Tarefas	4,6	6,6	43%	5,70	4,7

Fonte: Relatórios Semestrais da Assessoria às Comunidades de Acopiara enviados a Bilance e CERIS no triênio 1997-1999.

¹⁶ A paróquia não tinha um armazém onde esses produtos pudessem ser guardados, na realidade, os participantes do Projeto vendiam a parte da produção anteriormente combinada e repassava o dinheiro para o Fundo. Mais tarde constatou-se que este tipo de devolução tornara inviável a manutenção do fundo porque o que se conseguia com a venda era muito pouco, os agricultores não poderiam esperar a época de entressafra para conseguir um preço melhor.

¹⁷ Para a feitura da tabela 8 foram considerados somente os dados quantitativos da produção de feijão e milho das 14 comunidades porque todos os relatórios semestrais de 1998 elaborados pela equipe da ACA continham pelo menos os dados relativos a estas culturas, sem falar que estas culturas são a base alimentar destas famílias por serem as mais produzidas.

No início de 1997 a Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME) comunicou publicamente que o ano seria de seca e os agricultores não deveriam plantar. Mas, ao contrário, teve-se um grande inverno, a ponto de 30 açudes pequenos e grandes da região serrana de Acopiara arrombarem.

Nas 14 CEBs assessoradas pela ACA, a maioria não seguiu a orientação da FUNCEME e tiveram uma boa safra. Porém, isso não evitou que o número de famílias das 14 comunidades decrescesse de 345 em 1996 para 316 em 1997¹⁸. Quase todas as comunidades se viram com menor número de famílias, com exceção das CEBs urbanas Moreira de Cima e Moreira de Baixo e as CEBs rurais São Paulo, Extrema e Santarém. Aliás, só Extrema permaneceu com o mesmo número de famílias, as outras 4 receberam uma média de 15 famílias em 1997.

Podemos ver na tabela 8 que as comunidades no geral aumentaram a área de plantio de milho e feijão em 1997. Logo, o aumento da área de plantio foi fundamental para o crescimento da produção, visto que 1996 também foi um ano com boas chuvas e as 14 CEBs ainda contavam com um maior número de pessoas lavrando a terra. Conseqüentemente, a média de produção agrícola por família em 1997 foi suficiente para o consumo anual de uma família (veja tabela 9).

Tabela 9: Média de Consumo Anual Familiar em sacos (média de 4 pessoas por família), Média da Produção Agrícola Familiar de 1997 em sacos e Média de Sobra da Produção Agrícola Familiar de 1997.

Produtos	Média de Consumo Anual Familiar	Média da Produção Agrícola Familiar de 1997	Média de Sobra da Produção Agrícola Familiar de 1997
Milho	24	45,85	21,85
Feijão	3	15,72	12,75
Arroz	6	15,60	9,60
Fava	2	20,96	18,96

Fonte: Relatórios Semestrais da Assessoria às Comunidades de Acopiara enviados a Bilanz e CERIS no triênio 1997-1999.

Outrossim, somente três comunidades irrigaram as plantações de milho e feijão no Verão, através de sistema de irrigação: Muquém, Santo Antonio e Santarém, portanto, a maior parte da produção agrícola de 1997 veio do plantio de sequeiro.

¹⁸ Uma parte das famílias participantes do Projeto acreditou na FUNCEME e ficaram muito prejudicadas ao plantarem tardiamente: suas safras foram muito pequenas.

Também em 1997 houve diversificação da produção agrícola em 4 comunidades: **Muquém** – plantação irrigada de bananeiras e plantação de mandioca para a produção de farinha, goma e crueira (alimentação humana) e raspa (alimentação animal); **Santo Antonio** – Plantação de mandioca, Apicultura e minicanteiros de verduras em residências familiares; **Bom Jardim** – Apicultura, criação de gado e plantação de ervas medicinais com orientação do Centro Nordestino de Medicina Popular (Farmácia Viva); **Santarém** – Plantação de mandioca e apicultura.

Após a realização de um curso de Apicultura assessorado pela EMATERCE às 14 comunidades no Centro Pastoral em abril de 1997, as CEBs Santo Antônio e Bom Jardim puderam instalar cada uma 30 colméias, servindo então de modelo para as demais comunidades que após verem a experiência resolveram participar de outro curso de Apicultura realizado em outubro do mesmo ano.

A boa situação das comunidades do Projeto C-212/3231A chamou a atenção da mídia que publicou em jornal e noticiou nas rádios do estado do Ceará a experiência de Acopiara. Eis abaixo um trecho da reportagem do Diário do Nordeste destacando a boa safra de feijão das CEBs Santarém e Panelas em pleno “Verão”:

“Em pleno sertão cearense, em meio à Caatinga e a mata seca, 10 famílias de pequenos agricultores estão colhendo uma safra recorde numa área de três hectares.” (PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVINIR A SECA. Diário do Nordeste, 17 nov. 1997).

Para fazer a reportagem, o Diário do Nordeste visitou as comunidades Bom Jardim, Santarém e Panelas. De Bom Jardim, destacou-se a aquisição de silos, a forrageira e a implantação da Farmácia Viva, já de Santarém e Panelas destacou-se o cultivo irrigado de feijão, fruto do miniprojeto 197/1996 – Sistema de Irrigação Intercomunitária apoiado pelo FAM-CERIS. Na mesma reportagem, Padre Crisares esclarecia que nem todas as famílias das comunidades participam do Projeto porque há aqueles que não acreditam na viabilidade da luta comunitária.

Os anos de 1998 e 1999 tiveram invernos muito fracos em Acopiara, comparados ao de 1997. Em 1998, as chuvas subitamente pararam após chover bem nos primeiros meses de Inverno. Em 1999, o volume d'Água de chuva não foi suficiente para encher os açudes, prejudicando não só a produtividade das plantações de sequeiro como também a irrigação das plantações, visto a escassez de água. O resultado não poderia ser outro: tanto a produção quanto o número de tarefas

plantadas de feijão e milho em 1998 e 1999 foram menores que em 1997 e até de 1996 (vide tabela 8).

Realmente, o ano de 1998 foi um duro teste para essas comunidades, pois, além de Acopiara, todo o nordeste brasileiro foi atingido em cheio pela seca. Como a seca veio a ser declarada oficialmente pelo governo em maio daquele ano, a equipe da ACA passou a fazer visitas extraordinárias às comunidades a fim de saber sua situação frente à seca.

Como em cada comunidade a produção de sequeiro é a que garante a maior parte da sua produção agrícola, suas plantações foram duramente castigadas. Num esforço de salvar parte da plantação, aquelas comunidades que possuíam açudes pequenos com água suficiente partiram para irrigação. Em algumas só deu para uma pequena irrigação e em outras para mais de uma. Aquelas que possuíam equipamentos de irrigação a faziam tecnicamente, as demais precariamente por inundação¹⁹. Em vista disso, no encontro de avaliação e planejamento para 1998, as comunidades apresentaram como necessidade urgente e prioritária a aquisição de equipamentos de irrigação através de miniprojetos comunitários financiados por Bilance.

Após suas visitas às comunidades no 1º semestre de 1998, a ACA constatou que as 316 famílias participantes do Projeto C-212/3231A tinham a segurança alimentar garantida em 1998, graças à produção agrícola armazenada em 1997, e que várias destas famílias partilhavam o seu alimento com as famílias que não conseguiram colher. Aliás, as comunidades que não participavam do Projeto começaram a sofrer sérias privações e em desespero, chegaram a atacar várias vezes a Prefeitura Municipal de Acopiara em busca de alimentos.

Outrossim, o ano de 1998 foi o período em que, segundo a ACA, o governo teve um verdadeiro retrocesso quanto ao atendimento às vítimas da seca. Em Acopiara foram somente 3000 alistados nas frentes de trabalho enquanto nas secas passadas havia mais de 6000; o Governo discriminava os trabalhadores rurais da periferia urbana, não permitindo que se alistassem nas frentes de serviço, embora eles sejam trabalhadores rurais; Um número insuficiente de cestas de alimento era distribuído entre os flagelados, além de ser de péssima qualidade; Apesar do governo federal ter mandado o Banco do Nordeste receber pequenos projetos agrícolas e

¹⁹ Trata-se em deixar a água de um açude ou córrego escorrer pela plantação, é um método prejudicial para a lavoura porque torna a água mais salgada.

industriais dos trabalhadores rurais em todo o Nordeste através da EMATERCE, este mesmo governo no decorrer do ano acabou suspendendo todos os projetos ainda em fase de avaliação, cerca de mais de 200 projetos já estavam em andamento em Acopiara e dos 70 já encaminhados e aprovados, apenas 6 foram atendidos.

Ao final de 1998, as comunidades que puderam diversificar sua produção agrícola foram as mesmas que conseguiram diversificar sua produção em 1997. Isto se deve ao fato dessas comunidades ter Casa de Farinha e/ou apiários e terem implementado outros miniprojetos no passado.

As comunidades planejaram para 1999 aumentar os alimentos para o consumo, venda e armazenamento para que assim não necessitem mais do acompanhamento sistemático da Equipe de Assessoria às Comunidades. Para a ACA essa auto-sustentação significa uma certa estabilidade econômica que é um imenso desafio devido à infra-estrutura deficiente, à falta de capital de giro e à ausência de programas específicos de convivência com o semi-árido, dando a entender que a auto-sustentação do pequeno agricultor nordestino dependa de investimentos financeiramente mais pesados, o que não é verdade²⁰.

O ano de 1999 teve um inverno fraco, resultando uma média de 18,5 sacos de feijão e milho por família (tabela 8). Porém, desta vez, todas as 14 comunidades conseguiram diversificar sua produção. Além das plantações tradicionais (milho, feijão, fava e arroz), todas elas plantaram algodão e tiveram criações de gado.

Lembramos que foi durante o Projeto C-212/3231A que algumas comunidades adquiriram máquinas e equipamentos agrícolas que favoreceram uma maior produtividade da terra apesar do Inverno fraco.

Através de Bilance: Santarém conseguiu um motor-bomba para irrigação; Santo Antonio pequenos equipamentos agrícolas; Muquém II um posto agrícola e Bom Jardim uma forrageira.

²⁰ Segundo Cáritas Brasileira et al (2001) a criação de pequenos animais – cabras e ovelhas – resistem bem a períodos de secas grandes, encontrando alimento suficiente com o cardápio que só a caatinga consegue preparar (folhas que caem murchas das copas das árvores, mas com alto teor alimentício, sementes de capins secos e folhas de árvores que ficam sempre verdes mesmo na seca como as do juazeiro). O problema está em armazenar a água que de início pode ser feito através de cisternas de placas para fornecer água para beber e cozinhar e pequenas barragens subterrâneas e aguadas para as demais necessidades da família e para os animais, nada tão caro que não se possa fazer.

Do Governo Estadual a comunidade Cachoeira dos Alexandre conseguiu um posto agrícola com piladeira de arroz, 2 motor-bomba com 60 varas de cano, debulhadeiras de milho e de feijão, 6 lonas, balanças, carrinho de mão e carroça a animal.

Do Banco do Brasil, poucas comunidades receberam recursos para seus miniprojetos agrícolas porque partiram de empréstimos contraídos por pessoas físicas (miniproprietários) que estavam com bastante dificuldade para pagá-los por causa dos juros altos.

Além dos projetos agrícolas, todas as comunidades conseguiram Escolas Municipais e cursos de alfabetização de adultos.

Devido aos poucos projetos comunitários apoiados pelo governo, a ACA conclui no seu último relatório do Projeto C-312/3231A que este apoio foi muito precário, lento e político-partidário.

Por fim, segundo a avaliação da ACA as 14 comunidades assessoradas durante 3 anos já estavam bem organizadas e capazes de caminhar com suas próprias pernas. Todas já se constituíram em Associações Comunitárias e tiveram projetos comunitários realizados antes e durante o Projeto C-212/3231A.

Outrossim, em relação às demais organizações dos agricultores, pode-se dizer que houve um aumento de participação, no final do Projeto C-212/3231A: 8 comunidades participavam da COAPRA, 13 do STR, 5 da CPT e 11 da FAMA.

A Equipe da ACA, atendendo a uma exigência de Bilance, incentivara o envolvimento das mulheres nas atividades desenvolvidas. Constatou-se ao final do Projeto C-212/3231A que já havia uma participação ativa das mulheres na discussão e desenvolvimento das atividades.

Além de trabalharem em todas as etapas da produção agrícola (preparação da terra; plantação, colheita e armazenamento) e em casa nos afazeres domésticos com o auxílio dos homens, as mulheres trabalhavam nas Associações Comunitárias geralmente como secretárias por serem mais letradas. No entanto, não há ainda uma divisão do poder de decisão, o homem é considerado a cabeça da família, apesar dos mesmos admitirem a importância e a participação das mulheres nas suas decisões.

Na relação com o governo, as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens. As vagas nas frentes de emergência abertas pelo governo em anos de seca são reservadas exclusivamente para homens casados da zona rural. As mulheres solteiras e viúvas com filhos são excluídas.

Neste 1º Projeto trienal de Assessoria às comunidades, percebemos que a distribuição de silos às famílias participantes foi a principal estratégia na obtenção da segurança alimentar já que foi a produção armazenada em 1997 que garantiu o alimento dessas famílias em 1998.

Entendemos que a intenção maior do projeto foi tornar as comunidades capazes delas mesmas buscarem as soluções de seus problemas, ainda muitos. Podemos dizer que o Projeto C-312/3231A conseguiu esse feito, pois no final de 1999 seis destas comunidades, através da COAPRA, puderam encaminhar a uma ONG seu projeto de implantação de mandioca elaborado com assessoria técnica da EMATERCE; e a CEB Extrema, através da contratação de uma firma especializada na elaboração e orçamentos de açudes, pôde enviar a uma outra ONG seu Projeto de Açude Intercomunitário, recusado pelo governo estadual²¹.

4.3.4 – Projeto V-212/3231B (2000-2002)

O Projeto V-212/3231B de assessoria às CEBs de Acopiara/CE teve o mesmo objetivo do anterior, ou seja, que as 14 CEBs assessoradas consigam no final de 3 anos condições de sair da miséria, não passando mais fome, conquistando autonomia na busca por melhores condições de vida de suas famílias.

Para tanto, se serviram da mesma estratégia: viabilizar o armazenamento da produção em silos; aumentar o volume de produção agrícola e diversificar as atividades agrícolas. No tocante ao aumento da produção agrícola, diferentemente do Projeto C-312/3231A, a principal estratégia não foi aumentar a área plantada de sequeiro, mas o aumento da agricultura irrigada.

Para a realização do Projeto, a Equipe de Assessoria e as comunidades participantes contaram com o apoio da EMATERCE, através de seus técnicos agrícolas, no tocante a elaboração e acompanhamento de Projetos Governamentais e

²¹ Devido a grande seca de 1998 a Igreja do Ceará designou uma comissão de técnicos e padres para saber o que as dioceses estavam fazendo para sua prevenção. Essa comissão visitou a CEB Extrema para conhecer o projeto de silos comunitários quando uma mulher da comunidade apresentou o projeto de açude intercomunitário do Riacho Maracajá ao Padre Crisares. Este se interessou pelo projeto encaminhando-o para uma ONG do exterior. O Governo Estadual recusara financiar o projeto por achá-lo caro demais.

da FAMA através de seu presidente para a constituição e supervisão das Associações Comunitárias.

As 14 comunidades assessoradas foram: Arueira, Vila Martins, Escuro, Monte Castelo, Baixio da Roça, Umburanal, Tanque, Morada Nova, Serraria, Bom Nome, Guaribas, Panelas dos Rodrigues, Lagoa e Tipis.

Quatro comunidades tiveram miniprojetos apoiados pelo FAM/CERIS: Vila Martins (silos comunitários), Serraria (sistema de irrigação – sifão e mangueira), Bom Nome (Implementos agrícolas) através de Transferência solidária e Panelas dos Rodrigues (sistema de irrigação) em parceria com a CEB Santarém.

A primeira etapa do Projeto V-212/3231B foi o armazenamento da produção agrícola em silos. Após o cadastramento das famílias de cada comunidade que aceitaram participar do Projeto, foi levantado o número de silos necessários para cada família, estabelecido o critério de devolução do valor dos silos para o Fundo de Apoio a Miniprojetos de Acopiara (50% em três anos) e escolhido os coordenadores do Projeto em cada comunidade²².

Todas as comunidades conseguiram silos através de Bilance, foram 388 silos de 5 quartas e 324 de 2 quartas e meia, distribuídos entre as 281 famílias participantes do Projeto. A capacidade de armazenamento ficou em cerca de 587 kg por família.

O ano de 2000 teve um Inverno bastante chuvoso. A produção de milho e arroz foi abundante, porém a de feijão foi bastante pequena porque o excesso de chuvas apodrece os pés de feijão. A produção de algodão também foi prejudicada, já que muitas e prolongadas chuvas aumentam a praga do bicudo.

Outrossim, o ano de 2001 foi seco tendo a maior seca dos últimos 70 anos. Os reservatórios hidrelétricos baixaram tanto de nível que houve um grande racionamento de energia em todo o Nordeste. Conseqüentemente, as comunidades participantes do Projeto V-212/3231B tiveram uma grande redução da produção agrícola em 2001 já que não houve chuva para as plantações de sequeiro nem açudes cheios para irrigação.

²² No início do Projeto V-212/3231B houve uma mudança de direção na equipe da ONG holandesa responsável por seu financiamento. Ela propôs em reunião com os líderes das comunidades e técnicos do CERIS a devolução integral dos recursos utilizados para aquisição de silos e pagamento de juros. As comunidades não aceitaram porque se fosse assim iriam ao banco.

Observando a tabela 10, temos a noção do quanto que a produção agrícola das 14 comunidades foi afetada com a forte Seca de 2001. Se cada família participante produziu cerca de 1.529 Kg de milho em 2000, em 2001, a quantidade produzida não passou de 400 Kg, a produção de milho teve uma redução de mais de 70% de um ano para outro.

Tabela 10: Produção Agrícola em Área de Sequeiro em Kg nas 14 Comunidades do Projeto V-212/3231B

Produtos	2000		2001	
	Bruto	Por família	Bruto	Por família
Milho	429.590	1529	111.135	395
Feijão	80.260	286	36.938	131
Arroz	133.930	477	34.201	122
Total Geral	643.780	2291	182.274	649

Fonte: Relatório de Atividades Ano 2001 referente ao Projeto V-212/3231B

Se o Projeto V-212/3231B previa aumentar a produção agrícola através de agricultura irrigada em 2000, isto não foi possível porque em nenhuma comunidade havia ao mesmo tempo equipamentos de irrigação e açudes com capacidade de irrigação (choveu bastante naquele ano, mas não o suficiente para encher os açudes). Também em 2001, isto não foi possível porque nenhuma comunidade adquiriu sistemas de irrigação através de miniprojetos.

As 7 comunidades que possuem açudes com pequena capacidade de irrigação (Monte Castelo, Umburantal, Baixio da Roça, Tanque, Arueira, Panela dos Rodrigues e Morada Nova) decidiram aguardar tempos mais oportunos para adquiri-los.

Em 2001 as famílias consumiram a quantidade de milho, feijão e arroz que foi armazenada em 2000, cerca de 165.000 quilos, e armazenaram em 2001 cerca de 182.274 quilos. Todas as comunidades puderam encher seus silos apesar da seca em 2001. Aliás, 4 comunidades (Gameleira, Lagoa, Guaribas e Baixio da Roça) decidiram armazenar mais alimentos do que em 2001, adquirindo mais silos.

Importante dizer que em 2000, apesar da boa safra de milho, as famílias não puderam ter grandes ganhos em sua renda porque o excesso de produção levou o preço pra baixo, o governo não comprou esse excesso.

Com exceção de Umburantal, todas as comunidades têm energia elétrica, conseguida através do Projeto São José do governo estadual. Também pelo Projeto

São José as comunidades Tipis e Guaribas conseguiram água encanada em todas as casas e a CEB Umburanal uma Casa de Farinha Comunitária.

A Equipe da ACA concluiu que o Projeto V-212/3231B contribuiu para o fortalecimento interno das organizações dos agricultores porque suas comunidades vêm conseguindo tanto projetos governamentais quanto não governamentais. Aliás, a CEB Tanque é uma comunidade que vive em um assentamento de 10 famílias conseguido pelo projeto governamental Reforma Agrária Solidária.

Para a diversificação das atividades agrícolas, foram promovidos vários cursos e encontros, destacam-se os cursos de agrofloresta e agricultura ecológica dirigidos pela Associação Cristã de Base (ACB) e o Seminário pela Cidadania e Vida Plena no Semi-árido no qual foram abordados assuntos como Desenvolvimento sustentável, adubo orgânico, Transgênicos e Cisternas de Placas. Também aconteceu o curso da Rede Abelha, abordando assuntos como o funcionamento da rede abelha no Ceará e processamento e comercialização da produção.

Os repasses destes cursos foram feitos por 4 equipes de agricultores das comunidades assessoradas que receberam a capacitação em Agrofloresta, Cisterna de Placas, Quadra de Secagem de Raspa de Mandioca e Apicultura. Cada equipe ficou responsável em repassar para as demais comunidades uma dessas atividades.

No final do Projeto V-212/3231B foram instaladas 5 cisternas de placas em 3 CEBs participantes (Tanque, Umburanal, Monte Castelo) e duas em comunidades autônomas: Bom Jardim e Botelha; Implantação de 5 roças de Agrofloresta e 2 quadras e picotadeiras de mandioca em duas comunidades (Tanque e Umburanal).

Além destas novas atividades e plantações de milho, feijão, fava e arroz, as comunidades em sua maioria também plantaram algodão e tiveram criações de cabritos, ovelhas e gado. Quatro comunidades adquiriram apiários.

O Projeto V-212/3231B foi encerrado ao final do 1º semestre de 2002, portanto não houve relatório de atividades de 2002.

Pode-se concluir que estas comunidades melhoraram sua segurança alimentar, portanto, conseguiram sua autonomia, pela capacidade de armazenamento da produção conquistada no início do Projeto, pela realização de inúmeros projetos comunitários conseguidos com entidades governamentais e não governamentais antes e durante o projeto e sua formação legal através de Associação comunitária e

participação em outras organizações dos agricultores. Aliás, no último relatório de Projeto V-212/3231B referente às atividades de 2001, o STR e a Associação Comunitária foram apontadas as organizações mais valorizadas pelas comunidades.

Percebe-se que além da distribuição de silos, as comunidades focaram a diversificação agrícola em detrimento do aumento da produção das culturas tradicionais de subsistência. Isto se deve em parte à inviabilidade de plantações irrigadas devido à falta de infra-estrutura nas comunidades (açudes muito pequenos e ausência de sistemas de irrigação) e provavelmente ao próprio desejo destas comunidades em não plantar essas culturas para comercialização, já que, a exemplo do que aconteceu em 2000, boas safras não significam necessariamente ganhos significativos de renda às famílias. Mesmo com os silos, nem tudo pode ser armazenado e deixado para ser vendido mais tarde.

Se já não se passa fome, pode-se agora melhorar o nível nutricional das famílias através da produção de carne e leite, era isto que as comunidades passaram a buscar no final do Projeto com a criação de gado, cabritos e ovelhas. Isto sinalizava que muito além do Projeto V-212/3231B ter conseguido seu principal objetivo que é a segurança alimentar, criou-se uma nova estratégia para o desenvolvimento rural o que fez a ACA e CERIS finalizar mais cedo o Projeto.

4.3.5 – Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda (Jul 2002 a Jun 2005)

O Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda (Jul./2002 a Jun./2005) surgiu do conhecimento de novas propostas tecnológicas que eram mais de acordo com a situação do agricultor nordestino.

O Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda, além de proporcionar a distribuição de silos para garantir o armazenamento da produção para a venda e alimentação nos períodos mais difíceis de entressafra e secas periódicas e organizar os agricultores em organizações civis (Associação, STR, COAPRA e CPT) também busca organizar grupos de agricultores para a realização de visitas a experiências de outras organizações/comunidades para o desenvolvimento de experiências agroecológicas e de convivência com o semi-árido que lhe proporcionarão ganhos de renda sem agredir o meio ambiente.

O objetivo geral do Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda é orientar a participação dos agricultores nas reivindicações e negociações de políticas públicas com a perspectiva de convivência com o semi-árido através da capacitação

de agricultores e agricultoras em tecnologia agropecuária (agroflorestamento, biofermentado, manejo de caprinos e ovinos, apicultura e aves) e em tecnologias de captação e armazenamento de água, por exemplo, cisternas de placas.

Nove CEBs participam do Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda, são elas: Caixa d'Água, Bulandeira, Cachoeira dos Alexandres, Muquém II, Sossego, Fôlego/Bom Princípio; Logradouro dos Lizardos, Jordão e Unidade.

Além de Muquém II, duas CEBs tiveram anteriormente miniprojetos apoiados pelo FAM-CERIS: Caixa d'Água (Miniprojeto 194/92 – Sistema de Irrigação) e Cachoeira dos Alexandres (miniprojeto 257/96 – Silos Comunitários).

Muquém II e Cachoeira dos Alexandres já haviam participado do 1º Projeto trienal. Segundo Padre Crisares, Muquém II voltou a ter assessoria sistemática da ACA pelo fato de muitas famílias não terem participado do 1º Projeto Trienal. No primeiro ano do Projeto C-212/3231A somente 20 famílias quiseram participar já que 23 decidiram sair da comunidade. Atualmente a comunidade consta de 52 famílias.

Outrossim, os silos que foram adquiridos pelas famílias no início do Projeto de Segurança Alimentar e Geração de Renda foram financiados pelo Fundo de Apoio a Miniprojetos de Acopiara, que passou a ser coordenado pela Equipe Técnica da ACA e o pároco.

As devoluções feitas pelas comunidades assessoradas nos dois primeiros projetos trienais proporcionaram os recursos para o fundo local financiar os silos das CEBs participantes do Projeto Segurança Alimentar e Geração de Renda. Estas, por sua vez, deverão repassar ao fundo 100% do valor recebido.

Como o Projeto trienal jul/2002-jun/2005 enfocará novas técnicas agrícolas, a equipe da ACA além de contar com dois técnicos (um social e um educacional) também contará com seu próprio técnico agrícola que entre outras atribuições, monitorará os projetos agropecuários das comunidades assessoradas e prestará orientações diversas.

As entrevistas às comunidades foram realizadas no momento em que as comunidades assessoradas faziam sua reunião de avaliação do primeiro ano do Projeto.

O que se pode dizer é que até aquele momento, além dos silos, foram construídas 31 cisternas de placas e realizados cursos e capacitações em agrofloresta

e horticultura e que para o 2º ano do projeto as comunidades desejavam a construção de mais cisternas, cursos de apicultura e criação de galinha caipira e encontros de mobilização para que mais pessoas participem da CPT e encontros das CEBs.

4.4 – Pesquisa de Campo: Entrevistas com as Comunidades

Para a realização da pesquisa de campo, partimos da hipótese de que as opiniões, considerações e demais informações apresentadas pelos entrevistados são de opinião e visão igual aos demais integrantes da comunidade, pelo fato dos entrevistados terem sido apresentados à pesquisadora como importantes lideranças comunitárias, conhecedoras dos aspectos intrínsecos à mesma. Portanto, a voz das lideranças é a voz da comunidade.

As entrevistas foram realizadas nas próprias CEBs entre os dias 29 de abril e 9 de junho de 2003, em Anexos está o roteiro utilizado nas entrevistas.

O objetivo dos questionamentos foi descobrir a organização da comunidade, tanto nas atividades específicas de Igreja como as sociais, pois sua organização para as atividades sociais (elaboração e gestão de projetos sociais) provavelmente se assemelha a sua organização para as atividades de Igreja. Outro objetivo foi descobrir o grau de envolvimento dos membros da comunidade nas atividades da CEB e Associação, se realmente a CEB representa as famílias do lugar ao que seu nome se refere. Por fim, descobrir o que o processo de elaboração e gestão dos miniprojetos representou ou representa para a comunidade. O que mudou? Qual a mudança que seus membros acharam mais relevantes, mudanças materiais e/ou culturais.

Foi combinado com Irmã Necilda – Educadora com nível superior em letras e técnica social da ACA – que oito comunidades seriam visitadas: cinco que já conseguiram a autonomia: Bom Jardim, Extrema, Tanque, Varjota e Moreiras de Baixo e duas em processo de autonomia: Caixa d'Água e Muquém II e a CEB Urbana Vila Nova.

4.4.1 – CEBs Autônomas: Bom Jardim, Extrema, Tanque, Moreiras de Baixo e Varjota.

- **Bom Jardim**

Foram entrevistados o casal Francisco Henrique Demontie e Ivanilda Alves da Silva Demontie (Veja foto dos dois em anexos).

Demontie, como é conhecido, tem 48 anos de idade, estudara até a 5ª série do Ensino Fundamental e é participante da Comissão Pastoral da Terra; Ivanilda, 37 anos, também estudou até a 5ª série. O casal vive na casa de Dona Ilda, mãe de Ivanilda, constituída de 11 cômodos, sem água encanada. Todos são miniproprietários de terra, plantam para a subsistência e possuem criações de ovelha, galinha, gado e um animal de carga.

Sobre as atividades de Igreja, disseram que 95% das famílias da comunidade participam do Dia do Senhor. Além do Dia do Senhor, a CEB possui catequese para crianças e curso de Crisma para jovens. Dizem que não há Grupo de Jovens na CEB porque grande parte dos jovens não permanece na comunidade, saem para trabalhar em outras terras. Sobre isto, Demontie comenta: "Vão sofrer, só vão sofrer. Como eu fui eu mesmo e sofri muito".

Sobre as demais atividades de Igreja, Ivanilda diz que consegue conquistar as pessoas para participar do Dia do Senhor, porém, "ninguém quer tomar conta da liturgia!", reclama. Para ela, a falta de pessoas comprometidas com as atividades de Igreja é um grande problema. Quando ela chama as pessoas para ajudá-la na organização do Dia do Senhor e da Catequese todos dizem que não podem porque não sabem ler nem falar ou possuem muitos compromissos. Conseqüentemente, a celebração aos domingos e a catequese são organizadas somente por ela e a filha.

A Associação na qual os moradores de Bom Jardim participam se chama Associação Nossa Senhora de Fátima dos Pequenos Agricultores. Ela abrange as comunidades de Bom Jardim, Amparo, Floresta 1 e São Francisco. Segundo Demontie, a maioria de suas famílias participa da Associação.

A Associação surgiu da necessidade de uma Casa de Farinha na região. Tudo começou quando Demontie assistiu ao programa de TV Globo Rural que mostrava algumas iniciativas de aviação no Brasil. Entusiasmado com a idéia de uma Casa de Farinha na região, afinal "Quem tem farinha, não morre de fome" – diz

Demontie, reuniu todos da comunidade para discutirem a proposta, que foi muito bem aceita, principalmente entre os miniproprietários de terra que representam 90% das famílias de Bom Jardim.

Junto com o Padre Crisares, técnicos da EMATERCE e um vereador local, Demontie elaborou um projeto de aviamento que foi enviado ao governo estadual em nome da Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Acojiara – COAPRA. Como o governo recusou-se a aceitá-lo por não estar em nome de alguma Comunidade, surgiu a idéia de se formar a Associação, legalizada em 1996.

As reuniões da Associação são mensais e nelas há a prestação de contas. Até o momento da entrevista, a associação estava ocupada com a declaração de Imposto de Renda e com a mudança de CNPJ, necessária para mudar a presidência da associação.

Demontie no momento ocupava a vice-presidência após ter sido presidente durante seis anos. Quanto a isso, disse que detestava ser presidente porque, segundo ele, toda organização tem gente com "espírito de carcará", ou seja, não fazem nada e só criticam, mas sendo presidente, ele tem que aceitar todo mundo.

Quanto aos projetos realizados pela Associação, Demontie citou os silos e o motor-bomba para Farmácia Viva conseguidos pelo CERIS²³, a debulhadeira de milho pela Cáritas Internacional e a forrageira por CORDAID.

Perguntando qual destes projetos foi o mais significativo para a Comunidade de Bom Jardim, Demontie responde que foram os silos porque eles garantem a segurança alimentar em primeiro lugar. Foi após a aquisição dos silos que a fome na comunidade se reduziu bastante.

Todas as famílias da comunidade possuem silos, porém há algumas pessoas que ainda sofrem com a fome porque, segundo o casal, são doentes e não têm ajuda de ninguém ou são descuidados, não se organizando para armazenar o *ligume* para a seca.

Ivanilda diz que os projetos são um grande incentivo, pois fazem as pessoas trabalharem em mutirão. Porém, ela diz que infelizmente as pessoas ainda

²³ O miniprojeto de sistema de irrigação para Farmácia Viva da CEB Bom Jardim não foi descrito no item 4.3.2 – Os Projetos Apoiados pelo FAM (1984-1996) porque não foi encontrado na pesquisa documental (CERIS, 2002).

são muito acomodadas. Só se envolvem em algo, sejam atividades de igreja ou da associação, somente quando os dois ficam a frente, assumindo a responsabilidade.

Dos quatro projetos citados, dois não tiveram continuidade: a Farmácia Viva e a Debulhadeira de milho. Em ambos, a causa foi o desinteresse dos membros da Associação em participar de sua operação.

Na Farmácia Viva a justificativa dos moradores foi considerá-lo coisa de mulher e da Debulhadeira de Milho foi o desinteresse de se organizarem para levar a debulhadeira de milho de casa em casa. Segundo Demontie, os associados pensavam que somente ele seria o responsável em transportá-la até as casas. Estando paradas a debulhadeira de milho e a carroça, Demontie doou-as a COAPRA. Como a cooperativa cobra o mesmo preço das máquinas de particulares, os associados preferem usar as últimas. Muitos moradores deixaram de ser membros da cooperativa justamente por ela cobrar preços até maiores que o aplicado no comércio.

Quanto à gestão da forrageira, Demontie diz que é ele o responsável. Todos da associação podem usá-la, ele não cobra nada e qualquer conserto ele paga com seu dinheiro.

Sobre Projetos Governamentais, Demontie cita a energia elétrica conseguida em 2001 através do Projeto São José. Diz que a Associação gastou muito dinheiro para elaborarem o projeto, pois teve que realizar mais de 20 viagens até Fortaleza.

Os equipamentos e os funcionários da companhia estadual de luz chegaram no local após três meses da entrega do projeto. A contrapartida da comunidade foi a fixação dos postes de luz a uma distância de 7 km e a alimentação dos funcionários. Na entrevista, Demontie reclama que gastou muito dinheiro com a alimentação dos funcionários, dando a entender que ele arcou com a maioria destes gastos.

Sobre projetos futuros, pensam em finalmente concretizar o projeto de aviamento e conseguir através da COAPRA e do Padre Crisares um entreposto de Mel²⁴. Também pensam em instalar mais cisternas na comunidade.

O casal diz que tudo parte de Demontie já que poucos têm coragem de enfrentar as entidades.

²⁴ Esse projeto foi encaminhado para a ONG católica Manos Unidas.

Ivanilda diz que o povo confia muito em Demontie, se ele resolve fazer algum projeto, eles prontamente acreditam que vai dar certo. Porém, sabem que o futuro da CEB é incerto: "Se sairmos daqui a comunidade vai se acabar" - Demontie.

Ivanilda fecha a conversa, revelando a importância do Padre Crisares para as conquistas da comunidade: "O Padre não faz nada sem discutir com as comunidades. Se o Ceará tivesse pelo menos 5 padres como o Padre Crisares, a coisa seria outra!" – Ivanilda.

- **Extrema**

Além do Padre Crisares, participaram da entrevista:

Agostinho Duarte de Souza: Presidente da Associação de Extrema, 66 anos de idade, casado, 7 filhos sendo que 3 vivem em São Paulo. Ficou pouco tempo na escola, porém lê e escreve. É agricultor e produz para subsistência;

Clara Alves Lemos: Catequista e animadora comunitária, tem 63 anos, é casada e tem 9 filhos, estudou até a 5ª série do 2º Grau. Em Extrema moram somente ela e o marido. É agricultora aposentada;

Isabel Gonçalves de Jesus: 62 anos, estudou até a 1ª série e se considera analfabeta. Casada, teve 8 filhos porém vive só ela e o marido em Extrema. É aposentada;

Reinaldo Lemos Gomes: Vice-presidente da Associação, 32 anos, casado. Sua esposa e filho moram com ele em Extrema. É agricultor e produz para subsistência;

Todos moram em casas de alvenaria, mas não possuem água encanada, disseram que a Comunidade possui um projeto de saneamento básico junto ao governo estadual (Projeto São José) – Veja foto dos entrevistados em anexos.

Quanto às atividades de Igreja, a CEB possui uma equipe de animação que se reúne mensalmente para organizar a Catequese e o Dia do Senhor. Esta mesma equipe participa de encontros semestrais no Centro Pastoral.

A Associação Comunitária de Extrema surgiu da necessidade de luz elétrica conseguida através do Projeto São José, que exigia a associação legalizada.

Em 2003, cerca de 20 das 30 famílias existentes na comunidade participavam da associação. A comunidade é constituída por miniproprietários de terra.

Quanto aos projetos da Associação, além dos projetos financiados pelo governo: energia elétrica, sistema de irrigação e poço profundo, os entrevistados destacaram os silos comunitários conseguidos pelo FAM-CERIS e o Açude Intercomunitário financiado por Manos Unidas²⁵.

Segundo o presidente da associação, o que motivou a comunidade a realizar os diversos projetos foram os exemplos vistos em outras comunidades da região.

Mesmo tendo conseguido vários projetos, a importância da Associação ainda é questionada na comunidade. Segundo Sr. Agostinho isto se deve à descrença quanto à realização dos projetos. Diz que isso parte dos próprios associados que consideram o gasto mensal com a associação dinheiro perdido (os associados pagam R\$ 1,00 por mês para sua manutenção). Para ele é quase impossível convencer as pessoas da importância da Associação, pois os benefícios não são imediatos.

"A associação é difícil. Só é bom para eles que estão administrando" - Isso, segundo Sr. Agostinho, ainda é dito pelos associados.

"Vêm as coisas, mas não acreditam" - Sr. Agostinho.

Admitem que o Açude Intercomunitário com capacidade para 4 milhões de m³ de água só foi possível com a ajuda de Padre Crisares. Após terem o projeto recusado pelo governo do estado por considerá-lo caro demais, mostraram-no para o Padre que gostou e ficou com ele. Depois de 2 meses o dinheiro chegou, porém o padre teve que participar pessoalmente das reuniões durante a construção do açude para que a comunidade acreditasse mais.

"Eles viram que a coisa era séria mesmo, era certa. Não era com político, né? Era com a Igreja, era uma entidade mais responsável, né?" - Dona Clara.

Esse açude atende atualmente às comunidades de Extrema, Maracajá, Cajazeira e Varjota.

²⁵ Organização Não-governamental para o desenvolvimento com personalidade jurídica, canônica e civil. Composta por voluntários católicos sua sede é em Madri, Espanha. Sua principal bandeira é a luta contra a pobreza. O financiamento para o açude foi a fundo perdido.

Dona Clara diz que as pessoas da comunidade estão aprendendo que é necessário se organizar para conseguir as coisas, por isso ainda mobiliza as pessoas a participarem das reuniões da associação, dizendo que tudo que a associação consegue é para todos, por isso é necessário que todos participem.

Sobre os silos, disseram que foram importantes para aumentar o número de associados, já que na época os silos foram também distribuídos às famílias que não participavam da associação.

Perguntando a cada um o que os projetos mudaram na comunidade, cada um respondeu assim:

Agostinho: "as pessoas conversam mais, querem saber o que está acontecendo, participam assiduamente das reuniões".

Dona Clara: "Graças a Deus, ninguém mais passa fome. Têm onde guardar. Agradecemos muito o Padre Crisares [...] tem tranquilidade. Já tem muita água com o açude intercomunitário". Diz ainda que com a água ela tem mais esperança de que a comunidade vai melhorar ainda mais.

Dona Isabel: "Melhorou. É bom demais! A água é abundante e de boa qualidade!"

Vice-presidente da associação: "Melhorou muito, para melhor com os silos. Os silos foi um grande passo!".

Sobre os projetos futuros, dizem que estão aguardando a instalação do saneamento básico e do sistema de irrigação. Reinaldo acredita que muitas pessoas que deixaram a comunidade para viver em São Paulo voltarão a viver definitivamente na comunidade assim que o sistema de irrigação estiver funcionando, quando será possível a comercialização da produção.

Agostinho diz que tudo é muito difícil, especialmente quando a luta é por recursos financeiros já que, segundo suas próprias palavras: "Tem que sobrar muito para dar". Porém, ele afirma que com todos unidos fica tudo mais fácil, pois "muitos gravetinhos são difíceis de quebrar".

O açude intercomunitário é o orgulho da comunidade. Até hoje a associação leva a fama de ser a que mais conseguiu recursos para seus projetos.

- **Tanque**

Participaram da entrevista o **Sr. José Bezerra da Silva** de 51 anos e sua esposa **Dona Alzira Fernandes da Silva** de 49 anos. Também foi entrevistada a **Dona Maria**, esposa de José Nilton de Almeida, importante líder local (veja em anexos)

A Comunidade Eclesial de Base Tanque surgiu de um programa do Projeto São José do governo do estado do Ceará chamado Reforma Solidária. Pelo fato da comunidade ter saído recentemente de uma crise que resultou na saída de 4 famílias do local, a entrevista se concentrou na explicação desta crise e comentários dos entrevistados sobre os demais projetos tocados pela comunidade.

Segundo Zé Bezerra tudo começou quando a Comunidade Eclesial de Base de Santo Antonio, através de sua associação, acertou com o governo do estado do CE a compra do terreno. Na ocasião, foram escolhidas famílias de 10 associados para ocuparem a área. Ficou acertado que essas famílias pagariam o terreno durante 2 anos após um período de 5 anos de carência.

Ao final dos 5 anos quando estas famílias pegaram a documentação para efetuaram os primeiros pagamentos, veio a surpresa: tinham que pagar em apenas dois anos uma dívida de R\$ 200.000,00. O governo, na época, justificou-se dizendo que esse valor era atribuído a juros e correção monetária. Considerando injusto o valor da dívida, a comunidade do Tanque juntou-se a outros assentados do programa e conseguiu a redução da dívida para 47 mil reais e extensão do prazo de pagamento para 13 anos.

Segundo Dona Maria, a crise na comunidade foi provocada pelo governo que exigiu da CEB Tanque a formação de sua própria Associação, sem a qual o novo acordo não seria cumprido²⁶.

Como os documentos referentes à compra do terreno foram todos conseguidos pela Associação de Santo Antonio, algumas famílias não concordaram com a exigência por temer que a dívida não fosse passada para a nova associação.

A discórdia só foi resolvida mediante o seguinte termo: aqueles que não quiserem ser associados da nova associação não terão o direito de permanecer na

²⁶ A dívida fica em nome da Associação. Só quando a dívida estiver totalmente paga é que os assentados receberão os títulos de propriedade.

terra. O resultado não poderia ser outro, entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003 quatro famílias tinham saído do Tanque e abandonado o projeto de reforma agrária solidária.²⁷

Além do programa Reforma Agrária Solidária que deu origem à comunidade, as famílias da CEB Tanque realizaram pelo governo outros projetos: Energia Elétrica, Casas Populares, Açude, Forrageira, Criação de galinha caipira e Estábulo.

Quanto a outras organizações, as famílias conseguiram: silos comunitários (CORDAID); Cisternas de Placas e apiário com 30 colméias (Cáritas); gado e plantação de mandioca com quadra de secagem de raspa (Manos Unidas a fundo perdido).

Sobre o Projeto Reforma Agrária Solidária, os entrevistados deram os seguintes comentários:

Zé Bezerra: "Projeto muito espinhoso para a comunidade [...] tem que soar muito para pagar". Completa dizendo que de solidário, o projeto não tem nada. Para ele solidário é algo que é sólido, ou seja, que realmente ajuda, o que para ele não é o caso.

Dona Alzira: Diz que a mudança para o Tanque não afetou quase nada. Ainda tem a desvantagem de ser mais distante da CEB de onde veio, o que faz a família ter um gasto maior com passagem.

Sobre os projetos de apicultura e de galinha caipira, Zé Bezerra esclarece que quanto ao primeiro pagarão em 3 anos 50% do valor doado pela Cáritas, decorrido um ano de carência; quanto ao segundo, fora substituído por 10 colméias que deverão ser pagas em 50% do valor do empréstimo, porém, Zé Bezerra acredita que pagará o empréstimo com juros apesar do governo ter garantido que não haverá juros nem correção monetária.

²⁷ Conversando com Padre Crisares sobre esta divisão no Tanque ele disse que isso se deve a própria gênese da comunidade, nascida com as famílias das principais lideranças da região, ou seja, é uma comunidade formada por líderes que ao discordarem de algo dificilmente chegam a um consenso pois são muito convictos de suas opiniões. Agora, para não haver mais divisões, a comunidade decidiu substituir as famílias que saíram por outras com diferente perfil. Em vez de famílias compostas por lideranças, serão famílias compostas por liderados.

Dona Alzira diz que dentre os projetos já realizados pela comunidade, a apicultura é o preferido porque o preço do mel é muito bom.

Quanto aos projetos de cisterna de placas e silos, admitem que os primeiros são muito bons porque a água na comunidade não é de boa qualidade, já os silos, para Zé Bezerra, são uma maravilha.

No geral, Zé Bezerra admite que o maior ganho proporcionado pelos projetos foram na alimentação e na qualidade da água.

Sobre projetos futuros, Zé Bezerra diz que o pobre não gosta de dívida, assim estão preocupados em pagar os projetos já iniciados e a terra, até lá a comunidade não pretende iniciar nenhum projeto.

• **Varjota**

Entrevistada: **Lourdes Alves Cavalcante**, 49 anos. No momento da entrevista, estava concluindo a 8º série do Ensino Fundamental. Ela vive com o marido e um filho numa casa de alvenaria com 8 cômodos, sem água encanada. É agente de saúde do governo do estado e presta para o Correio um serviço de entrega de cartas aos moradores (veja sua foto em anexos).

Sobre as atividades de Igreja, a CEB possui uma equipe de animação que se reúne semanalmente no Dia do Senhor. Além do Dia do Senhor, a CEB realiza novenas, curso de crisma e catequese para crianças.

A CEB no momento da entrevista ainda não possuía Associação legalizada. Motivada pelo Projeto São José, a comunidade teve duas tentativas de formar uma associação em Varjota. Na primeira tentativa, devido a forte desunião, a associação nunca chegou a funcionar e na segunda, sua legalização foi impedida pela situação irregular do seu presidente junto ao INSS.

Segundo Dona Lourdes, a Associação de Varjota está em processo de reativação, apesar de ser ainda muito forte a divisão do grupo de associados por suas diferentes opções políticas. A divergência parte da escolha pelo melhor projeto para a comunidade. Uns acham que é o São José (governo estadual) em que os moradores trabalham sem cobrar nada, outros acham que é o Projeto Alvorada (governo federal) porque os moradores recebem R\$ 8,00 pelo dia de serviço (cavar levadas e fossa).

A comunidade é composta de 94 famílias, destas, 40 fizeram parte da última associação.

A CEB Varjota realizou os seguintes projetos: Pelo governo: Energia elétrica, Escola municipal, Poço profundo, açude pequeno, barragem grande e água encanada com banheiros nas casas; Pela Cáritas (fundo perdido): terreno distribuído em lotes para os pobres e piladeira de arroz; Por CORDAID: os silos.

Dona Lourdes salientou que muito em breve a comunidade receberá banheiros e água encanada pelo Projeto Alvorada, porém está previsto que a água em vez de sair do açude intercomunitário de Extrema, partirá do açude de Trussu que possui água salinizada. Ela acredita que a comunidade poderá dispor de algum equipamento para tirar o sal da água, caso contrário, continuarão a tirar a água do açude intercomunitário.

Assim que for instalado o saneamento básico, a associação cobrará mensalmente R\$ 5,00 por família pelo fornecimento da água. A Associação administrará o serviço de água e esgoto na comunidade, tendo então que prestar conta mensalmente.

Sobre o terreno onde fica a vila dos moradores de Varjota comprado com recursos da Cáritas, Dona Lourdes explicou que tudo começou com a grande inundação de 27 de abril de 1985 que derrubara 31 das 35 casas existentes no local. Após a ajuda emergencial das irmãs que levaram remédios ao local, Padre Crisares pediu ao marido de Dona Lourdes comprar o terreno que servia a uma plantação de fava e milho, onde a Vila de Varjota seria instalada.

Durante os 6 meses em que eram construídas as casas, a prefeitura se responsabilizou pelo sustento das famílias e colaborou com cimento, telha, ripa, porta, cal e madeira enquanto os moradores faziam o tijolo e pagavam o mestre de obras. Em novembro de 1986, foi fundada a vila de Varjota com casas para todas as famílias e energia elétrica.

Dona Lourdes diz gostar de morar na vila porque considera seus moradores humildes e hospitaleiros.

A maioria dos moradores de Varjota tem suas casas, porém trabalham em terras alheias e pagam 1/4, 1/5 ou 1/7 da produção ao proprietário e andam 1 légua (6 km) de distância até as plantações

Lourdes diz que a piladeria de arroz e os silos vieram em boa hora e é de grande serventia. Antes pagavam para levar e trazer o arroz para pilar. Porém admite que a quantidade de silos ainda é insuficiente.

O marido de Lourdes representa politicamente a comunidade, pedindo ao governo por novos recursos para os projetos comunitários.

Lourdes finaliza a conversa dizendo: "Para mim, os projetos que só veio melhor quando veio partindo da paróquia porque nunca é brasileiro"²⁸.

• **Moreiras de Baixo**

Foi entrevistado o Sr. Antônio Lima de Moura, mais conhecido como **Antônio da Carroça** (veja anexos) Ele tem 63 anos e estudou até a 5^o série do 1^o Grau. Vive com a Esposa e tem 6 filhos. Sua casa é de alvenaria e possui 6 cômodos. Lá ele tem água encanada, luz e telefone. Sempre foi trabalhador rural e atualmente é aposentado.

No Centro Social da CEB são realizadas: a Catequese Sementinha, a Crisma e o Dia do Senhor. Neste Centro são realizadas as reuniões da equipe responsável pelas atividades de Igreja. Segundo Sr. Antônio, todos da equipe participam das reuniões e não há briga, pois são muito católicos.

O primeiro projeto da comunidade foi a construção do prédio que viria a ser o Centro Social. As discussões para esse projeto iniciaram depois que todos perceberam a necessidade de um local para o Dia do Senhor. Um morador doou o terreno para o prédio, restava conseguir o dinheiro para a sua construção. Eles decidiram pedir o apoio do Padre Crisares. Com o apoio do padre e de Dom Mauro (bispo da diocese de Iguatú) como também da própria comunidade, foram conseguidos os recursos através da Cáritas.

O segundo projeto foi da piladeira de arroz. Como nenhum morador tinha a piladeira, discutiram em como tê-la. Com recursos do FAM-CERIS (Miniprojeto 287/1990) conseguiram a piladeira. Até hoje a piladeira serve a comunidade sendo o Sr. Antônio o responsável por sua manutenção.

É cobrada uma taxa de quem não é da associação para a compra de peças para a máquina e manutenção do prédio. Segundo Antônio da Carroça, até hoje

²⁸ O Açude Intercomunitário veio de uma ONG espanhola, a piladeira da Caritas Italiana e o terreno da vila através de recursos da Caritas alemã que foram passados a Caritas diocesana.

a piladeira não teve nenhum defeito grave. Ele cuida dela com muito carinho, mas há também outras pessoas que ajudam na sua manutenção. A comunidade continua a doar o Xerem do arroz para as crianças.

Na época da elaboração projeto da piladeira de arroz, havia na associação 62 associados, porém, são 40 agora. Isto se deve a criação de outras associações, por exemplo, a de Moreiras de Cima, o que fez muitos saírem da associação de Moreiras de Baixo já que moravam no Moreiras de Cima.

Perguntando sobre o que mudou na comunidade com os projetos, Sr Antonio disse que a principal mudança foi o valor da renda da terra cobrada pelos proprietários. Segundo ele, "mudou 100% a renda".

Sr. Antonio disse que na época dos projetos 20% dos trabalhadores rurais pagavam renda de meia e o restante 1/4. Agora, metade paga 1/8 de renda e a outra metade 1/10 ou 1/12 de renda. Ele explica: com a crise do algodão, muitos trabalhadores começaram a abandonar a terra, o proprietário com medo de não ter produção, reduziu a renda. A associação incentivou os trabalhadores a negociarem a queda da renda.

Perguntando como foram as reuniões para a realização dos projetos, Sr. Antônio disse que foram muitas reuniões. A maioria que participava já era da associação. A maior dificuldade foi fazer as pessoas acreditarem no projeto por isso dizia sempre que tinha pessoas da Igreja participando.

Quando não havia a piladeira da Associação, as pessoas andavam quase meia légua (3 Km) para ir a cidade pillar o arroz. Às vezes havia pessoas que não tinham como pagar o frete e pilavam em casa mesmo. Assim, convocavam as pessoas para as reuniões dizendo a necessidade que todos tinham da piladeira e como a Comunidade se beneficiaria disto.

"Quando as pessoas se reúnem dá certo, quando não, não dá" - Antônio da Carroça.

Segundo Antônio, as pessoas começaram a acreditar quando os primeiros projetos chegaram. Diz ainda que a piladeira de arroz melhorou muito e em tudo a vida da comunidade. Para ele, a piladeira foi algo muito significativo.

Sobre projetos futuros, Sr Antonio disse que a comunidade estava pensando em reformar o prédio da Associação e construir um parque com brinquedos

para as crianças da catequese numa parte do terreno que fica ao lado do prédio. Perguntando como a comunidade conseguiria os recursos, Sr Antonio afirmou que todos preferem buscar recursos com a Igreja porque ficam mais à vontade e não há tanta cobrança, mesmo porque o próprio prédio da associação foi construído com recursos da Cáritas.

Perguntando como foi a luta por luz e água na CEB, Sr. Antonio informou que tudo foi conseguido após a formação da Associação.

A comunidade tem como luta agora a disponibilidade de casas para os moradores, pois muitos pagam aluguel e têm dificuldades em pagar a luz e a água. A Associação possui um terreno que foi doado por um empresário. De início seria para as pessoas da Associação plantarem, porém, resolveram destinar este local para ser o novo cemitério da cidade. Como outro terreno foi doado pela paróquia para ser o novo cemitério (que já está funcionando) agora querem usá-lo para a construção de casas populares.

4.4.2 – CEBs Não Autônomas: Caixa d'Água, Muquém II e CEB Urbana Vila Nova

• Caixa d'Água

Foram entrevistados:

1) **Maria Gorete Moreira da Silva**, 37 anos, vive com 5 pessoas em sua casa e nasceu na comunidade. Com 9 anos de idade se mudou para São Paulo, porém há 10 anos vive na comunidade e desde então é animadora da CEB e associada da Associação;

2) **Antônio Freitas de Souza**, 37 anos. Nasceu em Jucari, vive há 15 anos em Caixa d'Água e estudou até a 1º série do 1º grau, segundo ele porque havia muita dificuldade de ir a escola e mesmo porque seu pai não incentivava, era cabeça dura. Aproveita e diz que hoje é diferente, afirma que com o pau-de-arara que leva os estudantes para a escola, "Só não aprende quem não quer";

3) **José Moreira da Silva**, 42 anos. Estudou até a 1º série do 1º Grau e nasceu em Caixa d'Água (veja foto dos entrevistados em anexos).

Sobre atividades de Igreja, há Reunião de jovens, Catequese e Crisma. Há ainda a pastoral da saúde com agentes de saúde atuando na comunidade há 8 anos.

Doze pessoas fazem parte da equipe de animação. Esta equipe organiza o Dia do Senhor através da atuação de duas equipes que se revezam nesta tarefa.

Segundo Gorete, o número de pessoas que participam da celebração aos domingos vem caindo o que leva a equipe de animação chamar freqüentemente as pessoas. Normalmente, a equipe recebe orientações das irmãs e depois tem reuniões na comunidade para passar estas orientações.

Muitos da comunidade fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR e há na comunidade três professores. Em um terreno da associação com 150 x 170 palmas que não chegam a medir 1 tarefa (30 m²), há uma horta com plantio de ervas medicinais, porém ela está atualmente abandonada e Gorete não sabe o porquê das pessoas não procurarem mais cuidá-la.

Sobre o sistema de irrigação conseguido pelo FAM-CERIS, Sr. Francisco diz que foi utilizado num período de 3 a 4 anos e produziram muito na seca. No início a renda era de 1/4, mas posteriormente passou para 1/3 e por fim de 1/2. Isto inviabilizou o negócio, já que o sucesso da plantação, infelizmente, segundo Sr. Francisco, fez também "os proprietários crescerem os olhos".

Esses proprietários eram associados da Associação de Caixa d'Água que começaram a cobrar uma renda da terra pior do que a cobrada pelos proprietários que não faziam parte da associação. Decidiu-se não continuar o acordo com esses proprietários e a plantação irrigada de feijão foi abandonada. Até o momento da entrevista, esses mesmos proprietários vêm desejando retomar a produção irrigada de feijão (a safra de feijão do último inverno foi muito pouca). Desde então, a comunidade vem se reunindo para decidir por qual renda da terra irão pagar.

A Associação se reúne uma vez ao mês, mas quando necessário se reúnem mais de uma vez.

A comunidade está pensando em iniciar a criação de galinha caipira e ovelhas pelo Projeto Segurança Alimentar como também a Apicultura através da Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Acopiara.

Na comunidade há 74 famílias. Há um mês e meio houve a confecção de silos pelo Projeto Segurança Alimentar. Quase todas as famílias já têm os silos que deverão ser pagos durante 3 anos. Nem todas as famílias que quiseram os silos fazem parte da Associação.

Entre 1993 e 1994 foi instalado um miniposto agrícola pelo projeto São José (Governo do Estado). No 27º dia após a entrega da documentação, o cheque para a realização da obra chegou. Só as pessoas da associação utilizam o posto, mas às vezes a Associação empresta os equipamentos para os trabalhadores da CEB que não fazem parte da Associação.

Há uma cisterna instalada que pertence a Associação. Pretendem aumentar o número de cisternas. As pessoas antes da construção da cisterna não acreditavam em sua chegada. Agora com a 1ª construída, todos desejam ter uma.

Na CEB passa a água que vem da Barragem de Acopiara, porém segundo Gorete é muito poluída e o açude com água potável fica a 6 km de distância.

Atualmente, as reuniões da Associação estão girando em torno do Projeto Segurança Alimentar. Discute-se o aproveitamento dos quintais para plantação de fruteiras e hortas, já que os quintais das residências dos moradores são muito grandes. Também é muito falada a possibilidade de criação de galinha caipira.

Há famílias que passam fome na CEB, porque são prestadoras de serviço. Trabalham para outros se valendo de uma diária de R\$ 6,00. Gorete acha pouco, porque 1 litro de leite chega a custar mais de R\$ 5,00 e conclui que esse dinheiro não dá para sustentar uma família numerosa.

Perguntando se a Associação tem projetos com outros parceiros, como o governo, eles disseram que confiam mais na Igreja que no governo e no momento estão se dedicando às atividades do Projeto de Segurança Alimentar.

Sr. Antônio diz que o maior problema é os trabalhadores da CEB serem arrendatários e não donos da terra. Se a terra é baixa (de planície) o patrão vai querer pasto para o gado. Se plantar feijão e milho, os patrões vão querer renda de meia, assim a comunidade não consegue plantar o que quer.

A água que vem da Barragem de Acopiara é utilizada para lavar roupa e cozinhar, porém ainda há pessoas na CEB que a utilizam para beber o que causa diarreia nas crianças. O Açude da Onça (Açude Particular) é muito longe, porém é de onde eles tiram água para beber apesar de sua água estar contaminada. Segundo Gorete é neste açude que os agricultores lavam os equipamentos de pulverização, como o açude não transbordava há 3 anos é certo que esteja contaminado.

• Muquém II

Foram entrevistados: **Teresinha da Silva Siqueira**, 48 anos, 3 filhos e 1 neto. Há 43 anos mora na comunidade, pois nasceu em Icor. Possui 2º Grau incompleto e **Edmilson Alves Siqueira**, 47 anos e nasceu em Muquém. Porém já viveu algum tempo em Goiânia e São Paulo. Parou na 3º série primária (veja foto do casal em anexos).

Na comunidade há 56 famílias e há 20 anos se organizam como CEB. A equipe de animação organiza as celebrações e a liturgia todos os domingos. Essa equipe se reúne de 2 a 3 vezes ao mês, dependendo da necessidade. A equipe de animação e os demais membros da CEB também se reúnem para os trabalhos que a Igreja promove, no caso, o Projeto de Segurança Alimentar.

A grande maioria dos participantes da CEB fazia parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Porém, atualmente, muito poucos continuam a fazer parte do sindicato. Segundo Sr. Edmilson, o motivo da saída de muitos foi o pouco apoio que recebiam. Por exemplo, o Sindicato tinha um serviço odontológico para os seus membros, porém, muitas vezes, quando os trabalhadores da comunidade iam para receber algum tratamento eram muito mal tratados ou se quer recebidos.

As atividades que a associação realiza são em parceria com a Paróquia de Acopiara. Poucas pessoas fazem parte da Cooperativa e do Sindicato.

Quando conseguiu o apoio do CERIS, a equipe da ACA se reuniu com a CEB e elaboraram juntos os projetos comunitários de silos e de sistema de irrigação.

A coordenação da CEB chamava as pessoas para as reuniões sobre o projeto de silos. Teve pessoas que não queriam os silos por causa do compromisso de se fazer os repasses para a CEB de Bom Nome em virtude da Transferência Solidária.

Quando os silos chegaram, algumas das pessoas que não o queriam começaram a querer. Nessa ocasião, Sr Edmilson repassou 1 silo pequeno que tinha recebido para uma família que anteriormente não quis fazer parte do projeto.

Os silos são comunitários, apesar de seu uso ser familiar. Assim, os silos não podem ser vendidos. Houve uma família que se mudou de Muquém e fez parte do projeto de silos comunitários. Essa família foi embora, mas os silos ficaram e foram repassados para outras famílias que os necessitava.

Nas reuniões para elaboração do projeto de sistema de irrigação, comunitário, o maior interesse foi pelo motor-bomba, como adquiri-lo e se era possível tê-lo.

O sistema de irrigação foi usado somente por um ano, quando o açude que abastecia a comunidade esteve cheio. Na ocasião eles plantaram além de milho e feijão: tomate, banana e macaxeira (mandioca).

Segundo os líderes comunitários, o projeto foi bom, porém não puderam continuar porque a comunidade decidiu que o açude, por ser pequeno, deva ser usado para outros fins. Não seria mais para irrigação, para não correrem o risco de não ter água para beber.

Atualmente, há 63 associados na Associação (nem todas as famílias da comunidade participam). Eles têm como projetos futuros os relacionados ao problema de falta d'água. Foi pensada a possibilidade de fazer um poço profundo, logo descartada devido ao alto grau de salinização da água.

A associação no momento está com um projeto junto a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) no qual a água da barragem que abastece a cidade possa a ser canalizada para a CEB Muquém. Esse projeto faz parte do projeto Alvorada do governo federal, os entrevistados acompanham as visitas dos seus técnicos na comunidade e um deles chama a água de Líquido Precioso.

Há 53 famílias em Muquém, porém só há 15 banheiros. No projeto com a CAGECE está prevista a instalação de banheiros para todas as famílias da comunidade.

Perguntando sobre o que mudou na comunidade, destacaram a mudança na organização da comunidade. Para Dona Terezinha, as várias opiniões sobre determinado modo de solucionar um problema ajudam muito para o surgimento de sua solução. Também as reuniões da Associação ajudam no melhor conhecimento da comunidade.

Para Edmilson, com as pessoas da comunidade sempre se reunindo, cada um se sente menos sozinho. Antes, ninguém falava com ninguém.

Quando saem membros da associação para reuniões fora do município de Acopiara, as pessoas da comunidade esperam muito por novidades, assim gostam

muito quando há cursos e reuniões fora da comunidade e precisam enviar alguns membros para participar.

Para Terezinha mudou para melhor. Ela destaca um treinamento de criação de galinhas caipiras e o acompanhamento do técnico agrícola do Projeto Segurança Alimentar que vem ajudando nesta mudança. Segundo ela, todos estão "confortados", ou seja, seguros do que estão fazendo. Atualmente estão desenvolvendo um projeto de apicultura.

Receberam algumas cisternas pelo Projeto Segurança Alimentar que para Terezinha "foi uma graça". Após chegarem as cisternas, todas as famílias passaram a querer. Ela diz que no último inverno as chuvas foram fracas, se não fosse as cisternas, hoje eles não teriam água suficiente para beber.

Muquém II tem uma Casa de Farinha, explicam que ela surgiu quando as 14 famílias que se reuniam para o dia do Senhor tiveram a idéia de um aviamento no local. Sem condições financeiras para tal, o grupo juntou o dinheiro para comprar as telhas, construir a casa e fazer a prensa. Um morador de outra comunidade doou a madeira. 1983 foi o 1º ano de farinhada.

O responsável pelo primeiro plantio de mandioca foi o pai de Edmilson. Atualmente a casa de farinha não está funcionando, foi cedida a uma família para esta morar enquanto sua casa estiver sendo construída.

Foi a partir desse primeiro esforço coletivo, sem apoio de nenhuma entidade externa (houve somente uma pequena participação da EMATERCE) que o padre resolveu apoiá-los com outros projetos.

Grande parte das famílias da comunidade é rendeira, assim as terras que foram destinadas ao plantio de mandioca durante dois anos não poderiam mais ser usadas para tal e se tornaram pasto para o gado.

Como o gado rende mais que a farinha de mandioca, o proprietário não quis utilizá-la para esse plantio. Devido ao baixo valor comercial da farinha, tanto os rendeiros quanto o proprietário não se interessaram mais pela atividade.

Apesar disso, a comunidade deseja retomar a produção de farinha de mandioca, sendo assunto para as próximas reuniões. Também está na pauta a necessidade da comunidade comercializar diversos produtos com outras CEBs, em especial, com aquelas interessadas em criação de galinha caipira.

Alguns moradores de Muquém que receberam cisterna em suas casas deram alguns depoimentos.

Dona Francisca Maria da Purificação, conhecida como Dona Mocinha, 59 anos de idade que vive com o marido em sua casa curiosamente chama a cisterna de "Potinho d'água" e Sr. Joaquim, 77 anos que mora em casa própria e possui também uma cisterna acha prudente esperar ela encher para daí utilizá-la na época da seca.

É no quintal de Dona Mocinha que foi construído o galinheiro para a experiência com criação de galinha caipira, cuja capacitação teve início em março de 2003 e durou 3 dias (veja foto anexos).

As cisternas de placas são necessárias porque os moradores de Muquém bebem a água do Açude da Libertina (tem esse nome porque Dona Libertina é a proprietária) que oferece uma água de má qualidade - muito barrenta.

• Vila Nova

Foi entrevistada a Sra. Antônia Duarte do Nascimento, conhecida no local como Dona Santa. Este apelido ela carrega desde criança porque era muito quieta. Com 64 anos de idade, vive ela, o marido e dois de seus filhos em casa própria de alvenaria, os demais (11) vivem em São Paulo. É animadora da CEB de Vila Nova, agente de saúde e coordenadora geral da Associação (Veja sua foto em Anexos).

Dona Santa conta como surgiu a Comunidade Eclesial de Base no local.

Em 1979, quando Dona Santa chegou em Acopiara a CEB Vila Nova não era ainda organizada como tal. Na realidade era conhecida como COABE por ser uma zona de prostituição. Diz que a formação da CEB começou quando uma religiosa católica chegou ao local e iniciou um trabalho de saúde.

Em 1980 foi realizado o primeiro curso de agente de saúde em Acopiara no qual participaram Dona Santa e cerca de 40 pessoas e no ano seguinte construído um posto de saúde.

Após 6 anos de acompanhamento a gestantes, recém-nascidos e pessoas idosas, os agentes de saúde que trabalhavam voluntariamente, foram então chamadas a serem funcionárias do governo do estado do Ceará, recebendo 1 salário mínimo por mês. Foi nesta época que a taxa de mortalidade infantil da comunidade havia sido zerada.

Em 1989, após nove anos com o trabalho de saúde, é fundada a Associação de Moradores de Vila Nova. Suas atividades sociais são em torno da Farmácia Viva e as atividades Eclesiais são: Dia do Senhor, Escola Bíblica, Crisma e 1º Eucaristia.

Na comunidade vivem 295 famílias. Na Associação existem 65 associados, porém nem todos participam das atividades de Igreja²⁹. Para Dona Santa o número de associados é até demais porque segundo ela "dá uma bagunça danada". Ela conta que as pessoas começaram a se interessar pela associação quando perceberam que todo auxílio seja do governo ou da Igreja vinha por meio da associação.

Dona Santa já foi presidente da Associação mais de uma vez, porém segundo ela mesma, quando ela se afastava da presidência a associação não realizava nada. Assim, os associados fizeram um cargo permanente para ela, o cargo de Coordenadora Geral. Ela diz que só Deus sabe até quando ela se responsabiliza.

Além da Farmácia Viva, a CEB teve como realizações o Prédio da Associação e o Saneamento básico na região. Dona Santa conta um pouco como foi a realização de cada um deles.

Farmácia Viva: Após três cursos de medicina popular promovidos pela Paróquia, Dona Santa decidiu junto com os associados da Associação de Vila Nova realizar o projeto de farmácia viva que consiste na fabricação e venda de remédios caseiros.

Para iniciar o trabalho, houve a necessidade de contrair um empréstimo de R\$ 360,00 no Banco do Nordeste. Como muitos não queriam assumir a dívida, Dona Santa fez o empréstimo em seu nome. O empréstimo foi pago durante um ano. A farmácia funciona na casa de Dona Santa e as ervas medicinais são plantadas no quintal da associação. Além dos remédios, a associação também vende a multimistura desenvolvida pela Pastoral da Criança.

²⁹ Sobre a participação de não-católicos na associação ou nos projetos implementados pela paróquia, Padre Crisares diz que no aspecto social da CEB, que abrange a Associação e seus projetos, inclusive o Projeto de Segurança Alimentar, todos, não importando sua religião, são convidados a participar. Admite que quase todos os participantes são católicos mas há também protestantes nas associações - na Associação de Extrema seu presidente é protestante. São muito poucos os protestantes que se interessam em participar dos projetos, isto se deve segundo Padre Crisares ao tipo de interpretação que eles fazem do evangelho. Tentou-se no passado fazer um trabalho social com igrejas evangélicas junto aos jovens, porém, não foi à frente devido à necessidade destas igrejas afirmarem sua identidade.

Dona Santa diz que o que mais mudou na comunidade com a Farmácia Viva foi a mudança na consciência das pessoas sobre o que acontece na comunidade e sua organização já que as atividades da Farmácia Viva são divulgadas na rádio local.

Prédio da Associação: Através de mutirão e arrecadação de dinheiro com rifas e leilões conseguiram levantar o prédio da associação. Porém só puderam realizar seu acabamento com a ajuda do Padre Crisares que em 1996 elaborou um projeto para uma entidade da Alemanha. O Prédio se chama Centro Sócio Pastoral.

Saneamento Básico: A associação possui 11 pessoas na diretoria e tudo é decidido em assembléia através de votação. Em uma dessas assembléias a comunidade decidiu que a associação deveria lutar por saneamento básico na comunidade. Houve uma articulação entre a associação e o governo que solicitou então um levantamento do número de banheiros necessários para todas as famílias da comunidade, inclusive para aquelas famílias que ocupam um terreno que pertence à rede ferroviária estadual. Infelizmente, por não terem título de propriedade, estas não tiveram direito a ter os banheiros.

Segundo Dona Santa a situação destas famílias é muito precária. Elas sobrevivem de programas assistenciais do governo e “bicos” como lavadeira, verdureira, faxineira, agricultor, servente de pedreiro, sanfoneiro, etc. Diz até que muitos vivem de esmola.

Sobre projetos futuros, a Associação pensa em montar uma tecelagem para ajudar as pessoas que moram no terreno da rede ferroviária, mas admite que o projeto não vai à frente porque a Prefeitura nem a Igreja se interessam. Ela lamenta que a Igreja só se interessa pelos projetos voltados para a área rural.

4.5 - Discussão

O objetivo da avaliação é saber se os projetos sociais desenvolvidos pelas CEBs contribuíram para seu desenvolvimento integral. Para isso devemos recordar o que a DSI entende por desenvolvimento integral.

O ser humano não pode ser reduzido a seu aspecto material, ou seja, de que é um ser que traz em si somente necessidades vitais como comer, beber e dormir. Na realidade ele é um ser que tem necessidades que transcendem aquelas que todo ser vivo tem ao nascer.

Para a DSI as necessidades exclusivamente humanas são todas derivadas de uma primeira: a necessidade de ser livre. A liberdade para a DSI não é uma liberdade irrestrita, como se fosse um estado em que o indivíduo pudesse realizar todas as suas vontades. Na realidade, é um estado em que o indivíduo se compromete com a verdade.

A verdade nem sempre traz o porquê, mas traz o para quê de tudo que há, por isso o ser humano necessita dela para ser livre. Sendo um ser dotado de razão, ele precisa da verdade para colocar um sentido a tudo que faz.

A DSI chega a traduzir a verdade como uma hierarquia de valores porque toda decisão, todo agir autenticamente humano é referido ao que este ente pensa ser o mais importante do que tudo, ou seja, qual é o sentido de sua existência.

A verdade no catolicismo é Jesus Cristo, por ser ele a revelação do sentido de todas as coisas - Deus. Sendo tanto humano quanto divino, a sua vida torna-se para o católico o modo mais simples de descobrir a verdade, por isso, aqueles que crêem que Jesus Cristo é Deus feito homem desejam ser um outro cristo, agindo como ele agiu, amando como ele amou, sofrendo como ele sofreu, enfim, seguindo os valores que o Cristo revelou durante sua passagem pela terra.

A DSI traz o jeito católico de viver esses valores em sociedades cujas bases não são mais construídas a partir de crenças religiosas, mas de racionalidades que prescindem de Deus.

Como o respeito à liberdade ocupa o topo da hierarquia de valores cristãos segundo a DSI, o católico que realmente quer seguir a Cristo deve ficar atento à questão social, ou seja, ao número de pessoas que não conseguem pelo seu trabalho conseguir os bens materiais necessários ao desenvolvimento integral de sua personalidade.

Claro que para o católico o único meio de desenvolver toda sua personalidade é vivendo como Cristo, ou seja, vivendo os valores que ele revelou. O que a DSI alerta é que esta possibilidade de viver como Cristo só é factível se todo ser humano tiver as condições materiais mínimas que o faz ser livre para buscar a verdade.

O direito de ser ter um salário justo ou condições de trabalho que garanta o usufruto dos bens que se consomem com o tempo e aqueles que permanecem é

segundo a DSI a condição material mínima que permite a todo homem e mulher aperfeiçoar livremente seu corpo e seu espírito e assim traçar seu próprio caminho em direção a verdade.

A DSI recomenda às pessoas com condições precárias de trabalho, normalmente identificadas como pobres que lutem por melhores condições de vida através de formas associativas, pois o fenômeno da socialização torna muda qualquer voz isolada.

A CEB é uma forma associativa que visa os aperfeiçoamentos material, moral e religioso de seus membros. Para que todos os seus membros desenvolvam integralmente sua personalidade através da CEB, a DSI diz que todos devem ter participação ativa, ou seja, devem ser tratados como pessoas, o que significa ter a liberdade de contribuir no planejamento das ações com opiniões e sugestões que refletem a verdade que conhece.

Portanto, para a DSI, qualquer forma associativa é uma comunidade autêntica quando os seus membros compartilham valores comuns. Tratando-se de um grupo religioso, seus membros devem compartilhar a mesma crença religiosa.

O CERIS é uma organização que pertence ao espaço católico, portanto age de acordo com os valores do catolicismo. Sendo assim, deve seguir os princípios da DSI quando se trata de pessoas com condições precárias de trabalho que os leva a um estado de injusta pobreza.

As pessoas em estado de injusta pobreza são identificadas por suas situações de renda e bem-estar que as colocam abaixo da linha de pobreza do país.

As CEBs de Acopiara por serem constituídas de agricultores pobres que possuem um nível de bem-estar abaixo dos pobres das zonas urbanas brasileiras fez o CERIS identificá-los como um dos grupos que se encontravam em estado de pobreza absoluta. Sendo coerente com a DSI, o CERIS quis apoiá-los financeiramente no intuito de fortalecer sua forma associativa para que eles mesmos consigam as condições materiais mínimas necessárias a seu aperfeiçoamento integral.

O objetivo do FAM é fortalecer os laços de solidariedade e organização coletiva de grupos em situação sócio-econômica adversa, portanto, o CERIS acredita que os projetos encaminhados pelas CEBs de Acopiara seja um modo de aumentar os

laços solidários entre seus participantes e entre eles e os não participantes, sejam eles da mesma comunidade ou não.

Sua estratégia era aprovar somente os projetos em que suas gestão e operação fossem comunitárias, ou seja, que exigissem a participação de cada membro nas decisões pertinentes à atividade como também de sua operação.

Podemos dizer que o objetivo do FAM-CERIS era o fortalecimento da própria CEB como forma associativa de caráter comunitário, pois de acordo com a DSI, esta é a melhor forma dos agricultores e suas famílias desenvolver livremente seu corpo e seu espírito.

Surge então a seguinte indagação: Será que esses agricultores organizados como CEB ao realizarem projetos cuja gestão e operação fossem comunitários realmente identificavam a vida comunitária como um valor?

O viver comunitariamente reflete a solidariedade que há entre as pessoas do lugar.

Sendo a solidariedade entendida como a “condição concreta de duas ou mais pessoas, das quais cada uma só se realiza precisamente à medida que empenha o seu ser e haver na promoção do outro ou dos outros” (ÁVILA, 1991, p. 411), o autêntico viver comunitário nada mais é do que um conjunto de práticas solidárias realizadas por quem possui uma verdade que o faz não tratar seus bens como particulares, mas como comuns para dar parte destes bens aos outros nas suas necessidades.

Especificamente, para saber se as iniciativas comunitárias das CEBs de Acopiara realmente contribuíram para o desenvolvimento integral das próprias comunidades segundo a DSI o que se deve avaliar primeiramente é o próprio caráter comunitário dos projetos, ou seja, se este caráter faz parte da verdade compartilhada entre seus participantes, não sendo portanto, fruto de uma vontade externa, mas de sua livre vontade.

A descrição dos projetos sociais apoiados pelo FAM-CERIS no período de 1985 a 1996 possibilita esta avaliação se seguirmos dois critérios:

1) Se antes da realização dos projetos, já existiam práticas solidárias como a partilha dos bens ou trabalho em mutirão nas plantações, construção de açudes, etc

significando que o caráter comunitário dos projetos era coerente com o cotidiano dessas CEBs;

2) A própria metodologia do FAM-CERIS para aprovar os projetos, se foi calcada no diálogo, ou seja, partiu de objetivos comuns entre CEBs e CERIS.

Seguindo o primeiro critério, podemos concluir que os projetos de silos comunitários das CEBs José de Barro, Bom Jardim e Morro e o projeto de forrageira comunitária da CEB Pé da Ladeira partiram de sua livre vontade.

Nos respectivos projetos, todas as CEBs deixaram algumas pistas de que já tinham práticas comunitárias: A CEB José de Barro declarava ser comum a partilha dos bens que elas não produziam; a CEB Bom Jardim informava que o plantio era feito em regime de mutirão; a CEB Morro de que além de plantar comunitariamente, dividia a produção igualmente e a CEB Pé da Ladeira ao dizer que o pasto era comunitário.

Para os demais projetos, usaremos os dois critérios.

Nos primeiros projetos (os miniprojetos de silos comunitários das CEBs Vila Martins, Jurema, Muquém e Santa Cruz), o FAM-CERIS dizia claramente que não queria resolver um problema imediato, mas estimular a organização comunitária para que elas mesmas atendam suas necessidades, por isso sugeriu que as cinco comunidades se reunissem para transformar essa demanda por silos em um trabalho intercomunitário.

A estrutura original dos projetos implicava o uso particular dos silos. Isto revelava pouca solidariedade no interior de cada comunidade.

Podemos afirmar que o uso comunitário dos silos partiu de uma decisão livre das CEBs porque este uso não foi sugerido pelo FAM-CERIS. Este apenas mostrou quais eram seus reais objetivos com o FAM e por isso não poderia aprovar projetos que não atendessem a todas as famílias de uma mesma comunidade.

A atitude do FAM-CERIS de não dizer em primeira mão que só iriam aprovar os projetos se os silos fossem comunitários, mas sugerir que as mesmas se reunissem para um trabalho comunitário e estas terem aceitado sua sugestão revela que o CERIS e as comunidades desde o princípio tiveram uma relação dialogal.

O diálogo é “a capacidade de questionar as próprias convicções e de admitir que elas sejam questionadas pelos outros” (AVILA, 1991, p.156).

Podemos perceber na descrição dos projetos apoiados pelo FAM, que tanto o CERIS quanto as comunidades freqüentemente tiveram que mudar suas convicções com relação aos projetos. Só para citar um exemplo, temos o projeto de sistema de irrigação da CEB Caixa d'Água, esta teve seu projeto aprovado mesmo não podendo substituir o motor-bomba a diesel por um elétrico a pedido do FAM-CERIS.

Destacamos também o miniprojeto 024/1992 da CEB Sitio Jordão no qual o FAM-CERIS persiste no diálogo mesmo com a CEB não propondo o uso coletivo da terra.

Com exceção dos primeiros projetos de silos, os demais já nasciam comunitários. Para saber se este caráter era intrínseco a mesma, o FAM-CERIS só aprovava os projetos que tivessem a descrição de alguma iniciativa comunitária realizada anteriormente ou conquistas como grupos escolares e energia elétrica.

Este critério seguido pelo FAM-CERIS faz com que acreditemos que as CEBs com projetos de sistema de irrigação ou máquinas beneficiadoras da produção agrícola apoiados pelo FAM já viviam a vida comunitária e portanto a tinham como valor.

Na descrição, podemos perceber que algumas CEBs eram bastante explícitas sobre o objetivo dos projetos, ou seja, de que era para fortalecer a organização comunitária.

Se nós podemos dizer que o caráter comunitário dos projetos surgiu da livre vontade das CEBs, resta saber se aqueles com caráter intercomunitário também tiveram esse caráter por sua livre escolha.

Se os projetos não nasciam intercomunitários, o FAM-CERIS exigia que as comunidades lançassem uma proposta de Transferência Solidária.

Em todos os projetos a TS era fruto de uma decisão tomada em conjunto pela CEB que encaminhou o projeto e aquela (ou aquelas) à qual se destinava a TS, portanto, o FAM-CERIS deixava as próprias comunidades resolverem que tipo de repasses elas desejariam e poderiam realizar.

Muitas vezes o FAM-CERIS exigia uma melhora da TS, porém respeitava a forma de TS que as CEBs escolhiam. Como exemplo temos a TS dos projetos de horta comunitária das CEBs Amparo e Floresta, em vez de ser repasses de hortaliças

para comunidades vizinhas, seria repasses para os encontros do Centro Pastoral Paroquial e visitas programadas às suas hortas por comunidades interessadas.

Destaca-se também a TS do projeto de Forrageira Comunitária da CEB Pé da Ladeira, que teve a forma de visitas programadas às CEBs vizinhas para estimular sua organização e conscientização.

O FAM-CERIS não escondia seu desejo de que o valor do que era repassado na forma de sacos de milho, arroz ou feijão fosse igual ao custo financeiro do projeto. Isto não foi viável pelo menos nos casos em que foi possível seu cálculo.

O interessante é que em alguns casos os projetos tornaram-se intercomunitários quando as comunidades discutiam como seria a TS. Foi o que aconteceu com o projeto de silos comunitários da CEB Moreiras de Baixo e o projeto de Casa de Farinha Intercomunitária da CEB Botelha.

Não podemos deixar de destacar a atitude da CEB Jurema que não se incomodou em compartilhar com outras comunidades a debulhadeira de milho que esta conseguiu com recursos próprios.

Como as comunidades tinham o mesmo perfil: todas constituídas em sua maioria por agricultores que produzem para a subsistência e organizados em comunidades eclesiais de base podemos concluir que em todas o viver comunitário já fazia parte do seu cotidiano, portanto, o tinha como valor constitutivo da verdade compartilhada, ou seja, de sua fé.

Como a DSI diz que a forma associativa com caráter comunitário é o melhor meio para os agricultores buscarem sua prosperidade material e espiritual, veremos agora quais foram os benefícios dos projetos para estas comunidades, aqueles realizados com o apoio do FAM-CERIS, das demais organizações católicas (CORDAID, Cáritas, etc) ou do governo.

Primeiramente, podemos utilizar os critérios de avaliação dos projetos trienais firmados entre CORDAID e a Paróquia para saber se os projetos realizados pelas CEBs participantes puderam tirar as famílias da pobreza absoluta.

É a condição de resistir às secas periódicas sem criar problemas de subsistência que torna as comunidades de agricultores pobres autônomas com relação ao governo.

Era fundamental para a ACA que ao final dos dois Projetos Trienais de Assessoria às Comunidades que todas elas pudessem com os projetos realizados no período de assessoria não sofrer mais o risco de não ter o que comer durante os períodos de seca.

Este critério adotado pela ACA para identificar as comunidades autônomas e não autônomas com relação aos poderes públicos é coerente com a DSI quando diz que a autonomia das sociedades menores com relação ao Estado acontece quando este último atua de forma supletiva e não substitutiva de modo que ambos considerem-se subordinados ao Bem-Comum.

Portanto, pelos resultados apresentados pelos dois primeiros Projetos Trienais podemos dizer que os projetos comunitários, especialmente, os de silos contribuíram para sua autonomia em relação aos poderes públicos no sentido de dar-lhes a segurança alimentar que as tornam independentes das políticas assistencialistas (distribuição de cestas básicas e frentes de emergência) para sobreviver.

No Sertão nordestino a dependência de políticas assistencialistas nos períodos de seca tornam os agricultores pobres vulneráveis ao clientelismo.

A descrição do 2º Projeto Trienal de assessoria às comunidades nos permite concluir que as CEBs assim que superam seus problemas de subsistência passam a focar projetos que viabilizam a incorporação de gêneros alimentícios de origem animal em sua dieta e projetos que possam gerar mais renda.

Parece que essas comunidades desejam aumentar seu padrão de consumo e bem-estar a ponto de torná-lo equivalente ao da maioria dos trabalhadores das grandes metrópoles brasileiras.

Daí surge a seguinte questão: Se para o desenvolvimento integral dessas comunidades, elas têm que possuir um padrão de consumo e bem-estar equivalente ao da maioria dos trabalhadores das grandes metrópoles do país, em que os projetos comunitários ainda podem ser úteis?

Para conhecer a real importância dos projetos sociais de caráter comunitário para o desenvolvimento integral das comunidades utilizaremos os quadros síntese das respostas das CEBs consideradas autônomas e não autônomas à pesquisa de campo realizada entre os meses de maio e junho de 2003.

Iremos comparar de acordo com o perfil social das CEBs o que as CEBs autônomas detectaram como mudanças significativas dos projetos e o que as CEBs tanto autônomas quanto não autônomas esperam com eles. Assim, verificaremos o que as CEBs realmente poderão realizar através de projetos comunitários.

Começamos nossa análise pelo quadro I observando quais projetos foram considerados mais significativos para comunidades constituídas em sua maioria de proprietários de terra.

Verificamos que o projeto mais significativo em todas as CEBs foram os silos por serem decisivos na eliminação da fome.

Nota-se que somente a CEB Extrema colocou como mudança significativa proporcionada pelos projetos o aumento da socialização. Este aumento da socialização é percebido pela CEB em questão pelo aumento do número de pessoas da comunidade que participam das reuniões da Associação Comunitária.

Ao participarem das reuniões da associação, as pessoas demonstram estarem interessadas no que está acontecendo com o outro, portanto, demonstram estarem disponíveis para um trabalho coletivo (projeto) que possa melhorar a vida de todos.

Lembremos que o FAM-CERIS quis aumentar a organização comunitária destas CEBs através dos projetos comunitários por acreditar que os mesmos aumentam a solidariedade, portanto, a socialização. O que se vê concretamente nestas três CEBs autônomas é que se houve um aumento significativo da organização comunitária através de projetos sociais, isto só foi detectado em Extrema.

Nas CEBs Bom Jardim e Tanque os projetos não proporcionaram um aumento significativo da socialização, haja vista, os problemas de organização que elas apresentam no seu interior.

Em Bom Jardim mesmo tendo um bom número de associados na Associação, estes não possuem uma participação efetiva na elaboração dos projetos, o que gera seu afastamento na sua gestão e conseqüente descontinuidade dos projetos.

Quadro I: Síntese das Respostas das CEBs Autônomas à Pesquisa de Campo Realizada entre os dias 29/05 e 09/06 de 2003.

CEBS Características	Bom Jardim	Extrema	Tanque	Varjota	Moreiras de Baixo
Perfil social	90% proprietários e 10% rendeiros	Proprietários	Proprietários	Rendeiros, pagam renda de ¼ a 1/7	Rendeiros (pagam de 1/8 a 1/12 de renda) e operários.
Nível de Participação na CEB ou Associação	95% das famílias participam.	Das 30 famílias, 20 participam.	Somente 6 famílias vivem na comunidade.	Das 94 famílias, 40 participavam da antiga Associação	O líder não reclamou de falta de participação.
Projetos mais significativos	Silos	Silos e Açude Intercomuni-tário	Cisternas, silos e apicultura (o preço de mercado é muito bom).	Construção da Vila com recursos da Cáritas, silos e piladeira.	Piladeira de Arroz.
Quais mudanças significativas os projetos provocaram	Diminuiu drasticamente a fome	Aumentaram a crença na realização dos projetos e a socialização. Não há mais gente passando fome.	Alimentação e qualidade da água para beber. Para outro entrevistado a mudança para o Tanque não trouxe nenhuma mudança significativa.	A formação da comunidade.	Queda na renda da terra paga pelos rendeiros.
Dificuldades na realização dos projetos	Envolver os membros na gestão dos projetos.	Pagar pelos empréstimos, exige muito trabalho.	Pagar as dívidas.	A divisão política retarda a realização de projetos governamentais.	Não foi mencionada nenhuma dificuldade.
Principais dificuldades da Comunidade	A falta de novas lideranças.	Ainda tem muitos que não dão valor a Associação Comunitária.	Pouca e má qualidade da água.	Distância entre a vila e as plantações andam em torno de 6 km até as plantações.	Baixa renda, muitos tem dificuldade de pagar aluguel, luz e água.
Visão que se tem das organizações que apoiaram o projeto (governo, Igreja, STR, COAPRA)	Consideram a Igreja a grande responsável pela melhoria da qualidade de vida.	Acham que a Igreja é a organização mais responsável.	Há muita desconfiança do Governo.	A Igreja que apóia os melhores projetos.	A Igreja é a melhor fonte de recursos porque não se cobra tanto e também a relação é mais pessoal, menos burocrática.
Projetos Futuros	Casa de Farinha	Água encanada e sistema de irrigação para comercializar a produção	Nenhum	Calçamento da vila	Habitação popular Reforma do Centro Pastoral Construção de área de lazer para as crianças.

Como nas atividades de Igreja é a família das lideranças entrevistadas que assume sua organização verificamos que o que enfraquece a Comunidade é a centralização de atividades nas mãos de um ou dois líderes apenas.

A solução nestes casos é a liderança deixar de assumir certas atividades deixando-as a cargo de outros membros mesmo que haja um risco de paralisação das atividades. Demontie, mesmo sem querer já está fazendo isso deixando a presidência da Associação.

Na CEB Tanque o que enfraquece sua organização é o modo com que a comunidade surgiu.

Sendo fruto de um projeto de reforma agrária, a comunidade do Tanque depende dos poderes públicos para continuar existindo já que seus moradores não possuem a propriedade da terra, mas um contrato de compra.

Como seus moradores aceitaram fazer parte do Programa de Reforma Agrária Solidária pela Associação Comunitária de Santo Antonio e a princípio não era exigência do programa a formação de uma nova associação, a exigência do governo de se formar uma nova associação para fazer valer o acordo de diminuição da dívida soou para alguns a mais uma traição do governo.

Provavelmente o verdadeiro motivo para uma parte dos moradores do Tanque não querer formar uma nova associação não seja o temor de que a dívida não seja passada para a nova associação, mas o desejo destas famílias de não desfazer os laços que as fazem pertencer às comunidades de origem.

Para CEB Tanque podemos dizer que o projeto de reforma agrária ao contrário do que se poderia pensar não aumentou a socialização, mas a diminuiu a ponto de quebrar a organização intercomunitária que existia em torno da Associação de Santo Antonio. Como a dívida é algo real e não há dúvidas de que o governo a cobrará, uma nova organização comunitária está sendo formada com a introdução de novas famílias.

Para as comunidades autônomas constituídas de pequenos proprietários de terra, o único projeto considerado por todas significativo foi o de silos comunitários porque resolveu o maior problema das comunidades que era a fome.

Se no primeiro momento os projetos aumentam o número de associados nas associações comunitárias isto não significa necessariamente um aumento da

solidariedade a um nível que suporte a organização comunitária necessária para projetos de maior complexidade.

Aliás, para a realização de seu projeto de açude intercomunitário, a CEB Extrema não esconde a importância do padre Crisares para a realização das reuniões em torno do projeto, o que sinaliza uma certa dependência das comunidades mesmo as mais organizadas em termos de projetos realizados à boa vontade de seu pastor para alcançarem um nível de bem-estar que esteja acima à linha de pobreza.

Examinando as CEBs autônomas em que a maioria das suas famílias são constituídas de agricultores sem terra, a piladeira de arroz comunitária é o único projeto considerado por ambas o mais significativo.

Examinando os principais benefícios dos projetos e as principais dificuldades das CEBs verificamos que Varjota comparada a Moreiras de Baixo não conseguiu com os projetos até agora realizados se firmar como comunidade organizada.

Os moradores de Varjota reconhecem a importância da construção da Vila para a existência da própria comunidade, porém nem a vila e nem os projetos foram suficientes para emergir a solidariedade necessária para legalizar sua associação e angariar projetos governamentais que atendam melhor seus interesses.

Para a realização de projetos junto ao governo estadual, é necessária a associação legalmente constituída. Vimos que a divisão política em Varjota foi provocada pela divergência de opiniões sobre qual programa de saneamento básico seria melhor para a comunidade: o do Projeto São José ou do Projeto Alvorada³⁰. Enquanto que no primeiro são as associações representativas dos agricultores as responsáveis por todas as fases do projeto (elaboração, licitação, fiscalização e prestação de conta), no segundo, quem se responsabiliza são as prefeituras. Logo aqueles que preferiam o programa do Projeto Alvorada não tinham tanto interesse em formar uma Associação do que aqueles que preferiam o do Projeto São José.

Como a instalação do saneamento básico tem o risco de não atender a expectativa da Comunidade de colocar dessalinizadores, pode ser que agora a

³⁰ O Projeto Alvorada faz parte do Plano Plurianual Avança Brasil (2000-2003) do 2º governo de Fernando Henrique Cardoso, que pretendia diminuir a desigualdade regional através de vários programas nas áreas de educação, saúde e renda. Um desses programas é o de saneamento básico que objetivava diminuir a mortalidade infantil em estados que tinham o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 1999 abaixo da mediana do país.

comunidade forme definitivamente sua associação e demonstre mais força política para concretizar programas de infra-estrutura de acordo com seus interesses.

Quadro II: Síntese das Respostas das CEBs Não Autônomas e da CEB Urbana Vila Nova à Pesquisa de Campo Realizada entre os dias 29/05 e 09/06 de 2003.

CEBS Características	Caixa d'Água	Muquém II	Vila Nova (CEB Urbana)
Perfil social	Agricultores sem terra	Agricultores sem terra	Agricultores, trabalhadores informais e desempregados.
Nível de Participação na CEB ou Associação	O número de pessoas que participam do Dia do Senhor vem caindo.	Há 53 famílias na comunidade e 63 associados.	A líder diz que há muita participação na Associação.
Projetos mais significativos	Nenhum	Cisternas	Farmácia Viva
Quais mudanças significativas os projetos provocaram	Nenhum	Melhorou a organização, o auto-conhecimento da comunidade, a socialização e o conhecimento técnico.	Melhorou a organização da comunidade e a consciência das pessoas sobre o que acontece na comunidade.
Dificuldades na realização dos projetos	Estabelecer acordos de arrendamento da terra com prazo e valor da renda condizente com os interesses da CEB	O baixo preço da farinha e a çude pequeno.	Dividir o risco dos projetos.
Principais dificuldades da Comunidade	Má qualidade da água e sua condição de sem terra.	Falta de água e de saneamento básico.	Desemprego e ausência de saneamento básico e moradia de alvenaria para os moradores que ocupam o terreno ao redor da linha férrea.
Visão que se tem das organizações que apoiaram os projetos (governo, Igreja, STR, COAPRA)	Confiam mais na Igreja que no governo.	O STR não tem credibilidade.	A Igreja é desinteressada no apoio a iniciativas na área urbana, só se interessa na área rural.
Projetos Futuros	Projeto Segurança Alimentar (apicultura, criação de galinhas e cisternas)	Saneamento básico com a CAGECE e comercialização da farinha com outras CEBs.	Tecelagem.

Quanto a CEB Moreiras de Baixo o que podemos dizer é que os projetos realizados puderam melhorar sua organização comunitária a ponto de fazer cair a renda da terra paga pelos agricultores. Podemos ver pelo Quadro II que a queda da renda da terra é algo esperado pela CEB Caixa d'Água.

Os projetos de apicultura e galinha caipira poderão tornar os trabalhadores sem terra de Caixa d'Água mais independentes do trabalho nas roças e quem sabe dar-lhes mais poder de barganha na hora de negociar a renda. Em 2003 os proprietários de terra pareciam estar mais dispostos a arrendar a terra por uma renda menor.

A CEB Muquém II espera com os projetos comunitários ter uma água de melhor qualidade para beber. Isto, até a CEB Tanque ainda espera conseguir com as cisternas de placas doadas pela Cáritas.

Se compararmos os projetos futuros das CEBs rurais independentemente se são constituídas de miniproprietários de terra ou rendeiros, autônomas ou não, com os projetos futuros das CEBs urbanas Moreiras de Baixo e Vila Nova perceberemos que as CEBs rurais diferem quanto a suas necessidades prioritárias.

Enquanto as CEBs rurais demandam uma infra-estrutura hídrica que lhe garanta uma água de boa qualidade e também uma maior união entre os agricultores em torno dos projetos sociais que a CEB ou Associação realizam ou planejam realizar, as CEBs urbanas têm como maiores necessidades habitação popular e emprego.

Percebemos então que essas comunidades desejam com os projetos comunitários angariar um desenvolvimento sócio-econômico que os coloque num nível de bem-estar equiparável aos trabalhadores das classes médias urbanas.

Como as CEBs Urbanas não demonstram necessitar de uma maior união entre seus moradores para realizar seus projetos, podemos concluir que elas comparadas às CEBs rurais angariaram um nível de organização mais consistente, no entanto, elas não encontram parceiros institucionais que possam apoiá-las financeiramente em seus projetos de habitação e geração de renda.

Notamos que para todas as CEBs o melhor parceiro institucional para a concretização dos projetos seria a Igreja por ser menos burocrática e menos exigente que o governo.

As comunidades entendem Igreja como o conjunto de obras eclesiais que financiaram projetos de pequeno e médio porte (CERIS, CORDAID, Cáritas, Manos Unidas) e a paróquia (religiosas e técnico agrícola da Equipe de Assessoria às Comunidades e o Padre).

Esta opinião das CEBs em relação à Igreja se deve à sua relação com ela ser mais pessoal, ou seja, ser calcada na confiança estabelecida entre as lideranças das comunidades e aquele que para elas é o representante maior da Igreja - o pároco.

A preferência pelos projetos da Igreja não se explica por seu caráter gratuito (fundo perdido) e simplificado (tanto governo como entidades católicas arcavam com os custos de material e salários dos técnicos contratados e exigiam prestação de contas e projeto elaborado por técnicos competentes). Na realidade, esta preferência se deve à Igreja ser considerada por essas comunidades mais transparente do que o governo em relação ao que ela poderá verdadeiramente contribuir para a realização dos projetos.

De acordo com a linha pastoral da Paróquia, as comunidades possuem a consciência de que a Igreja têm tanta obrigação quanto o governo de apoiá-las nas iniciativas que visam o bem comum, portanto, o que faz elas preferirem realizar essas iniciativas com a Igreja em detrimento do governo é a falta de transparência -, podemos dizer - de sinceridade na relação entre comunidades e poderes públicos.

Sendo a relação entre Igreja e comunidades mais pessoal, o pároco tem condições de expor claramente as dificuldades e possibilidades para a realização de determinado projeto através desta ou daquela entidade católica.

O pároco está sempre disponível, portanto, as comunidades podem cobrar a qualquer momento qualquer promessa não cumprida, já os representantes da esfera governamental são de difícil acesso, como exemplo, temos o depoimento de Demontie sobre a instalação da Energia Elétrica em sua comunidade pelo projeto São José no qual várias viagens a Fortaleza foram necessárias.

Geralmente as promessas do governo são mal cumpridas pelo fato dos recursos governamentais serem limitados sendo impossível atender a todos, causando inevitavelmente certa decepção.

Conversando com o pároco sobre esta desconfiança que as comunidades têm em relação ao governo ele diz que muitas das vezes esta má impressão se deve também à desorganização das comunidades. Ele cita o exemplo de oito comunidades que não puderam realizar seus projetos de dessalinização por não terem feito a declaração de renda dos últimos dois anos nem a Relação Anual de Informações Sociais, a RAIS negativa, exigidos pelo Banco do Brasil. Como as associações não

pagam imposto nem possuem funcionários não houve preocupação em elaborar esses documentos.

Não podemos deixar de notar o desamparo da CEB urbana Vila Nova. Apesar de bem organizada ela não consegue um parceiro que a auxilie para a solução do desemprego e precariedade das condições de moradia das famílias que ocupam o terreno ao lado da linha férrea da cidade.

Como nas grandes capitais, há uma ocupação desordenada do espaço público por pessoas que não encontram lugar no campo nem na cidade. O que fazer? A associação pensara numa tecelagem, mas não encontra apoio no governo nem na Igreja, no fundo, ela se sente perdida.

O máximo que ela poderá conseguir é um projeto de habitação popular para as pessoas, porém, qual banco financiaria? Como no caso de Varjota talvez precise de uma grande tragédia para que alguma organização do exterior ou o próprio governo mobilize recursos para garantir-lhes uma moradia digna.

Conclui-se que no ver das comunidades os projetos sociais contribuíram para o seu desenvolvimento integral no sentido de tirá-las da pobreza absoluta sem desrespeitar seu modo de vida.

Quanto à contribuição dos projetos para o alcance de um nível de bem-estar que as coloque num nível comparável a dos trabalhadores das classes médias urbanas, isto dependerá do nível de organização que estes projetos geraram e da existência de parceiros que poderão apoiá-los tecnicamente e financeiramente.

Em algumas comunidades sua organização era pouco consistente devido ao baixo comprometimento dos moradores para a realização de projetos que às conduziram a um nível maior de bem-estar. Em outras comunidades temos um bom nível de organização, mas ausência de parceiros institucionais que queiram apoiá-los em seus projetos de habitação e geração de renda. Na pesquisa de campo as que se encontravam neste último caso eram as comunidades urbanas.

A comunidade que tem maiores condições de continuar buscando autonomamente seu desenvolvimento integral é Extrema. Ela tem uma boa organização e parceiros que puderam dar a ela condições hídras para projetos de geração de renda que a conduzirá a um patamar acima da linha de pobreza do país.

CONCLUSÃO

Silos, Sistema de irrigação, Debulhadeira de Milho, Piladeira de arroz, Forrageira, Batedeira de Feijão, Prensa e motor-bomba para Casa de Farinha, Lonas e carrinhos de mão e linha para Olaria, Cisterna de placa, Equipamentos para a Apicultura, Técnicas para a criação de galinha caipira, cabritos e ovelhas: todas foram tecnologias adquiridas pelas comunidades nordestinas pesquisadas.

Silos, forrageira, Debulhadeira de milho e piladeira de arroz foram as tecnologias que as lideranças entrevistadas destacaram como sendo viáveis. Dentre estas destacamos os silos por terem sido apontados como fundamentais para a minimização e até eliminação da fome local.

Excetuando a CEB Urbana Vila Nova, as demais comunidades eram constituídas de famílias de agricultores que produzem para a subsistência, logo, a sustentabilidade dos seus sistemas de produção é intimamente ligada a sua capacidade em fornecer alimentos a cada ano, inclusive, anos de Seca.

A fome é o indicador mais evidente da insustentabilidade da agricultura familiar, no entanto não é suficiente para as famílias atingidas por esse flagelo se interessarem em desenvolver sistemas de produção agrícola mais adequados a sua realidade.

A elaboração dos primeiros projetos de silos comunitários não foi tarefa fácil para essas comunidades visto a baixa escolaridade e inconformismo inativo do sertanejo. Para se darem ao trabalho de fazê-los, foi necessário primeiro que elas acreditassem que o projeto resolveria sua situação-problema.

A crença de que os projetos de silos comunitários acabariam com a fome veio de uma nova compreensão de suas causas. A fome passa a ser encarada como um problema tecnológico e não mais como um problema climático ou sobrenatural.

Ao expressar sua necessidade de silos, as comunidades revelavam que seu sistema de produção era inviável, portanto, necessitava de uma mudança tecnológica.

Os projetos de silos comunitários forneceram a tecnologia necessária para tornar sustentável a atividade agrícola das comunidades pesquisadas.

No contexto rural nordestino, a tecnologia se mostrou bastante viável do ponto de vista operacional, financeiro e social: os silos não ocupam muito espaço, são simples de usar e transportar, são de baixo custo e bem populares.

A cultura nordestina que valoriza a partilha somada a própria forma de vivenciar sua religião através de Comunidades Eclesiais de Base fizeram os agricultores escolherem a gestão comunitária como forma de organizar o trabalho em torno dos silos. Ora a gestão comunitária dos silos atende ao próprio jeito de ser das CEBs, tornando-o indispensável para sua viabilidade cultural.

A gestão comunitária contribui para o uso eficiente dos silos.

Sendo muito pobres, as famílias pesquisadas não podem contratar pessoas para trabalhar nas plantações. O trabalho em mutirão é o único modo das famílias aumentarem a produção de grãos e encher os silos. Para garantir o trabalho necessário, é preciso que todas as famílias tenham certeza de que poderão também guardar os grãos necessários à sua subsistência. Esta certeza vem do uso comunitário dos silos.

Antes dos projetos de silos, a organização comunitária se restringia a duas etapas do sistema de produção das famílias: o plantio e a colheita. Com os silos e seu uso comum, a organização comunitária se expande e alcança o processo de armazenagem dos grãos. Foi a partir deste nível de organização que as comunidades tornaram-se propícias a outros projetos comunitários que atenderiam a outras necessidades comuns.

Os projetos de Piladeira de arroz comunitária e de Debulhadeira de milho comunitária oferecem os elementos tecnológicos que tornam o processo de beneficiamento da produção agrícola comunitário. Este projeto se mostrou insustentável em uma das três comunidades em que foi possível constatar sua continuidade.

O projeto de debulhadeira de milho comunitária de Bom Jardim forneceu elementos da tecnologia (máquina e carroça), porém não estimulou a organização comunitária necessária ao seu uso.

As máquinas dão viabilidade técnica aos sistemas comunitários de beneficiamento da produção agrícola, porém, é a organização comunitária em torno do projeto que o torna socialmente e operacionalmente viável. Tornar comunitário o

beneficiamento da produção de milho não era prioridade para a Comunidade de Bom Jardim.

Os Silos estimularam a realização de outros projetos comunitários que puderam atender necessidades prioritárias de cada comunidade. Os agricultores assim que conseguem as condições tecnológicas necessárias à sua subsistência, partem para projetos de urbanização junto ao governo (Luz Elétrica e Saneamento Básico) e projetos que aumentam o valor nutricional de sua dieta (Casa de Farinha Comunitária e criações de ovelhas e cabritos).

Os sistemas de produção agrícola que se revelaram ser sustentáveis foram os que tinham: organização comunitária, silos e um ou outro equipamento de beneficiamento da produção. Esses sistemas aumentam a produtividade do trabalho agrícola, evita as perdas causadas pela falta de política de proteção de preços como também estimula uma maior união dos trabalhadores frente às negociações em torno da renda da terra.

Os fatores motivacionais envolvidos com a mobilização em condições de trabalho voluntário foram: a capacitação técnica dos agricultores; as condições especiais de financiamento; o diálogo com as organizações não locais e o carisma das lideranças comunitárias.

Os cursos de tecnologias agrícolas realizados no Centro Pastoral Paroquial davam consciência aos agricultores sobre as tecnologias disponíveis e qual era a sua aplicação, isto dava confiança nos benefícios da tecnologia e de sua viabilidade, como também a diversificação da produção agrícola.

As condições especiais de financiamento são muito importantes, afinal descobrimos o pavor que os nordestinos têm de não conseguir pagar empréstimos. Lembramos que muitos não quiseram os silos no princípio por medo de não conseguir realizar os repasses para a transferência solidária quando eram financiados pelo FAM.

O diálogo com as organizações não locais deixou a critério das comunidades as tecnologias que deveriam ou não ser utilizadas. Ora eram as comunidades as responsáveis por sua gestão e operação, era fundamental para a continuidade no tempo dos sistemas de produção que estes fossem o resultado de sua livre vontade.

Sem dúvidas, o carisma das lideranças comunitárias foi fundamental para a realização dos projetos, haja vista, os casos de Bom Jardim e de Vila Nova. Destaca-se também o carisma do pároco local, pois mesmo Extrema - uma das comunidades mais organizadas dentre as que participaram das entrevistas - precisou de sua presença para a concretização de seu projeto mais ambicioso.

Os projetos sociais que não foram efetivos por não terem tido continuidade no tempo foram os que adquiriram as tecnologias necessárias à instalação de sistemas de irrigação, casa de farinha e olaria. Eles precisam de infra-estrutura hídrica e fundiária adequada, ou seja, açudes com alta capacidade de armazenamento de água e posse da terra.

Vimos que a Experiência de Acopiara vem suscitando outras demandas tecnológicas. Seriam interessantes outros estudos em outras regiões do nordeste ou até mesmo em Acopiara quando as tecnologias já tivessem sido implementadas por um tempo mais alargado, dez anos, por exemplo. Essas tecnologias seriam: Fundo de Miniprojetos; Sistema de irrigação em que as duas condições apontadas sejam satisfeitas; Cisterna de placas; Sistemas de produção de mel (Apicultura) e de ovos e carne (Galinha Caipira e cabritos e ovelhas).

Os maiores obstáculos para a sustentabilidade dos sistemas comunitários de produção que adotem estas tecnologias são: a organização da própria comunidade; a descrença com relação a outras formas de organização popular (sindicato, cooperativa), a questão da terra, os recursos escassos do governo e manipulação política das demandas dos agricultores.

A questão da Água é ainda um grande desafio para a inserção dos agricultores pobres do nordeste às cadeias agroindustriais. Soma-se a isso o desinteresse dos jovens pela atividade agrícola, seja pelo tipo de cultura fomentada pelo sistema de educação básico, muito voltada às atividades urbanas, seja pela própria incapacidade dos sistemas de produção agrícola das comunidades pobres do Sertão de gerar um volume de renda adequado no sentido de ser auto-suficiente, ou seja, não dependente de rendas extras advindas do trabalho alugado em outras terras ou benefícios previdenciários, uma forte característica da agricultura familiar do Sertão.

A Engenharia de Interesse Social se preocupa com as conseqüências sociais das tecnologias, portanto, podemos concluir por este aspecto que as tecnologias surgidas no interior dos projetos sociais de silos e beneficiamento da

produção diminuíram a pobreza local, por ter sido determinante na redução da fome e aumento do bem-estar, pois estimularam um outro nível de organização necessário para projetos de energia elétrica e saneamento básico junto ao governo.

Os sistemas comunitários de produção agrícola ao serem sustentáveis do ponto de vista de garantir a subsistência dos agricultores, reforçaram a partilha e a solidariedade, práticas já presentes na cultura nordestina.

Os sistemas produtivos adequados às realidades locais foram possíveis em Acopiara graças à linha sócio-pastoral de sua paróquia que proporcionou a valorização da herança histórico-cultural da vida comunitária dos agricultores nordestinos e a formação de espaços de diálogo entre as comunidades de agricultores pobres e diversas organizações interessadas em implantar na região condições especiais de crédito e técnicas agrícolas adaptadas ao semi-árido nordestino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

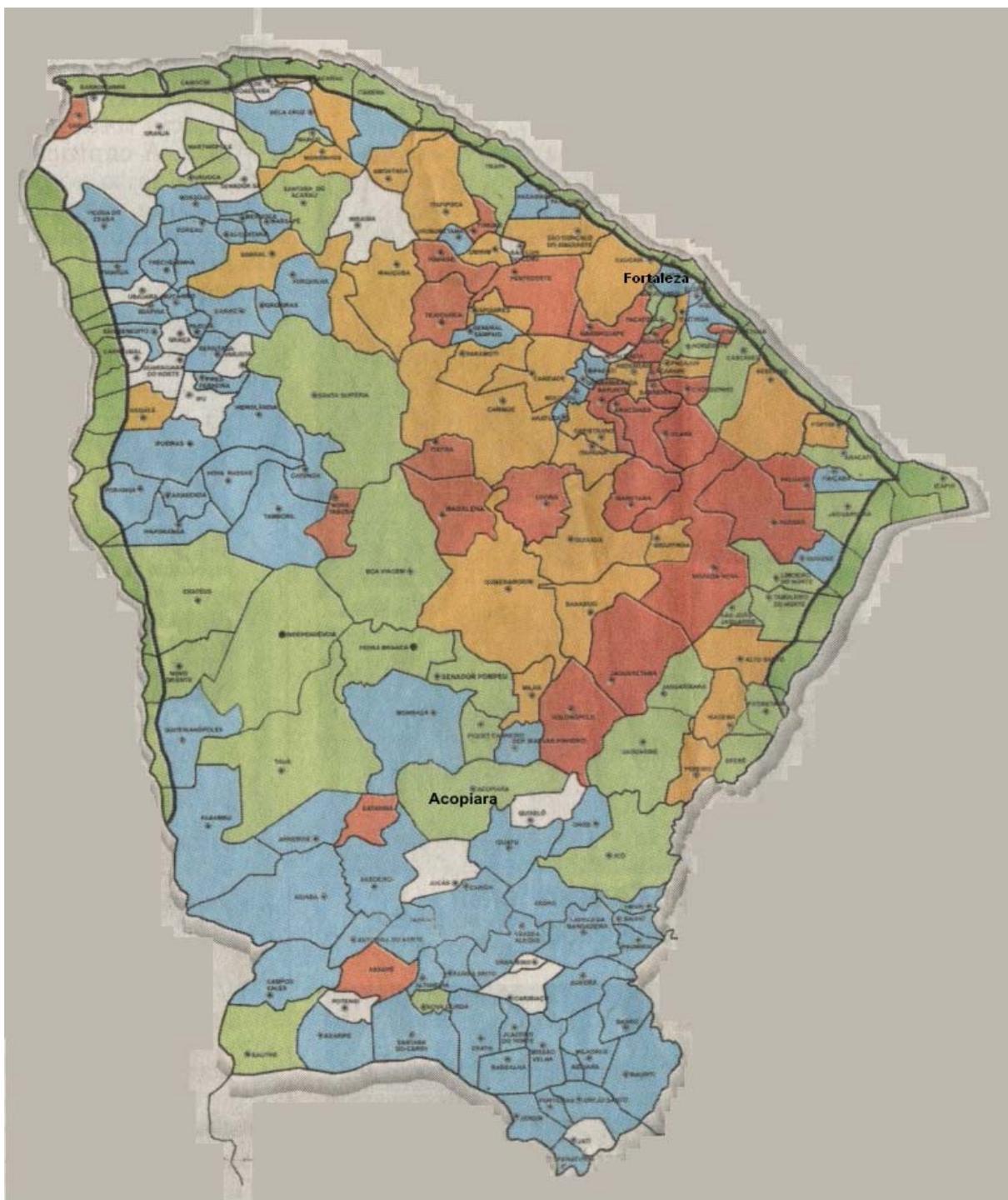
- ANAMEC; CERIS. *Obras sociais da Igreja Católica: atividades das instituições socioeducativas*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- ARAÚJO, Isaias Bezerra de. *Resultados de miniprojetos*. Rio de Janeiro: CERIS, 2001. Disponível em: <<http://www.ceris.no-ip.org/fam2001/avaliacaofam/frmAvalFAM.htm>>. Acesso em: 5 mai. 2004.
- ARRUDA, José J. de A. & PILETTI, Nelson. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- AVILA, Fernando Bastos de. *Pequena enciclopédia de doutrina social da igreja*. São Paulo: Loyola, 1991.
- BACEN. BC - Taxas de cambio. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.Br/?TAXADECAMBIO>>. Acesso em 23 jul. 2004.
- BARROS, Ricardo Paes de ... [et al] *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BARTHOLO Jr., Roberto S. *Os labirintos do silêncio*. São Paulo: Marco Zero/ COPPE/UFRJ, 1986.
- _____. *Você e Eu: Martin Buber, presença e palavra*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- BC – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#10>. Acesso em 18 ago. 2004.
- BOFF, Clodovis... [et al.] *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- CÁRITAS BRASILEIRA; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; FIAN. *Água de chuva: o segredo da convivência com o Semi-árido brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEARÁ POSSUI 75% DE ÁGUA SALINIZADA. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 22 out. 2002. Regional, p. 4.

- CERIS. *Fundo de apoio a miniprojetos: projetos diversos*. Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-Rom.
- CORDAID. Disponível em: <<http://www.cordaid.nl/uk/aboutcorda/index.htm>>. Acesso em 20 abr. 2004.
- COUTINHO, Luciano. *Nota sobre a natureza da globalização*. Economia e Sociedade. Campinas, n.4, jun. 1995
- Delamaro, Maurício César. *Para além da administração das coisas*: Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DEVENTER, Fulco van. *Avaliação do fundo de apoio a miniprojetos: um olhar externo*. (Versão preliminar). Rio de Janeiro: CERIS, 2001. Disponível em: <<http://www.ceris.no-ip.org/fam2001/avaliacaofam/umolharexterno.htm>>. Acesso em: 5 mai. 2004.
- ESTADO DO CEARÁ NECESSITA DE R\$ 163 MI PARA ERRADICAR POBREZA. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 10 jul. 2001. Negócios, p. 4.
- FIORI, José Luís. *Aos condenados da terra, o equilíbrio fiscal. Neoliberalismo e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UERJ, IMS, 1996.
- FUNDO DE APOIO A MINIPROJETOS: HISTÓRICO. Disponível em: <<http://www.ceris.org.br/atuacao-social/historico-fam.asp>>. Acesso em: 5 mai. 2004.
- GRYZAGORIDIS, Olívia Bertoche. *Notas sobre o desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil na década de 90*. Monografia – Curso de Economia. UFF Junho, 2003.
- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IPH-M). Disponível em: <www.frigolitto.com.br/GeoEcon/idhestados2000.htm> Acesso em: 22 set. 2004.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Fides et Ratio (14 de setembro de 1998)*. 7 ed. São Paulo: Paulinas, 2004.
- _____. *Carta Encíclica Centesimus Annus (1 de Maio de 1991)*. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

- LECLERQ, Jacques. *O cristão e o dinheiro*. Coleção Sei e Creio: Enciclopédia do Católico do Século XX. São Paulo: Flamboyant, 1958.
- LIMA, Gonzaga de Souza Lima. *Evolução política dos católicos e da igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MANIERI, Altair. *A doutrina social da igreja e a questão agrária: a sua aplicação no Brasil após o concílio vaticano II*. Monografia Especialização em Doutrina Social da Igreja. Roma: Pontificia Universitas Lateranensis, 2000.
- MANOS UNIDAS. *Quem somos?* Disponível em: <<http://www.manosunidas.org>>. Acesso em: 22 jul. 2004.
- MOTA, Carlos Renato ... [et al] *Globalização, identidade brasileira e a questão social*. Brasília: Sesi, Departamento Nacional, 2001.
- _____, *História e atualidade da política social brasileira*. Brasília: SESI, Departamento Nacional, 2001.
- MATTOS, U. A. de O.; PORTO, M. F. de S., “Estratégia de Prevenção, Gerenciamento de Riscos e Mudanças Tecnológicas”. In: MENDES, R. (org.), *Patologia do Trabalho*, 2 ed., capítulo 43, São Paulo, Atheneu, 2003.
- PETRINI, João Carlos. *CEBs: Um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PIMENTEL JÚNIOR (Org.). *A doutrina social da igreja: as encíclicas papais de Leão xiii (Rerum novarum), Pio xi (Quadragesimo anno) e João xxiii (Mater et Magistra)*. São Paulo: Dominus Editora, 1963.
- POLANYI, Karl (1886-1964). *A grande transformação: origens de nossa época*. 5 ed. Rio de Janeiro, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SEBRAE/CE. *Perfil sócio-econômico Acopiara/serviço de apoio às micro e pequenas empresas do estado do Ceará*. Fortaleza: SEBRAE/CE, 1997.

ANEXOS

Anexo 1: MAPA DO CEARÁ EM DESTAQUE OS MUNICÍPIOS DE ACOPIARA E FORTALEZA



Fonte: CEARÁ POSSUI 75% DE ÁGUA SALINIZADA. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 out. 2002, Regional, p. 4.

Anexo 2: PARÓQUIA DE ACOPIARA



Foto tirada da praça da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na Missa em Louvor a Nossa Senhora de Fátima em 31/05/2003.

Anexo 3: O PÁROCO DE ACOPIARA



Padre Crisares Sampaio Couto

Foto tirada na CEB Extrema em 6/06/2003

Anexo 5: ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS

- 1- Qual seu nome, idade, escolaridade e composição familiar?
- 2- O que o(a) Sr(a) faz para viver (Ocupação)? O(a) Sr(a) têm o suficiente para viver (Renda)? Quantos cômodos têm sua casa? Que tipo é (Alvenaria ou Taipa)? Tem banheiro em sua residência? É fossa ou de água encanada?
- 3- Quais são as atividades pastorais de sua comunidade? Há grupo de jovens, Dia do Senhor, Crisma, Catequese, etc...?
- 4- Como a comunidade se organiza para fazer estas atividades? Como são tomadas as decisões? Há Conselho Pastoral Comunitário, onde os representantes de cada grupo específico se reúnem para decidirem o rumo das atividades de Igreja e/ou Festas? Senão, há equipe de animação, diretoria ou coordenação?
- 5- Por que vocês decidiram colocar o(s) (maquinaria referente aos miniprojetos, por exemplo, piladeira de arroz e silos) em sua comunidade?
- 6- Vocês tiveram muitas reuniões para pensarem sobre estes trabalhos? Como eram essas reuniões? Quem participava? Havia pessoas que tinham opiniões diferentes sobre como realizar o trabalho? Como vocês tomavam a decisão?
- 7- Todas as famílias da comunidade participavam dessas reuniões? Como elas eram chamadas para participar?
- 8- Havia alguma dificuldade para realizar as reuniões?
- 9- Como foi a instalação dos equipamentos? Houve alguma dificuldade? Como está sendo o seu uso? Como a comunidade acompanha o uso dos equipamentos?
- 10- Todos esses trabalhos que vocês realizaram mudaram a vida na comunidade? O que mudou?
- 11- O que a comunidade vem realizando atualmente? Como isto vem sendo feito?

Anexo 6: COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE BOM JARDIM



Francisco Henrique Demontie e Ivanilda Alves da Silva Demontie lideranças da CEB Bom Jardim que participaram da pesquisa de campo. Foto tirada na propriedade do casal em 07/06/2003.



Demontie usando a forrageira comunitária conseguida com recursos de CORDAID. Foto tirada em frente à residência de Demonite e Ivanilda em 07/06/2003.



Demontie mostrando os silos que serão utilizados para armazenar a farinha quando for realizado o projeto de Casa de Farinha Comunitária. Foto tirada em 07/06/2003.

Anexo 7: COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE EXTREMA



Lideranças da CEB Extrema que participaram da pesquisa de campo. Em pé a partir da esquerda: Clara Alves Lemos, Padre Crisares, Isabel Gonçalves de Jesus, Reinaldo Lemos Gomes e Agostinho Duarte de Souza. Foto tirada na residência de Sr. Agostinho em 06/06/2003.



Açude Intercomunitário que atende as Comunidades: Extrema, Varjota, Maracajá e Casas Velhas. Foi construído em 2001 com recursos financeiros vindos de Manos Unidas. Foto tirada em 06/06/2003.

Anexo 8: COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE TANQUE



Dona Alzira Fernandes da Silva liderança da CEB Tanque que participou da pesquisa de campo. Foto tirada em 4/06/2003 no quintal de sua residência.



Ir. Necida e Dona Maria ao lado de pé de Urucum



Tonzinho morador da CEB Tanque mostrando os equipamentos de apicultura conseguidos pela Cáritas. Foto tirada em 04/03/2003.

Anexo 9: COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE VARJOTA



Lourdes Alves Cavalcante e Padre Crisares mostrando a Piladeira de Arroz conseguida com recursos da Cáritas. Foto tirada no galpão comunitário de Extrema em 06/06/2003.



Vista da Vila de Varjota Nova construída com recursos da Cáritas, Prefeitura de Acopiara e da própria comunidade. Foto tirada em 06/06/2003.

Anexo 10: COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE MOREIRAS DE BAIXO



Antonio Lima de Moura (Antônio da Carroça) em frente ao prédio da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bairro Moreiras. Foto tirada em 05/06/2003.



Sr. Antonio da Carroça ao lado da Piladeira de Arroz conseguida pelo miniprojeto 287/1990 – Piladeira de Arroz comunitária. Foto tirada no galpão do prédio da Associação em 05/06/2003.

Anexo 11: COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE CAIXA D'ÁGUA



Lideranças da CEB Caixa d'Água que participaram da pesquisa de campo e um morador local. A partir da esquerda: Antônio Freitas de Souza, Maria Gorete Moreira da Silva e José Moreira da Silva. Foto tirada em frente ao Miniprosto agrícola financiado pelo Governo estadual, data: 02/06/2003.



Canos e motor-bomba conseguidos pelo miniprojeto 209/1995 – Irrigação Comunitária financiado pelo FAM-CERIS. Foto tirada no interior do Miniposto Agrícola em 02/06/2003.



Área onde foi plantado feijão pelo Miniprojeto 209/1995 que agora é utilizada para plantação de milho, foto tirada em 02/06/2003.



Barragem que recebe a água que abastece a cidade de Acopiara, detalhe da amostra da água de cor negra retirada do fundo da barragem (02/06/2003).

Anexo 12: COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE MUQUÉM II



Da direita para esquerda Ir. Necilda, Teresinha da Silva Siqueira e Edmilson Alves Siqueira. Foto tirada de dentro do posto agrícola da comunidade em 01/06/2003.



Dona Mocinha e Sr. Pedro animadores da CEB. Foto tirada no quintal de Dona Mocinha onde foi construído o galinheiro para o curso de criação de galinha caipira do Projeto Segurança Alimentar (jul/2002-jun/2005).



Onde Dona Mocinha, a pesquisadora e Sr. Pedro estão é a altura da água do açude quando este sangra. A foto foi tirada em 01/06/2003, final do período de chuvas na região.



Conjunto de casas da CEB Muquém II que recebeu cisternas pela Cáritas (01/06/2003).



Exterior e Interior da Casa de Farinha construída pela CEB com recursos próprios (01/06/2003).

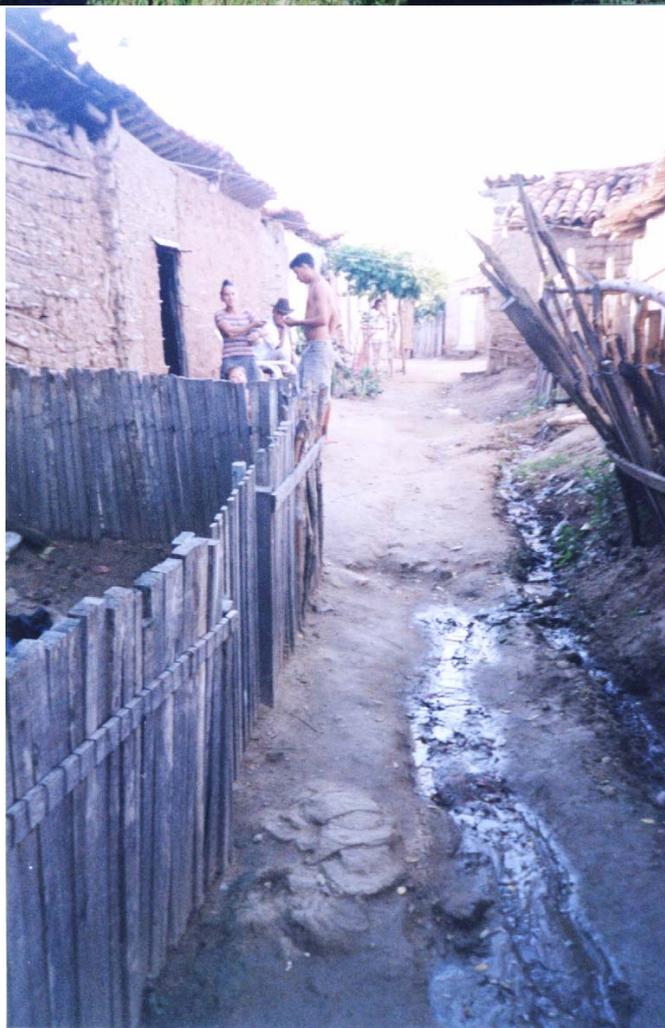
Anexo 13: COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE VILA NOVA



Dona Santa, a pesquisadora e Elizabeth da CPT. Foto tirada em frente ao Prédio da Associação dos Moradores de Vila Nova – 31/05/2003.



Dona Santa em sua residência onde ela vende e prepara os remédios da Farmácia Viva que teve o financiamento do Banco do Brasil – 31/05/2003.



Vista das casas dos moradores do terreno que pertence à rede ferroviária estadual, na foto acima o detalhe do esgoto a céu aberto – 31/05/2003.